

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 10/12/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público do estado do Paraná**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 3 questões passíveis de recursos e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 23, 24 e 28.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do MP-PR**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/7052089a-253e-4298-a441-9f645ebfbee1>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/b93f4de8-1812-4f18-a053-e7577eb4402e>

Por fim, acompanhe todas as novidades sobre essa e outras provas da carreira no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA – MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ

QUESTÃO 01. Sobre a teoria da lei penal, assinale a alternativa incorreta:

a) A lei nova, que prevê exclusão de qualificadora a determinado crime, aplica-se a fatos anteriores à sua vigência, ainda que após o respectivo trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

b) Dentre as proibições que derivam da aplicação do princípio da legalidade, pode-se citar a proibição de retroatividade da lei penal, que admite exceções, e a proibição de analogia em matéria penal, que não admite exceções.

c) As normas excepcionais e temporárias, de acordo com sistemática adotada pelo Código Penal brasileiro, possuem ultra-atividade.

d) As normas penais em branco - de que é exemplo o crime previsto no art. 39 da Lei 9.605/98 (cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente) -, dependem de complemento por atos legislativos ou administrativos para perfectibilização de sua tipicidade.

e) A lei nova, que prevê elevação do prazo prescricional para extinção da punibilidade de determinado crime, não se aplica a fatos anteriores à sua vigência, em razão do princípio da irretroatividade da lei penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. À luz da retroatividade penal mais benéfica, a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor, ainda quando já tenham sido julgados por sentença condenatória transitada em julgado (art. 2º, parágrafo único do Código Penal).

A alternativa B está correta. A retroatividade da lei penal admite exceções para beneficiar o réu (art. 5, XL, da CRFB/88). Em decorrência do princípio da legalidade, é vedada a interpretação analógica *in malam partem*.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 3º do Código Penal, a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência. Ou seja, após cessada sua vigência, ela ainda tem eficácia.

A alternativa D está incorreta. De fato, as normas penais em branco necessitam de complementação para perfectibilização de sua tipicidade. Ao exemplo clássico, a Lei de Drogas, porque define o crime de tráfico a partir da prática de dezoito condutas relacionadas a drogas.

A alternativa E está incorreta. A *novatio legis in pejus* veda a retroatividade da lei penal para prejudicar o réu. Portanto, lei nova, que prevê elevação do prazo prescricional para extinção da punibilidade de determinado crime, não se aplica a fatos anteriores à sua vigência.

QUESTÃO 02. Sobre o tipo dos crimes dolosos de ação, assinale a alternativa incorreta:

a) Durante a caçada, A ouve barulho de vulto no interior da mata e, acreditando tratar-se do animal objeto de caça, incorre em erro sobre as circunstâncias de fato, por falsa representação da realidade, e realiza disparo de arma fogo, resultando em lesões corporais em seu amigo B, que se perdera no caminho: trata-se de modalidade de erro de tipo que, se inevitável, exclui a modalidade dolosa, não gerando responsabilidade penal, e se evitável, permite a atribuição de responsabilidade penal para A, a título de culpa.

b) O tipo subjetivo dos crimes dolosos ou pode ser integrado somente pelo dolo ou pode ser integrado pelo dolo e por elementos subjetivos especiais, não podendo, entretanto, ser integrado somente por elementos subjetivos especiais.

c) Com dolo de homicídio, A realiza disparos de fuzil para atingir e eliminar seu inimigo B, se conformando com a possibilidade de também atingir mortalmente o cidadão C, próximo a B: se os disparos acabam atingindo mortalmente B e C, o resultado de morte de B é atribuído a A a título de dolo direto de 1º grau e o resultado de morte de C é atribuído a A a título de dolo direto de 2º grau.

d) Em situação caracterizadora de aberratio ictus, A objetiva produzir lesões corporais em B, seu pai, mas por erro na execução atinge apenas o amigo comum C, produzindo-lhe lesões corporais: de acordo com o Código Penal brasileiro, A responde por lesões corporais dolosas, com incidência de agravante (crime cometido contra ascendente).

e) Se a ação do autor não cria risco do resultado, ou se o risco criado pela ação do autor não se realiza no resultado, o resultado de lesão do bem jurídico não pode ser imputado ao autor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta. O comando da questão requer a indicação da alternativa incorreta a ser indicada pelo candidato.

"A" ao realizar os disparos de fuzil para atingir "B" age com dolo direto, em razão da sua intenção específica de atingi-lo e matá-lo. Quanto a "C", ao realizar os disparos, assume a possibilidade de eventual resultado morte contra ele, ou seja, agindo conforme o dolo eventual, pois está próximo a "B". Nesse sentido, se os disparos acabam atingindo mortalmente B e C, o resultado de morte de "B" é atribuído a "A" a título de dolo direto. Em relação a "C", se os disparos acabam atingindo e matando C, o resultado é atribuído a "A" a título de dolo eventual.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa C.

QUESTÃO 03. Sobre o tipo dos crimes culposos, assinale a alternativa correta:

a) Os tipos de omissão de ação própria e imprópria admitem modalidades culposas.

b) As habilidades especiais de um expert em manuseio e disparos de armas de fogo, como diferenças de capacidade individual do autor, devem ser consideradas na culpabilidade, de acordo com o critério da individualização.

c) Na culpa inconsciente, o autor não prevê a possibilidade de realização do tipo objetivo, por ausência de representação da lesão do dever de cuidado ou do risco permitido, o que afasta a sua responsabilidade penal.

d) De acordo com a sistemática adotada pelo Código Penal brasileiro, na legítima defesa putativa, a evitabilidade do erro não permite hipóteses de atribuição de responsabilização penal a título de culpa, mas permite hipóteses de redução da culpabilidade do agente, na terceira fase de aplicação da pena.

e) A exposição consentida a perigo criado por outrem e os perigos situados em área de responsabilidade alheia configuram hipóteses de resultados situados fora da área de proteção do tipo, que podem excluir a imputação do resultado de lesão do bem jurídico ao autor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A conduta culposa é possível a crimes omissivos impróprios. Crimes omissivos impróprios são os crimes onde o legislador descreve um não fazer, e, com independência, se produz ou não um resultado, há um dever normativo de evitar um resultado e se praticados pelas pessoas denominadas garantidoras (art. 13, §2º do Código Penal). Na sua modalidade culposa, o agente na postura de garante, age de forma negligente, imprudente ou imperita, ele pode ser responsabilizado por omissão culposa, caso exista o nexo de causalidade entre a omissão e o resultado.

A alternativa B está incorreta. Na fase de aplicação da pena se buscará entender a dimensão ou o grau desta exigibilidade já afirmada. O juízo de culpabilidade pelo fato, ao se examinar a exigibilidade de conduta diversa, já ocorreu eu fase anterior à aplicação da pena.

A alternativa C está incorreta. A culpa inconsciente ocorre quando o agente não quer o resultado, não o aceita, não o prevê, mas ele seria previsível pelo homem prudente, isto é, que adota as cautelas exigíveis pela ordem jurídica, o que não afasta a sua responsabilidade penal, salvo previsão expressa.

Quando praticada na modalidade culposa, requer que seu tipo penal expressamente preveja esta modalidade, nos termos do art. 18, parágrafo único, do Código Penal: "Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente."

A alternativa D está incorreta. Na legítima defesa putativa há um erro em situação que não permite a legítima defesa, quando alguém, erroneamente, acredita estar em uma situação de legítima defesa e age sob essa percepção equivocada. A evitabilidade do erro, bem como seu excesso, poderá ser considerada na terceira fase da dosimetria da pena, nas causas de aumento e diminuição da pena.

A alternativa E está correta. A imputação ao agente a responsabilidade em crimes culposos está relacionada a ação ou omissão do agente, que age de maneira negligente, imprudente ou imperita, ocorrendo o resultado lesivo. Portanto, o crime culposos está relacionada à falta de cuidado do agente e não ao consentimento do agente passivo. Portanto, a alegação de exposição consentida a perigo criado por outrem e os perigos situados em área de responsabilidade alheia não é o suficiente para excluir a imputação do resultado de lesão do bem jurídico ao autor em crimes culposos.

QUESTÃO 04. Sobre o tipo dos crimes de omissão de ação, assinale a alternativa incorreta:

a) O cidadão A percebe seu filho B se afogando em piscina particular e, podendo agir concretamente sem risco pessoal, deixa de realizar o salvamento, com o resultado de morte

da criança B: A responde por omissão de socorro, majorado ao triplo pelo resultado de morte (CP, art. 135, parágrafo único).

b) Os elementos típicos comuns do tipo objetivo da omissão de ação própria e imprópria são a situação de perigo para o bem jurídico, o poder concreto de agir e a omissão da ação mandada, e os elementos típicos específicos do tipo objetivo da omissão de ação imprópria são a posição de garantidor e o resultado de lesão ao bem jurídico protegido.

c) O critério formal, adotado pelo legislador penal brasileiro para definição da posição de garantidor do bem jurídico, considera a lei, o contrato e ação precedente perigosa, como fontes do dever de garantia.

d) O cidadão A, por lesão do dever de cuidado ou do risco permitido, omite ação mandada de controle adequado de seu cão feroz durante passeio em via pública, resultando em ataque do animal a seu vizinho B, em caminhada pelo local: as lesões corporais produzidas pelo animal em B determinam a responsabilidade penal de A por lesão corporal culposa (CP, art. 129, § 6º), por omissão de ação imprópria.

e) Na área do conhecimento do injusto, o erro sobre o dever jurídico geral de agir e o erro sobre o dever jurídico especial de agir, constituem modalidades de erro de mandado, recebendo o mesmo tratamento jurídico conferido pelo legislador penal brasileiro ao erro de proibição, nos crimes praticados por ação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda os crimes de omissão de ação e requer do candidato a indicação da alternativa incorreta.

A alternativa A está incorreta. No caso em apreço, não se trata de crime de omissão de socorro e sim, o homicídio culposo aquela agravada pela omissão de socorro (art. 121, §4º, CP).

O crime de omissão de socorro é tipo omissivo próprio, pois a cominação do crime possui previsão em seu tipo penal. Já os crimes omissivos impróprios, se insere na tipificação comum aos crimes de resultado. Como explica Francisco de Assis Toledo “a omissão terá o mesmo valor penalístico da ação quando o omitente se colocar, por força de um dever jurídico (art. 13, §2º), na posição de garantidor da não ocorrência do resultado”.

“A” estava em condição de garante de seu filho “B”. A omissão do pai que estava na condição de garantidor do filho produziu o resultado morte e podia agir no sentido de evitar o resultado morte (art. 13, §2º, CP), pois podendo agir concretamente sem risco pessoal, deixa de realizar o salvamento.

Dessa forma, “A” deve responder pelo crime de homicídio culposo com o resultado morte com aumento de pena de 1/3 (um terço), previsto no art. 121, §2º, do Código Penal.

As demais alternativas estão incorretas por conformidade ao crime de omissão.

QUESTÃO 05. Sobre causas de justificação, assinale a alternativa incorreta:

a) De acordo com a teoria da culpabilidade adotada pelo Código Penal brasileiro, a ação do policial A que, incorrendo em erro evitável sobre os pressupostos fáticos da causa de justificação do estrito cumprimento do dever legal, realiza o tipo objetivo do crime de abuso de autoridade contra B, não resulta em qualquer responsabilidade penal a A.

b) Na iminência de sofrer injusta agressão contra sua integridade física, A, utilizado-se moderadamente dos meios necessários, desferiu golpe de faca contra o agressor B, portador de doença mental: a ação de A não pode ser justificada pela legítima defesa própria, mas pode ser justificada pelo estado de necessidade.

c) Para o exercício da legítima defesa real, a agressão injusta, atual ou iminente, a direito próprio ou de terceiro, pode derivar de ação dolosa, de omissão de ação dolosa, ou mesmo de culpa, consciente ou inconsciente.

d) Na legítima defesa, a ação justificada é integrada por elementos objetivos, por elementos subjetivos e, eventualmente, por elementos normativos, representados por limitações ético-sociais que condicionam a permissibilidade da defesa.

e) A encontra seu desafeto B em via pública e, em situação de legítima defesa putativa, pratica excesso contra B, por uso imoderado dos meios necessários, o que legitima o exercício de legítima defesa real por parte de B.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A questão aborda as causas de justificação e requer do candidato a indicação da alternativa incorreta.

A alternativa B está correta. Em análise ao caso, não se trata de conduta praticada em legítima defesa.

Conforme explica Juarez Tavares, no caso da legítima defesa, “só importam os elementos que se refiram à agressão, como sua existência, atualidade ou iminência e injustiça”

“A” estava na iminência de sofrer injusta agressão. E, na iminência da agressão, é incorreto afirmar que “A” agiu utilizado-se moderadamente dos meios necessários, desferindo golpes de faca contra o agressor “B”, portador de doença mental. Ainda, podemos concluir que “A” era uma pessoa armada na situação, poderia utilizar de outros meios adequados para repelir a iminência de uma agressão à sua integridade física. Podemos afirmar que houve desproporção do meio utilizado.

Zaffaroni entende que “A legítima defesa não pode contrariar o objetivo geral da ordem jurídica – a viabilização da coexistência –, de maneira que, quando exista uma desproporção muito grande entre o mal que evita quem se defende e o que lhe quer causar quem o agride, porque o primeiro é ínfimo comparado com o segundo, a defesa deixa de ser legítima.”.

Portanto, “A” cometeu crime de lesão corporal com resultado morte (art. 129, §3º).

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 06. Sobre a culpabilidade, assinale a alternativa correta:

a) O erro de proibição direto, evitável ou inevitável, incidente sobre a existência, a validade e o significado da norma penal, e o erro de tipo permissivo, evitável ou inevitável, incidente sobre a existência de uma causa de justificação inexistente ou sobre os limites de uma causa de justificação existente, recebem o mesmo tratamento jurídico, de acordo com a sistemática adotada pelo Código Penal brasileiro.

b) A capacidade relativa de culpabilidade, por desenvolvimento mental incompleto, e a coação moral resistível, constituem fatores obrigatórios de redução de pena, com incidência na 3ª fase de aplicação da pena.

c) Em situação de obediência hierárquica a ordem manifestamente ilegal do oficial superior B, o soldado A realiza disparo de arma de fogo contra o manifestante C, produzindo-lhe a morte: a ação de A não configura hipótese legal de exculpação, mas pode lhe proporcionar causa legal de diminuição de pena, na 3ª fase de aplicação da pena.

d) Ao se aproximar de sua residência, A percebe o desconhecido B saindo do interior do imóvel, subtraindo vários pertences de valor e fugindo em disparada, com o próprio veículo de A: se A, acreditando estar amparado legalmente por justificante, realiza disparo fatal de arma de fogo contra B, para resgatar os objetos de furto, incorre em erro de proibição indireto que, de acordo com a teoria adotada pelo Código Penal brasileiro, se evitável, reduz a culpabilidade, e se inevitável, exclui a culpabilidade.

e) o excesso de legítima defesa, real ou putativa, por defeito emocional, determinado por afetos estênicos/fortes, como o ódio ou a ira, pode fundamentar hipótese de exculpação, que exclui a dirigibilidade normativa.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa D está correta.

Segundo Jescheck, o erro de proibição direto ocorre quando o autor não contempla a norma proibitiva como tal que se refere diretamente ao fato e, por isso, considere permitida a ação.

Conforme o art. 21 do Código Penal: "O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço. Parágrafo único. Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência".

Conforme explica Callegari, o erro evitável ocorre quando o agente comete a infração penal sem a consciência da ilicitude do fato mas, nas circunstâncias em que praticou a conduta, com a possibilidade de ter ou atingir essa consciência. É possível ao agente ter ou atingir a consciência da ilicitude mediante o "esforço de sua inteligência", no meio em que vive, ou informando-se sobre o que faz.

Portanto, "A" agiu acreditando estar agindo de maneira justificável para repelir a ação de "B", incorrendo em erro de proibição evitável. Isso porque "A" poderia ter tomado medidas alternativas para evitar a ação, como chamar a polícia, usar meios não letais para impedir a fuga.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa D.

QUESTÃO 07. Sobre autoria e participação, assinale a alternativa incorreta:

a) A teoria do domínio do fato integra o critério objetivo do conceito restritivo de autor e o critério subjetivo da teoria subjetiva de autor, assim considerando a ação em sua estrutura objetiva e subjetiva, para distinção entre autor e partícipe do fato punível.

b) A autoria mediata relaciona-se com as hipóteses de coação moral irresistível e de obediência hierárquica, mas também admite outras hipóteses, como por exemplo, a utilização, pelo autor mediato, de inimputável como instrumento para a prática de crime.

c) De acordo com a sistemática adotada pelo Código Penal brasileiro, na aplicação da pena, aspectos relacionados ao concurso de agentes podem, em tese, constituir objeto de consideração: ou na 1ª fase, na análise de circunstância judicial, ou na 2ª fase, como

circunstância agravante ou atenuante, ou na 3ª fase, como causa de aumento ou de diminuição de pena, ou ainda, como circunstância qualificadora de crime.

d) Durante a madrugada, A e B, mediante prévio acordo, resolvem praticar o crime de furto em loja comercial fechada ao público, quando são surpreendidos no interior do imóvel pela chegada do proprietário C: o resultado de morte de C, decorrente do excesso doloso exclusivo de A por utilização de violência contra C, se previsível por B, pode gerar a este último responsabilidade penal pelo crime de latrocínio praticado por A.

e) Motivado de forma exclusiva pela torpeza, A pratica o crime de constrangimento ilegal contra seu irmão B, mediante contribuição do partícipe C, antigo amigo da família: o autor A responde pelo crime de constrangimento ilegal (CP, art. 146, caput), com as agravantes do motivo torpe e de ter cometido o crime contra irmão (CP, art. 61, inciso II, alíneas "a" e "e") e o partícipe C responde pelo crime de constrangimento ilegal (CP, art. 146, caput), sem a incidência de quaisquer agravantes.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois está em conformidade com o entendimento da doutrina, por todos, cito Cezar Bittencourt: “A teoria do domínio do fato, partindo do conceito restritivo de autor, tem a pretensão de sintetizar os aspectos objetivos e subjetivos, impondo-se como uma teoria objetivo-subjetiva. Embora o domínio do fato suponha um controle final, ‘aspecto subjetivo’, não requer somente a finalidade, mas também uma posição objetiva que determine o efetivo domínio do fato. Autor, segundo essa teoria, é quem tem o poder de decisão sobre a realização do fato. Mas é indispensável que resulte demonstrado que quem detém posição de comando determina a prática da ação, sendo irrelevante, portanto, a simples ‘posição hierárquica superior’, sob pena de caracterizar autêntica responsabilidade objetiva. Autor, enfim, é não só o que executa a ação típica (autoria imediata), como também aquele que se utiliza de outrem, como instrumento, para a execução da infração penal (autoria mediata)”.

A alternativa B está incorreta, pois está em conformidade com o entendimento doutrinário. De acordo com Cezar Bittencourt: “O autor mediato realiza a ação típica através de outrem, como instrumento humano, que atua: a) em virtude da situação de erro em que se encontra, devido à falsa representação da realidade (erro de tipo), ou do significado jurídico da conduta que realiza (erro de proibição) que é provocada pelo homem de trás, b) coagido, devido à ameaça ou violência utilizada pelo homem de trás, ou c) num contexto de inimizabilidade (com a utilização de inimputáveis). As hipóteses mais comuns de autoria mediata decorrem, portanto, do erro, da coação irresistível e do uso de inimputáveis para a prática de crimes, o que não impede a possibilidade de sua ocorrência em ações justificadas do executor, quando, por exemplo, o agente provoca deliberadamente uma situação de exclusão de criminalidade para aquele, como já referimos neste trabalho”.

A alternativa C está incorreta, pois está em conformidade com o entendimento do STJ com destaque para o julgado abaixo: “AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES E EMPREGO DE ARMA DE FOGO. NULIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. CONHECIMENTO DO RECURSO. SUPERAÇÃO. ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. UTILIZAÇÃO DE CAUSAS DE AUMENTO PARA EXASPERAR A PENA-BASE. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO. 1. É incabível a análise, em agravo regimental, de matéria que não constou das contrarrazões ao recurso especial, por se tratar de indevida inovação recursal (ut, AgRg no REsp 1505446/GO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe 18/03/2021). 2. Ao se julgar o mérito recursal, subentende-se terem sido

ultrapassados os requisitos de admissibilidade do recurso especial. 3. Quanto à possibilidade propriamente dita de deslocar a majorante sobejante para outra fase da dosimetria, considero que se trata de providência que, além de não contrariar o sistema trifásico, é a que melhor se coaduna com o princípio da individualização da pena. De fato, as causas de aumento (3ª fase), assim como algumas das agravantes, são, em regra, circunstâncias do crime (1ª fase) valoradas de forma mais gravosa pelo legislador. Assim, não sendo valoradas na terceira fase, nada impede sua valoração de forma residual na primeira ou na segunda fases. 4. A desconsideração das majorantes sobressalentes na dosimetria acabaria por subverter a própria individualização da pena realizada pelo legislador, uma vez que as circunstâncias consideradas mais gravosas, a ponto de serem tratadas como causas de aumento, acabariam sendo desprezadas. Lado outro, se não tivessem sido previstas como majorantes, poderiam ser integralmente valoradas na primeira e na segunda fases da dosimetria. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp n. 1.931.220/PR, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 8/6/2021, DJe de 14/6/2021.)”

A alternativa D está correta, pois está em desconformidade com o entendimento do STJ. Depreende-se da análise da alternativa que A e B ajustaram a prática do crime de furto em loja comercial fechada ao público durante a madrugada, e que ambos foram surpreendidos no interior do imóvel pela chegada do proprietário C.

No caso, para que B seja responsabilizado penalmente pelo crime de latrocínio praticado por A, é necessário mais do que previsibilidade (resultado previsível), sendo fundamental a previsão (previsto o resultado).

Segundo o STJ, “ajustada a prática do roubo e a utilização de arma de fogo no evento, de modo a se antever a possibilidade do uso do instrumento e a ocorrência da morte de vítimas, tem-se por previsto e aceito o resultado pelo paciente, o que caracteriza sua responsabilidade pelo latrocínio praticado”. (HC n. 57.140/AP, relator Ministro Paulo Medina, Sexta Turma, julgado em 17/8/2006, DJ de 25/9/2006, p. 316.)

No caso, há duas distinções. Primeiro, B ajustou a prática de um crime de furto em loja comercial fechada durante a madrugada. Segundo, B não pode ser responsabilizado penalmente por um resultado previsível, sendo imprescindível que o resultado seja previsto e aceito pelo agente.

A alternativa E está incorreta, pois está em conformidade com o disposto no art. 30 do CP: “Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime”. No caso analisado, a situação de parentesco não é elementar do constrangimento ilegal, tampouco a torpeza, razão pela qual referidas agravantes não se comunicam ao partícipe C.

QUESTÃO 08. Sobre tentativa e consumação, assinale a alternativa correta:

a) Dentre as teorias da tentativa, utilizadas para definir o início de realização da ação típica, a teoria subjetiva não considera elementos objetivos, a teoria objetiva formal não considera elementos subjetivos e as teorias objetiva material e objetiva individual consideram elementos objetivos e subjetivos.

b) No arrependimento posterior, o agente esgota todos os atos necessários para a produção do resultado de lesão ao bem jurídico, mas mediante nova ação impede a concretização deste resultado.

c) A denominada desistência da tentativa pode se verificar tanto na hipótese de tentativa acabada, assim como na hipótese de tentativa inacabada, sendo que em cada uma destas hipóteses, o agente responde somente pelos atos já praticados.

d) Na tentativa inidônea, existe um erro de proibição ao contrário: o agente imagina erroneamente que sua conduta configura um ilícito penal, quando na realidade, trata-se de uma ação atípica e, portanto, penalmente impunível.

e) Desconhecendo que sua arma de fogo contém apenas munições de festim, durante a madrugada A realiza disparos com dolo de homicídio contra o desafeto B e, realmente acreditando ter obtido êxito, abandona rapidamente o local: trata-se de hipótese de tentativa falha e, portanto, penalmente impunível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a teoria objetivo-material não considera elementos subjetivos, na medida em que se vale da perspectiva de um terceiro observador. Isto é, considera-se atos executórios aqueles imediatamente anteriores ao início do núcleo do tipo, na visão externa de um terceiro.

A alternativa B está incorreta, pois traz o conceito de arrependimento eficaz. Dispõe a segunda parte do art. 15 do Código Penal:

Desistência voluntária e arrependimento eficaz

Art. 15 - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

De acordo com Cezar Bittencourt: “No arrependimento eficaz o agente, após ter esgotado todos os meios de que dispunha — necessários e suficientes —, arrepende-se e evita que o resultado aconteça. Isto é, pratica nova atividade para evitar que o resultado ocorra. Aqui, também, não é necessário que seja espontâneo, basta que seja voluntário. O êxito da atividade impeditiva do resultado é indispensável, caso contrário, o arrependimento não será eficaz”.

Por outro lado, o arrependimento posterior tem natureza jurídica de causa de diminuição de pena e encontra-se previsto no art. 16 do CP:

Arrependimento posterior

Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

A alternativa C está correta. De acordo com o entendimento de Cezar Bittencourt:

“Note-se que tanto na desistência voluntária como no arrependimento eficaz não se atinge o momento consumativo do crime ‘por vontade do agente’. Isso torna evidente a falta de adequação típica pela inoportunidade do segundo elemento da tentativa, que é ‘a não consumação do crime por circunstâncias independentes da vontade do agente’. E evidentemente não há tentativa quando a conduta não atinge a consumação atendendo à própria vontade do infrator. Faz parte do tipo ampliado — da tentativa, portanto — que a ‘não ocorrência do evento seja estranha à vontade do agente’.

A alternativa D está incorreta, pois traz o conceito de delito putativo por erro de tipo. De acordo com Cléber Masson: “Já o crime putativo por erro de tipo, ou delito putativo por erro de tipo, é o imaginário ou erroneamente suposto, que existe exclusivamente na mente do agente. Ele quer praticar um crime, mas, por erro, acaba por cometer um fato penalmente irrelevante. Exemplo: ‘A’

deseja praticar o crime de tráfico de drogas (Lei 11.343/2006, art. 33, caput), mas por desconhecimento comercializa talco”.

Cumpra destacar que, consoante Cezar Bittencourt: “O crime putativo só existe na imaginação do agente, podendo-se afirmar que se trata de um ‘crime subjetivo’. Este supõe, erroneamente, que está praticando uma conduta típica, quando na verdade o fato não constitui crime. Como o crime só existe na imaginação do agente, esse conceito equivocado não basta para torná-lo punível. Há no crime putativo um erro de proibição às avessas (o agente imagina proibida uma conduta permitida)”.

De forma diversa, a tentativa inidônea é sinônimo de crime impossível, previsto no art. 17 do Código Penal:

Crime impossível

Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

A alternativa E está incorreta, pois trata-se de hipótese de crime impossível (também denominado tentativa inidônea, tentativa inadequada ou quase crime). O autor Cezar Bittencourt afirma que:

“Há, portanto, duas espécies diferentes de crime impossível: a) por ineficácia absoluta do meio empregado; b) por absoluta impropriedade do objeto. São hipóteses em que, se os meios fossem idôneos ou próprios fossem os objetos, haveria, no mínimo, início de execução de um crime. Na primeira hipótese, o meio, por sua natureza, é inadequado, inidôneo, absolutamente ineficaz para produzir o resultado pretendido pelo agente. No entanto, é indispensável que o meio seja inteiramente ineficaz. Se a ineficácia do meio for relativa, haverá tentativa punível. Os exemplos clássicos, como ineficácia absoluta do meio, são os da tentativa de homicídio por envenenamento com a aplicação de farinha em vez de veneno, ou do agente que aciona o gatilho, mas a arma encontra-se descarregada”.

Na situação hipotética, há crime impossível por ineficácia absoluta do meio, pois a arma de fogo possuía apenas munições de festim.

QUESTÃO 09. Sobre unidade e pluralidade de crimes, assinale a alternativa correta:

a) Utilizando-se das mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, em 3 (três) oportunidades distintas, A pratica roubo de valores diversos contra a vítima B: as práticas ilícitas de A podem admitir aplicação da regra de exasperação do crime continuado específico (CP, art. 71, parágrafo único), uma vez observada a favorabilidade de determinadas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal.

b) Utilizando-se das mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, em 3 (três) oportunidades distintas, o funcionário A pratica apropriação indébita de valores diversos do caixa do estabelecimento comercial onde trabalha: a desfavorabilidade de algumas das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal para A pode impedir a aplicação da regra da exasperação, prevista ao crime continuado comum (CP. art. 71, caput).

c) Submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, A é condenado por homicídio qualificado, à pena de 14 (quatorze) anos de reclusão, e por corrupção de menores, à pena de 2 (dois) anos de reclusão: a sentença condenatória, considerando que os crimes foram praticados por A em concurso formal, deve conferir aplicação à regra da exasperação, prevista no art. 70, caput, do Código Penal.

d) Com o objetivo específico de eliminar seu desafeto, A realiza disparo de arma de fogo fatal contra B, mas por acidente acaba também atingindo o transeunte C, próximo ao local dos fatos, produzindo neste lesões corporais graves: aplica-se a regra do denominado concurso formal impróprio (CP, art. 70, segunda parte), que comporta aplicação do princípio de cumulação de penas.

e) Em sede de conflito aparente de normas, o princípio da especialidade resolve o conflito entre o homicídio e o infanticídio, em favor deste último; o princípio da subsidiariedade formal resolve o conflito entre a exposição da vida de outrem a perigo e o homicídio, em favor deste último; o princípio da consunção resolve o conflito entre o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e o disparo de arma de fogo em via pública, praticados no mesmo contexto fático, em favor deste último.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. No que se refere à continuidade delitiva específica, prevista no art. 71, parágrafo único, do Código Penal, além dos requisitos exigidos para aplicação do benefício penal da continuidade delitiva simples, são requisitos que os crimes praticados: I) sejam dolosos; II) realizados contra vítimas diferentes; e III) cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.

Nesse sentido, dispõe expressamente o art. 71, parágrafo único, do Código Penal:

“Art. 71. Parágrafo único. Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código.”

No mesmo contexto, destaca-se a lição de Cezar Bittencourt, segundo o qual:

“O crime continuado específico prevê a necessidade de três requisitos, que devem ocorrer simultaneamente: a) Contra vítimas diferentes — Se o crime for praticado contra a mesma vítima, haverá também continuidade delitiva, mas não se caracterizará a exceção prevista no parágrafo único, e a sanção aplicável será a tradicional do caput do art. 71. b) Com violência ou grave ameaça à pessoa — Mesmo que o crime seja contra vítimas diferentes, se não houver violência — real ou ficta — contra a pessoa, não haverá a continuidade específica, mesmo que haja violência contra a coisa. c) Somente em crimes dolosos — Se a ação criminosa for praticada contra vítimas diferentes, com violência à pessoa, mas não for produto de uma conduta dolosa, não estará caracterizada a exceção.”

A alternativa B está incorreta, pois a desfavorabilidade de algumas das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não impede a aplicação da regra da exasperação prevista para o crime continuado comum (CP, art. 71, caput). Nessa hipótese, a quantidade de aumento de pena pelo reconhecimento do crime continuado está atrelada exclusivamente ao número de infrações praticadas pelo agente.

Por outro lado, de acordo com o STJ, no que se refere a crimes cometidos com emprego de violência contra vítimas distintas, incide o disposto no art. 71, parágrafo único, do Código Penal (crime continuado específico), no qual a fração de exasperação não decorre apenas do número de infrações penais; pressupõe, em verdade, “a análise de requisitos objetivos, extraídos da quantidade de crimes praticados, e subjetivos, estes consistentes na análise da culpabilidade, dos

anteriores, da conduta social, da personalidade do agente, dos motivos e das circunstâncias do crime” (AgRg no RHC 158.032/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 22/02/2022, DJe 25/02/2022).

Nesse contexto, segue o seguinte julgado do STJ: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS. DOSIMETRIA. FRAÇÃO DE AUMENTO PELA CONTINUIDADE DELITIVA ESPECÍFICA. FRAÇÃO MANTIDA COM BASE NA GRAVIDADE EM CONCRETO DA CONDUTA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Esta Corte Superior entende que, para a fixação da fração de aumento em razão da continuidade delitiva específica, devem ser analisados, em conjunto, tanto o aspecto objetivo - número de infrações cometidas - como os subjetivos, relativos à verificação da culpabilidade, dos antecedentes, da conduta social, da personalidade do agente, dos motivos e das circunstâncias do crime. Assim, tal análise em conjunto permite que a fração de aumento leve em consideração os fatores objetivos e subjetivos, e não apenas o número de crimes cometidos ou o número de vetoriais negativadas. 2. Na espécie, o Tribunal de origem não cometeu nenhuma ilegalidade, tendo legítima e concretamente fundamentado a manutenção da fração da continuidade delitiva específica com espeque na gravidade em concreto das condutas e nas circunstâncias judiciais que permaneceram desabonadas. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 650.762/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 28/8/2023, DJe de 30/8/2023.)

A alternativa C está incorreta, pois na hipótese deverá ser aplicado o sistema do cúmulo material benéfico. Dispõe o art. 70, parágrafo único, do CP que: “Não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do art. 69 deste Código”.

No caso analisado, a exasperação em 1/6 sobre a pena de 14 anos resulta em montante superior (1/6 de 14 é maior do que 2) à soma das penas de cada um dos delitos componentes do concurso, que totaliza 16 anos de reclusão. Portanto, o cúmulo material é mais benéfico ao condenado.

A alternativa D está incorreta, pois aplica-se a regra do denominado concurso formal próprio, diante da ausência de desígnios autônomos. O erro na execução (também denominado de aberratio ictus) ocorre quando “por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa”.

Ainda de acordo com o art. 73 do CP, no caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 70 deste Código. No caso, considerando que não há desígnios autônomos, aplica-se a regra do concurso formal próprio.

Sobre o tema, cumpre destacar o entendimento de Cezar Bittencourt: “E há aberratio ictus com unidade complexa (resultado duplo) quando, além da pessoa visada, o agente atinge também uma terceira. Nessa hipótese, com uma só conduta o agente pratica dois crimes, e, diante da unidade da atividade criminosa, justifica-se a determinação do Código de dispensar o mesmo tratamento do concurso formal próprio. Contudo, se o agente agir com dolo eventual em relação ao terceiro não visado, o agente deve responder pelos dois crimes. Nesta última hipótese, o concurso permanece formal, porém as penas devem somar-se, como ocorre no concurso formal impróprio, diante dos desígnios autônomos do agente”.

A alternativa E está correta.

Ao tratar do princípio da especialidade, Cezar Bittencourt afirma que: “Considera-se especial uma norma penal, em relação a outra geral, quando reúne todos os elementos desta, acrescidos de mais alguns, denominados especializantes. Isto é, a norma especial acrescenta elemento próprio à descrição típica prevista na norma geral”. A alternativa traz o exemplo correto, pois o homicídio consiste em “matar alguém” (art. 121, caput, do CP), enquanto que o infanticídio consiste na

conduta de matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após, nos termos do art. 123 do CP.

No que se refere à subsidiariedade, para o autor “Há relação de primariedade e subsidiariedade entre duas normas quando descrevem graus de violação de um mesmo bem jurídico, de forma que a norma subsidiária é afastada pela aplicabilidade da norma principal. Frequentemente se estabelece a punibilidade de determinado comportamento para ampliar ou reforçar a proteção jurídico-penal de certo bem jurídico, sancionando-se com graduações menos intensas diferentes níveis de desenvolvimento de uma mesma ação delitiva. A rigor, a figura típica subsidiária está contida na principal”.

Dessa forma, há subsidiariedade tácita tendo em vista que a figura típica da “exposição da vida de outrem a perigo” funciona como elemento constitutivo, majorante ou meio prático de execução de outra figura mais grave, no caso, o “homicídio”.

Por fim, para o STJ, aplica-se o princípio da consunção aos crimes de porte ilegal e de disparo de arma de fogo ocorridos no mesmo contexto fático, quando presente nexos de dependência entre as condutas, considerando-se o porte crime-meio para a execução do disparo de arma de fogo (AgRg no AREsp n. 1.211.409/MS, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 21/5/2018). Destaca-se também o seguinte julgado: AGRADO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PORTE DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA. DISPARO DE ARMA DE FOGO. CONSUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONTEXTOS FÁTICOS DIVERSOS. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Na espécie, os delitos de porte de arma de fogo de numeração suprimida e de disparo de arma de fogo foram perpetrados em contextos fáticos diversos, não havendo falar-se em consunção. 2. **Segundo a jurisprudência desta Corte, aplica-se o princípio da consunção aos crimes de porte ilegal e de disparo de arma de fogo ocorridos no mesmo contexto fático, quando existente nexos de dependência entre as condutas, considerando-se o porte crime-meio para a execução do disparo de arma de fogo** (AgRg no AREsp n. 1211409/MS, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 8/5/2018, DJe 21/5/2018), o que, in casu, não ocorreu. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 788.434/RS, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDFT), Sexta Turma, julgado em 28/8/2023, DJe de 30/8/2023.)

Dessa forma, diante de um único contexto fático, deve o delito tipificado no art. 14 da Lei nº 10.826/03 (porte ilegal de arma de fogo) ser absorvido pelo disparo de arma de fogo (art. 15 do mesmo diploma legal).

QUESTÃO 10. Sobre extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta:

a) A, com 20 anos, e B, com 65 anos, praticam em 18.02.2018 o crime de corrupção ativa (CP, art. 333, caput - pena: reclusão, de 2 a 12 anos, e multa), com recebimento judicial da denúncia em 21.04.2018 e publicação da sentença condenatória em 12.07.2023, com fixação de pena privativa de liberdade de 3 anos a ambos, havendo trânsito em julgado para a acusação: a prescrição da pretensão punitiva pela pena em concreto, como causa de extinção da punibilidade, ocorre em relação a A e B.

b) No cálculo da prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato, verifica-se sua ocorrência em 8 anos, no furto simples (CP, art. 155, caput - pena: reclusão, de 1 a 4 anos, e multa), sendo que a causa de aumento de pena do § 1º, de um terço, por prática durante o repouso noturno, isoladamente considerada, proporciona a elevação daquele prazo prescricional, e a causa de diminuição de pena da tentativa (CP, art. 14, inciso II, parágrafo

único - de um a dois terços), isoladamente considerada, proporciona a redução daquele prazo prescricional.

c) De acordo com a técnica adotada pelo legislador penal brasileiro, a reincidência constitui uma das causas interruptivas do curso do prazo prescricional, e proporciona o aumento, em um terço, no prazo da prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato.

d) A responde a ação penal por prática dos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, embriaguez ao volante e resistência, em concurso material (art. 14 da Lei 10.826/03, art. 306 da Lei 9.503/97 e art. 329 do CP, c/c art. 69, também do CP): a interrupção da prescrição em relação a um dos crimes não se estende aos outros.

e) Na audiência judicial prevista no art. 16 da Lei 11.340/06, a cônjuge A, suposta vítima, confirma expressamente a intenção de não mais representar contra o cônjuge B, suposto infrator, por prática do crime de lesões corporais leves, no âmbito das relações domésticas (CP, art. 129, § 9º), o que, após o transcurso do período de 6 meses da data do fato, fundamenta a extinção da punibilidade, ante a decadência do direito de representação (CP, art. 103, c/c 107, inciso IV).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta.

Dispõe o art. 110 do Código Penal que a prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no art. 109 do CP. Considerando que A e B foram condenados à pena privativa de liberdade de 3 anos, a prescrição ocorrerá em 8 anos, nos termos do art. 109, IV, do CP.

Também é necessário analisar o disposto no art. 115 do CP, segundo o qual: São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

No caso hipotético, A possuía 20 anos na data do fato, razão pela qual o prazo de 8 anos será reduzido para 4 anos. No mesmo sentido, B, que possuía 65 anos em 18.02.2018, já completou 70 anos na data da publicação da sentença condenatória em 12.07.2023, de modo que o prazo de 8 anos também será reduzido para 4 anos.

Além disso, constituem marcos interruptivos da prescrição, o recebimento judicial da denúncia em 21.04.2018 e a publicação da sentença condenatória em 12.07.2023.

Causas interruptivas da prescrição

Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se:

I - pelo recebimento da denúncia ou da queixa;

IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis;

Por fim, considerando que transcorreu prazo superior a 4 anos entre os marcos interruptivos acima mencionados, conclui-se que a prescrição da pretensão punitiva pela pena em concreto, como causa de extinção da punibilidade, ocorre em relação a A e B.

A alternativa B está incorreta, pois a causa de diminuição de pena da tentativa, isoladamente considerada, não enseja a redução do prazo prescricional. Dispõe o art. 109 do Código Penal:

Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

(...)

III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;

IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro.

A primeira parte da alternativa está correta, considerando que a pena máxima do furto simples (CP, art. 155, caput - pena: reclusão, de 1 a 4 anos) não excede a 4 anos, a prescrição ocorrerá em 8 anos, nos termos do art. 109, inciso IV, do Código Penal.

De acordo com Cezar Bittencourt, em relação às majorantes e minorantes, “como em matéria de prescrição deve-se priorizar o interesse público, em se tratando de majorante deve-se considerar o fator que mais aumente, e, em se tratando de minorante, o fator que menos diminua a pena”.

De fato, a causa de aumento de pena do § 1º, de um terço, por prática durante o repouso noturno, isoladamente considerada, proporciona a elevação daquele prazo prescricional, tendo em vista que será aplicado o inciso III do art. 109, pois a pena máxima será superior a 4 anos.

Contudo, a parte final está incorreta, pois a causa de diminuição de pena da tentativa (CP, art. 14, inciso II, parágrafo único - de um a dois terços), isoladamente considerada, não proporciona a redução daquele prazo prescricional, tendo em vista que o máximo da pena será superior a dois anos, utilizando-se o prazo prescricional de 8 anos.

A alternativa C está incorreta, nos termos da Súmula 220 do STJ: “A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva”.

A alternativa D está incorreta, consoante dispõe a parte final do art. 117, §1º, do Código Penal:

Art. 117. § 1º (...) Nos crimes conexos, que sejam objeto do mesmo processo, estende-se aos demais a interrupção relativa a qualquer deles.

A alternativa E está incorreta, pois a situação hipotética narrada consiste em renúncia ao direito de representação.

A renúncia é instituto diverso da decadência do direito de representação, que ocorre pelo não exercício do direito de queixa ou de representação dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime (art. 103 do CP).

Depreende-se da leitura do art. 16 da Lei 11.340/06 que consiste em renúncia à representação o caso em que, na audiência judicial prevista no art. 16 da Lei 11.340/06, a cônjuge A, suposta vítima, confirma expressamente a intenção de não mais representar contra o cônjuge B, suposto infrator, por prática do crime de lesões corporais leves, no âmbito das relações domésticas (CP, art. 129, § 9º). Dispõe expressamente o supramencionado dispositivo legal que:

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

QUESTÃO 11. Examine as assertivas abaixo e responda:

I. Pedro, mediante violência, consistente em amarrar na cabeceira da cama os braços de Maria, sua enteada, de 13 anos de idade, mantém com ela conjunção carnal, e assim comete o crime de estupro, tipificado no art. 213, caput, do Código Penal.

II. Incide nas sanções do crime de estupro, tipificado no art. 213, caput, do Código Penal, o enfermeiro que, a pretexto de administrar um medicamento na vítima, injeta nela uma substância anestésica que lhe causa a total falta da consciência e, aproveitando-se dessa circunstância, mantém com ela ato libidinoso diverso da conjunção carnal, consistente em sexo anal.

III. Incide nas sanções do crime de estupro de vulnerável, tipificado no art. 217-A, §1º, do Código Penal, o agente que em uma festa, clandestinamente, insere narcótico potentíssimo na bebida da vítima, maior de 18 anos de idade, reduzindo-a a estado de absoluta impossibilidade de resistência, antes de praticar com ela ato libidinoso diverso da conjunção carnal, consistente em tocar suas partes íntimas.

IV. Incide nas sanções do crime de estupro de vulnerável, tipificado no art. 217-A, caput, do Código Penal, o agente que pratica ato libidinoso ou conjunção carnal com terceira pessoa, na presença de menor de 14 anos de idade, induzindo esta última a presenciá-lo, a fim de satisfazer a própria lascívia do agente.

V. O crime de estupro, tipificado no art. 213 do Código Penal, admite modalidades de figuras típicas criminais iniciadas mediante ação penal pública incondicionada ou iniciadas mediante ação penal pública condicionada.

a) Todas as afirmativas estão corretas.

b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

c) A afirmativa III é a única correta.

d) As afirmativas I, III e V estão incorretas.

e) Todas as afirmativas estão incorretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está incorreto, pois a conduta amolda-se ao delito de estupro de vulnerável, previsto no art. 217-A, caput, do Código Penal, tendo em vista que a vítima é pessoa menor de 14 anos. Trata-se da incidência do princípio da especialidade. Nesse contexto, dispõe o tipo penal:

Estupro de vulnerável

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

O item II está incorreto, pois a conduta consiste em estupro de vulnerável, previsto no art. 217-A, caput, do Código Penal, tendo em vista que a vítima se encontrava em situação de total falta da consciência. Nessa hipótese, o fato da vítima não poder oferecer resistência, caracteriza o delito de estupro de vulnerável.

Estupro de vulnerável

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

O item III está correto. Depreende-se da leitura do art. 217-A do Código Penal que o sujeito passivo do crime de estupro de vulnerável é a pessoa vulnerável, figurando nesse rol: i) os menores de 14 anos; ii) os portadores de enfermidade ou deficiência mental que não têm o necessário discernimento para a prática do ato; iii) bem como aqueles que, por qualquer outra causa, não podem oferecer resistência. Assim dispõe o texto do Código Penal:

Estupro de vulnerável

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

Sobre o tema, Cleber Masson afirma que: “Na hipótese em que a vítima é totalmente privada da sua capacidade de resistência, há que se reconhecer o estupro de vulnerável, pois da sua parte não há vontade de participar do ato. Exemplo: O profissional da medicina anestesia a vítima e, aproveitando-se do estado de inconsciência dolosamente causado, toca suas partes íntimas.”

O item IV está incorreto, pois o agente incidirá nas sanções do crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, tipificado no art. 218-A, caput, do Código Penal:

Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente

Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

O item V está incorreto, pois o crime de estupro, tipificado no art. 213 do Código Penal, somente admite ação penal pública incondicionada. A Lei nº 13.718/2018 converteu a ação penal de todos os crimes contra a dignidade sexual em delitos de ação pública incondicionada (art. 225 do Código Penal). Assim, de acordo com o art. 225 do Código Penal, nos “crimes contra a liberdade sexual” e nos “crimes sexuais contra vulnerável”, procede-se mediante ação penal pública incondicionada.

Sobre o tema, cumpre destacar que, segundo o entendimento do STJ, o delito de registro não autorizado da intimidade sexual (art. 216-B do CP) possui a natureza de ação penal pública incondicionada. Destacam-se as seguintes informações do inteiro teor: “A Lei n. 13.718/2018 converteu a ação penal de todos os crimes contra a dignidade sexual em pública incondicionada (art. 225 do Código Penal). Posteriormente, a Lei n. 13.772/2018 criou um novo capítulo no Código Penal, o Capítulo I-A, e dentro dele o delito do art. 216-B (Registro não autorizado da intimidade sexual). Ao criar esse novo capítulo, no entanto, deixou-se de acrescentar sua menção no art. 225 do Código Penal, o qual se referia aos capítulos existentes à época da sua redação (Capítulos I e II). (...) Todavia, compreende-se que tal omissão legislativa não prejudica o posicionamento de que

o crime de registro não autorizado da intimidade sexual se trata de ação penal pública incondicionada. Isso porque, inexistindo menção expressa (seja no capítulo I-A, seja no art. 216-B) de que se trata de ação privada ou pública condicionada, aplica-se a regra geral do Código Penal: no silêncio da lei, deve-se considerar a ação penal como pública incondicionada. STJ. 6ª Turma. RHC 175.947/SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 25/4/2023 (Info 772)".

Portanto, considerando que apenas a afirmativa III está correta, a alternativa C deve ser assinalada.

QUESTÃO 12. Examine as assertivas abaixo e responda:

I. Pode-se falar em crime consumado de roubo (CP, art. 157, caput), se o agente, antes de ter a posse tranquila da coisa subtraída mediante violência ou grave ameaça, se desfaz dela quando é perseguido, não havendo recuperação da coisa pela vítima.

II. Pode-se falar em crime consumado de roubo (CP, art. 157, caput), se parte da coisa subtraída é extraviada na fuga empreendida pelo agente da subtração, praticada mediante violência ou grave ameaça.

III. Considera-se tentado o crime de roubo se a ação criminosa é executada em concurso de pessoas e, após a subtração mediante violência ou grave ameaça, um dos agentes é detido, enquanto o outro consegue fugir na posse do produto da subtração.

IV. O crime de roubo consumado, dentre as suas modalidades (CP, art. 157, caput e §S), não admite hipótese, em tese, de fixação de regime inicial aberto para cumprimento de pena.

V. O roubo impróprio se consuma no momento em que o agente, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência ou grave ameaça contra a vítima, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

a) Todas as afirmativas estão corretas.

b) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.

c) Apenas as afirmativas III e V estão corretas.

d) As afirmativas III, IV e V estão incorretas.

e) Todas as afirmativas estão incorretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto. De acordo com o STJ, no que tange à consumação dos delitos patrimoniais, adota-se a Teoria da Amotio ou Apreensão, que se satisfaz com a "inversão da posse", não se preocupando se ela se fez mansa, pacífica e desvigiada, conforme enuncia o verbete da Súmula 582 do STJ: "Súmula 582 do STJ. Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada".

O item II está correto, pois a inversão da posse da res furtiva é suficiente para a consumação do crime, em observância à teoria da amotio ou apreensão, nos termos da Súmula 582 do STJ: "Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada".

O item III está incorreto, pois nessa hipótese considera-se consumado o crime de roubo diante da inversão da posse do bem mediante violência ou grave ameaça, ainda que um dos agentes tenha sido detido, enquanto o outro conseguiu fugir na posse do produto da subtração. Aplica-se o teor da Súmula 582 do STJ: “Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada”.

O item IV está incorreto, pois a prática de crime de roubo consumado não afasta, por si só, a possibilidade de fixação de regime inicial aberto para cumprimento de pena. De modo que devem ser analisadas as circunstâncias judiciais, bem como a primariedade do agente. Vejamos o seguinte julgado do STJ: “AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ROUBO MAJORADO. REGIME ABERTO. ADEQUADO. PENA INFERIOR A 4 ANOS. RÉU PRIMÁRIO. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. (SÚMULA N. 440 DO STJ E SÚMULAS 718 E 719 DO STF). SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA 691 DO STF. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL VERIFICADO. REGIME ANTERIOR FUNDADO NA GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos. II - No Superior Tribunal de Justiça, é assente o entendimento de que a fixação de regime mais gravoso do que o indicado para a pena imposta ao réu deve ocorrer com fundamentação específica, que considere a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis do art. 59 do Código Penal ou outro dado concreto que demonstre a extrapolação da normalidade do tipo. III - O enunciado da Súmula n. 440 do STJ: "Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito". Em igual sentido, as Súmulas n. 718 e 719 do STF. IV - O réu é primário e inexistem circunstâncias judiciais desfavoráveis, tendo a pena-base sido fixada no mínimo legal. Verifica-se também que foi fixado o regime inicial mais gravoso para o cumprimento da pena com base apenas na gravidade abstrata do delito, fundamento que se mostra insuficiente. V - A toda evidência, o decisum agravado, ao confirmar o aresto impugnado, rechaçou as pretensões da defesa por meio de judiciosos argumentos, os quais encontram amparo na jurisprudência deste Sodalício. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AgRg no HC n. 713.364/SP, relator Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 13/12/2022, DJe de 16/12/2022.)”

O item V está correto. De acordo com Cleber Masson, “o roubo impróprio consuma-se no momento em que o sujeito utiliza a violência à pessoa ou grave ameaça, ainda que não tenha êxito em sua finalidade de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa subtraída para si ou para terceiro. No mesmo sentido, destaca-se o seguinte trecho do julgado do STJ: “PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO IMPRÓPRIO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE FURTO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO MANDAMUS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS NOVOS APTOS A ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...] II - Para a configuração do crime de roubo, é necessário haver o emprego de violência ou grave ameaça contra a vítima. Outrossim, o delito previsto no artigo 157, parágrafo 1º, do Código Penal (roubo impróprio), consuma-se no momento em que, logo após o agente se tornar possuidor da coisa, a violência é empregada para assegurar a impunidade do crime, consoante ocorreu na presente hipótese. [...] Precedentes. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n.

618.071/SC, relator Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 14/2/2023, DJe de 22/2/2023.)”

Portanto, considerando que apenas as afirmativas I, II e V estão corretas, a alternativa B deve ser assinalada.

QUESTÃO 13. Assinale a alternativa correta:

a) Quando a fraude é utilizada pelo agente para o amortecimento da vigilância da vítima sobre a coisa e não como engodo ao lesado para dele alcançar a vantagem indevida, impõe-se o reconhecimento do crime de estelionato, tipificado no art. 171, caput, do Código Penal.

b) O crime de receptação (CP, art. 180) contempla modalidade de figura típica criminal que admite a forma derivada do tipo privilegiado e contempla modalidade de figura típica criminal que admite o perdão judicial.

c) Os crimes de dano (CP, art. 163) e de estelionato (CP, art. 171) admitem, cada qual, formas qualificadas e a forma derivada do tipo privilegiado.

d) Nas imunidades penais absolutas e no perdão judicial o fato é típico e ilícito, o agente possui culpabilidade, mas o Estado está impedido de punir o agente do crime. As imunidades penais absolutas somente podem ser concedidas na sentença ou no acórdão, depois de cumprido o devido processo legal, enquanto o perdão judicial impede a instauração da persecução penal.

e) Pratica o crime de racismo, tipificado no art. 20 da Lei 7.716/89 ("praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional"), o agente que ofende determinada pessoa, específica e individualizada, escolhendo como meio para ofender um preconceito de raça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois trata-se de hipótese de furto qualificado mediante fraude (art. 155, §4º, II, do Código Penal), não sendo tipificado o crime de estelionato. Sobre o tema, cumpre destacar que o furto qualificado mediante fraude e o estelionato, embora apresentem características comuns, não se confundem. Nesse sentido, Cleber Masson afirma que: “Mas as diferenças são nítidas. A fraude, no furto, funciona como qualificadora (CP, art. 155, § 4.º, inc. II); no estelionato, por sua vez, é elementar (CP, art. 171, caput). Não para por aí. A distinção primordial repousa na finalidade visada com o uso da fraude. No furto qualificado, a fraude se presta a diminuir a vigilância da vítima (ou de terceiro) sobre o bem, permitindo ou facilitando a subtração. O bem é retirado da esfera de disponibilidade do ofendido sem que ele perceba a subtração. Exemplo: A mulher, em uma loja, entra no provador com diversas peças de roupas. Em seguida, devolve diversas delas à vendedora, paga por outra no caixa, mas sai do estabelecimento comercial com uma peça por debaixo das vestimentas, sem pagar por ela. No estelionato, por sua vez, a fraude se destina a colocar a vítima (ou terceiro) em erro, mediante uma falsa percepção da realidade, fazendo com que ela espontaneamente lhe entregue o bem. Não há subtração: a fraude antecede o apossamento da coisa e é causa para ludibriar sua entrega pela vítima. Em síntese, no furto qualificado há subtração do bem sem que a vítima a perceba; no estelionato, de outro lado, dá-se a entrega espontânea (embora viciada) do bem pela vítima ao agente”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 180, §5º, do Código Penal:

“Na hipótese do § 3º, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. Na receptação dolosa aplica-se o disposto no § 2º do art. 155”.

O tipo privilegiado está previsto na parte final do dispositivo supramencionado, segundo o qual, na receptação dolosa, aplica-se o disposto no § 2º do art. 155 que assim dispõe: “Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa”.

Ademais, a possibilidade de perdão judicial está prevista na hipótese de receptação culposa (art. 180, §3º, do CP), que ocorre quando o agente adquire ou recebe coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso. Importante destacar que, nesse caso, o Código Penal exige a primariedade do agente, podendo o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

A alternativa C está incorreta, pois o crime de dano (CP, art. 163) admite forma qualificada, porém não admite a forma derivada do tipo privilegiado. Por outro lado, o delito de estelionato (CP, art. 171) admite a forma qualificada em seu § 2º-A (fraude eletrônica) e a forma derivada do tipo privilegiado.

“Estelionato

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

(...) § 1º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º”.

Nesse contexto, o § 2º do art. 155 dispõe que: “Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa”.

A alternativa D está incorreta, no que se refere à segunda parte da alternativa, pois o perdão judicial somente pode ser concedido na sentença ou no acórdão, depois de cumprido o devido processo legal, enquanto as imunidades penais absolutas impedem a instauração da persecução penal.

Nesse contexto, ao tratar das semelhanças e distinções da imunidade penal absoluta e do perdão judicial, Cleber Masson afirma que: “Em ambos os institutos o fato é típico e ilícito, e o agente possui culpabilidade. Subsiste o crime, operando-se exclusivamente a impossibilidade de imposição de pena. Em suma, há um delito e o seu responsável deve submeter-se ao juízo de reprovabilidade, mas o Estado está impedido de puni-lo. Se não bastasse, as imunidades penais absolutas e o perdão judicial são condições pessoais (ou subjetivas), pois somente favorecem pessoas determinadas, não se comunicando aos demais coautores e partícipes do crime. Mas, nada obstante tais semelhanças, as imunidades penais absolutas e o perdão judicial não se confundem. Com efeito, as imunidades penais absolutas impedem a instauração da persecução penal. Sequer existe inquérito policial, pois elas são justificadas por questões objetivas, provadas de imediato. Exemplo: relação de parentesco na linha reta (CP, art. 181, inc. II). Por outro lado, o perdão judicial, legalmente classificado como causa de extinção da punibilidade (CP, art. 107, inc. IX), somente pode ser concedido na sentença ou no acórdão, depois de cumprido o devido processo legal. Depende, portanto, do regular trâmite da ação penal restar provado se estão ou não presentes os requisitos legalmente exigidos para sua concessão”.

A alternativa E está incorreta, pois a conduta de ofender determinada pessoa, de maneira específica e individualizada, escolhendo como meio para ofender um preconceito de raça, consiste no delito de injúria racial incluído em 2023 no texto da Lei nº 7.716/1989:

Art. 2º-A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

Ademais, é importante destacar que o racismo se diferencia da injúria racial, pois consiste em manifestação generalizada. Segundo Cleber Masson: Os crimes de racismo são definidos pela Lei 7.716/1989 (crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor) e se evidenciam por manifestações preconceituosas generalizadas (a todas as pessoas de uma cor de pele qualquer) ou pela segregação racial (exemplo: vedar a matrícula de uma criança em uma escola por causa da cor da sua pele). Exemplificativamente, chamar alguém de “amarelo (ou branco ou negro) safado” tipifica injúria qualificada, enquanto afirmar que “todos os amarelos (ou brancos ou negros) são safados” constitui crime de racismo.

QUESTÃO 14. Em relação à responsabilidade dos Prefeitos Municipais, prevista no Decreto-Lei 201/67, assinale a alternativa correta:

a) Os crimes de responsabilidade, que contemplam modalidades de tipos puníveis com reclusão e de tipos puníveis com detenção, são sujeitos a julgamento pelo Poder Judiciário, e as infrações político-administrativas são sujeitas a julgamento pela Câmara de Vereadores.

b) Os crimes de responsabilidade, que contemplam apenas modalidades de tipos puníveis com reclusão, e as infrações político-administrativas, são sujeitos a julgamento somente pelo Tribunal de Justiça.

c) Os crimes de responsabilidade, que contemplam apenas modalidades de tipos puníveis com detenção, e as infrações político-administrativas, são sujeitos a julgamento somente pelo Tribunal Regional Eleitoral.

d) Os crimes de responsabilidade, que contemplam apenas modalidades de tipos puníveis com detenção, e as infrações político-administrativas, são sujeitos a julgamento somente pelo Juiz de Direito de primeiro grau.

e) Os crimes de responsabilidade, que contemplam modalidades de tipos puníveis com reclusão e de tipos puníveis com detenção, são sujeitos a julgamento pelo Poder Judiciário, e as infrações político-administrativas são sujeitas a julgamento pela Assembleia Legislativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Os crimes de responsabilidade dos Prefeitos estão sujeitos a julgamento pelo Poder Judiciário, além disso, são punidos com pena de reclusão ou detenção. Dispõe o art. 1º, caput e §1º, do Decreto-Lei nº 201/1967 que:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

(...)

§1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.

De forma diversa, as infrações político-administrativas são sujeitas a julgamento pela Câmara de Vereadores, nos termos do art. 4º, caput, do Decreto-Lei nº 201/1967:

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, de acordo com o fundamento exposto acima.

QUESTÃO 15. Quanto aos crimes tipificados na Lei 11.343/06 (Lei de Drogas) e na Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), é correto afirmar:

a) O crime tipificado no art. 35 da Lei 11.343/06 (associação para o tráfico de drogas) é considerado hediondo por equiparação.

b) Para incidência da causa de aumento de pena tipificada no art. 40, inciso V, da Lei 11.343/06 ("se caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal"), é necessária a efetiva transposição do tráfico de drogas entre os Estados, não sendo suficiente a inequívoca finalidade do agente em realizar o tráfico interestadual.

c) O benefício do tráfico privilegiado, previsto no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06, aplica-se aos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico de drogas, previstos, respectivamente, no art. 33 e no art. 35 da mesma Lei.

d) Se o agente pratica homicídio culposo na direção de veículo automotor, estando sob a influência de álcool, no mesmo contexto fático, responde por crime único, na forma qualificada de homicídio culposo, prevista no art. 302, § 3º, da Lei 9.503/97, punível com reclusão, de cinco a oito anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

e) Se o agente pratica homicídio culposo na direção de veículo automotor, sem possuir habilitação para dirigir, no mesmo contexto fático, responde pelo crime previsto no art. 302, caput, da Lei 9.503/97, em concurso formal com o crime previsto no art. 309 da mesma Lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, consoante o entendimento pacificado no âmbito do STJ, o crime de associação para o tráfico não integra o rol de crimes hediondos ou equiparados previstos na Lei n. 8.072/90.

A alternativa B está incorreta, nos termos da Súmula 587 do STJ: "Para a incidência da majorante prevista no artigo 40, V, da Lei 11.343/06, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual".

A alternativa C está incorreta, pois a minorante do tráfico privilegiado somente se aplica aos delitos previstos no art. 33, “caput”, e art. 33, § 1º, ambos da Lei nº 11.343/2006, por expressa previsão legal:

Art. 33. § 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, ~~vedada a conversão em penas restritivas de direitos~~, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 302, §3º, do Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:

§ 3º Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas - reclusão, de cinco a oito anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

A alternativa E está incorreta, segundo o entendimento do STJ no AgRg no HC 749.440-SC, divulgado por ocasião do informativo Edição Extraordinária nº 10 (Direito Penal) em 31 de janeiro de 2023, que possui o seguinte destaque: “Tendo havido a indicação de que os delitos, autônomos, resultaram de ações distintas, não incide o concurso formal aos tipos penais dos artigos 306 (embriaguez ao volante) e o art. 309 (direção de veículo automotor sem a devida habilitação) do Código de Trânsito Brasileiro”. Cumpre destacar, ainda, as seguintes informações do inteiro teor do julgado: Os tipos penais do art. 306 e 309 do CTB possuem momentos consumativos distintos, na medida em que o art. 306 do CTB (embriaguez ao volante) é de perigo abstrato, de mera conduta, enquanto o art. 309 do CTB (direção de veículo automotor sem a devida habilitação) é de perigo concreto. Extraí-se do caso que, consoante consignado no pelo Tribunal de origem, “é impossível aplicar o concurso formal de crimes no presente caso, pois há duas ações isoladas, com desígnios de vontades autônomas e com dois resultados distintos. Com efeito, o momento em que o acusado passou a conduzir a motocicleta em via pública, com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool (art. 306 do CTB), em hipótese alguma se confunde com aquele que é flagrado dirigindo referido automóvel, sem a devida habilitação ou permissão para dirigir (art. 309 do CTB), em zigue-zague entre as duas pistas de rolamento, quase atropelando pedestres que atravessavam a rua, gerando, assim, perigo de dano.”

QUESTÃO 16. Sobre crimes eleitorais, assinale a alternativa correta:

a) As modalidades de crimes eleitorais, previstos no Código Eleitoral (Lei 4.737/65) e em legislação eleitoral especial, admitem persecução mediante ação penal pública incondicionada, mediante ação penal pública condicionada ou mediante ação penal privada.

b) O Código Eleitoral (Lei 4.737/65), a Lei 9.504/97 (Lei das Eleições) e a Lei Complementar 064/90 (Lei de Inelegibilidades) contemplam modalidades de crimes cuja pena privativa de liberdade, abstratamente cominada, admite, em tese, fixação de regime inicial fechado para cumprimento.

c) De acordo com o Código Eleitoral (Lei 4.737/65), se o membro do Ministério Público eleitoral deixar de oferecer denúncia no prazo legal, está sujeito a exclusiva responsabilização administrativa, mas se deixar de promover a execução de sentença condenatória no prazo legal, pode ser também responsabilizado criminalmente.

d) Os crimes previstos no Código Eleitoral (Lei 4.737/65) não admitem hipóteses de perdão judicial.

e) o Código Eleitoral (Lei 4.737/65) contempla modalidades de crimes eleitorais que, por serem praticados mediante utilização de violência ou grave ameaça, não comportam proposta de acordo de não persecução penal (CPP, art. 28-A).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda sobre crimes eleitorais.

A alternativa A está incorreta. Os crimes eleitorais somente admitirão ação penal pública incondicionada, conforme art. 355 do Código Eleitoral.

A alternativa B está incorreta. A cominação da pena privativa de liberdade em regime inicial fechado não encontra previsão no Código Eleitoral, na Lei das Eleições e na Lei Complementar 64/90, abstratamente. Portanto, o regime inicial de cumprimento dessa pena será determinado pelo Código Penal e não pelas leis eleitorais específicas, uma vez que essas referidas legislações cuidam da organização e o exercício de direitos políticos, estabelecem normas gerais para as eleições e acerca de inelegibilidade.

As legislações eleitorais especiais definem, portanto, os tipos de condutas criminosas e suas penas associadas. Quanto as regras específicas de cumprimento de pena serão determinadas pelo Código Penal.

A alternativa C está incorreta. A questão está parcialmente incorreta. Nos termos do art. 356 da Lei 4.737/65, quando o membro do Ministério Público eleitoral deixar de oferecer denúncia no prazo legal, além da responsabilidade administrativa, representada contra ele pela autoridade judiciária, poderá incorrer em apuração da responsabilidade penal.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 326, §1º, II, do Código Eleitoral, no crime de injúria em propaganda eleitoral, o juiz poderá deixar de aplicar a pena extinguindo a punibilidade no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

A alternativa E está incorreta. A prática de crime sem violência ou grave ameaça, além de pena mínima inferior a 4 anos, nos termos do art. 28-A do Código de Processo Penal. A exemplo, o crime eleitoral previsto no art. 301 do Código Eleitoral, este não poderá ser sujeito a ANPP: "Art. 301. Usar de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos: Pena - reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa."

QUESTÃO 17. Sobre a Lei Complementar 064/90, que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências", assinale a alternativa correta:

a) O Ministério Público Eleitoral possui legitimidade para representar à Justiça Eleitoral para abertura de ação de investigação judicial eleitoral (AIJE), legitimidade esta também conferida, por exemplo, a qualquer candidato.

b) A sentença condenatória do agente, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, relativa à prática de crimes contra a saúde pública, afeta a sua

elegibilidade, mas relativa à prática de crimes contra o meio ambiente, não afeta a sua elegibilidade.

c) A arguição de inelegibilidade será feita perante o Tribunal Regional Eleitoral respectivo quando se tratar de candidato a Governador de Estado, e ao Tribunal Superior Eleitoral quando se tratar de candidato a Senador.

d) Qualquer cidadão ou o Ministério Público possuem legitimidade para, em petição fundamentada, apresentar impugnação a pedido de registro de candidatura.

e) A declaração de inelegibilidade do candidato a Prefeito Municipal atinge o candidato a Vice-Prefeito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 22 da Lei Complementar 064/90, qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral para a abertura de investigação judicial eleitoral.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 18. Sobre a Lei 9.504/97, que "Estabelece normas para as eleições", assinale a alternativa incorreta:

a) A divulgação de pesquisa de opinião pública relativa às eleições, sem o prévio registro, junto à justiça eleitoral, de informações referentes, por exemplo, à metodologia e período de realização da pesquisa, sujeita os responsáveis à aplicação de multa, mas a divulgação de pesquisa fraudulenta de opinião pública relativa às eleições constitui crime.

b) A propaganda eleitoral no rádio e na televisão restringe-se ao horário gratuito definido na Lei 9.504/97, sendo vedada a veiculação de propaganda paga.

c) A representação para apuração de captação ilícita de sufrágio, por parte do candidato, prevista no art.41-A, da Lei 9.504/97, poderá ser ajuizada até a data da diplomação.

d) Os crimes de arregimentação de eleitor ou de propaganda de boca de urna, praticados no dia da eleição (Lei 9.504/97, art. 39, § 5º, inciso II), comportam, em tese, o benefício da transação penal (Lei 9.099/95, art. 76).

e) A divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos é vedada no dia da eleição, constituindo-se em infração administrativa sujeita à aplicação de multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão requer que o candidato assinale a alternativa incorreta, estando ela em desacordo com a Lei 9.504/97.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 39, §5º da Lei 9.504/97, a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, é punível com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR.

As demais alternativas estão incorretas, estando consoantes a Lei 9.504/97.

QUESTÃO 19. Assinale a alternativa correta:

- a) A reintegração é o reingresso na carreira do membro do Ministério Público aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- b) A reversão é o reingresso do membro do Ministério Público na carreira, com ressarcimento do subsídio e vantagens deixados de perceber em razão da demissão, devidamente atualizados, computando-se, para todos os efeitos legais, o tempo correspondente ao afastamento.
- c) O membro do Ministério Público em licença para o desempenho de mandato classista poderá concorrer à promoção por merecimento.
- d) É dever funcional do membro do Ministério Público indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal.
- e) Consoante estabelece o art. 163 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná (Lei Complementar Estadual nº 085/99), os membros do Ministério Público são passíveis de aplicação das seguintes sanções disciplinares: advertência, multa, censura, suspensão, exclusão, disponibilidade com subsídios proporcionais e demissão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão exige o conhecimento acerca da carreira do Ministério Público do Estado do Paraná, regulamentada na Lei orgânica do MPPR, Lei complementar estadual nº 85/99.

A alternativa A está incorreta, segundo art. 122 da Lei orgânica do MPPR: “A reintegração, que decorrerá de decisão judicial passada em julgado, é o reingresso do membro do Ministério Público na carreira, com ressarcimento do subsídio e vantagens deixados de perceber em razão da demissão, devidamente atualizados, computando-se, para todos os efeitos legais, o tempo correspondente ao afastamento.”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 123 da Lei orgânica do MPPR: “A reversão é o reingresso na carreira do membro do Ministério Público aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.”

A alternativa C está incorreta, de acordo com o art. 134, §3º, da Lei orgânica do MPPR: “O membro do Ministério Público em licença para o desempenho de mandato classista não poderá concorrer à promoção por merecimento.”

A alternativa D está correta, de acordo com o art. 155, III, da Lei orgânica do MPPR: “Os membros do Ministério Público devem exercer suas funções com zelo e probidade, observando o decoro pessoal, as normas que regem a sua atividade e, especialmente: (...) III - indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal;”

A alternativa E está incorreta, segundo o art. 163 da Lei orgânica do MPPR: “Os membros do Ministério Público são passíveis das seguintes sanções disciplinares: I - advertência; II - multa; III - censura; IV - suspensão; V - disponibilidade com subsídio proporcional; VI – demissão”

QUESTÃO 20. Assinale a alternativa incorreta:

a) Prescreve em três anos, a falta punível com sanção disciplinar de advertência, multa ou censura.

b) A sindicância é o procedimento preliminar que tem por objetivo a verificação sumária de indícios da prática de falta disciplinar ou infração para a instauração de processo administrativo.

c) Da decisão do Procurador-Geral de Justiça que aplicar sanção disciplinar, caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o Colégio de Procuradores de Justiça.

d) O membro do Ministério Público que houver sido punido disciplinarmente com advertência, multa ou censura, poderá obter do Conselho Superior do Ministério Público o cancelamento das respectivas notas dos assentamentos, decorridos dois anos do trânsito em julgado da decisão que as aplicou, desde que, neste período, não haja sofrido outra punição disciplinar.

e) O Conselho Superior do Ministério Público, integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por mais sete Procuradores de Justiça não afastados da carreira, eleitos anualmente, é órgão colegiado de caráter normativo, deliberativo e sancionador, incumbido de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, bem como de velar pelos seus princípios institucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão exige o conhecimento acerca dos pensamentos de Herbert Hart, filósofo do direito e magistrado britânico, conhecido por seu trabalho no estudo da moral e da filosofia política.

A alternativa A está incorreta, pois está de acordo com o art. 168, I, da Lei orgânica do MPPR: "Prescreverá: I - em três anos, a falta punível com advertência, multa ou censura;"

A alternativa B está incorreta, pois está conforme art. 170 da Lei orgânica do MPPR: "A sindicância é o procedimento preliminar que tem por objetivo a verificação sumária de indícios da prática de falta disciplinar ou infração para instauração de processo administrativo."

A alternativa C está correta, pois contraria o art. 186, II, da Lei orgânica do MPPR: "Caberá recurso, com efeito suspensivo, para o Colégio de Procuradores de Justiça: (...) II - da decisão do Procurador-Geral de Justiça que aplicar sanção disciplinar"

A alternativa D está incorreta, pois está de acordo com o art. 195 da Lei orgânica do MPPR: "O membro do Ministério Público que houver sido punido disciplinarmente com advertência, multa ou censura, poderá obter do Conselho Superior do Ministério Público o cancelamento das respectivas notas dos assentamentos, decorridos dois anos do trânsito em julgado da decisão que as aplicou, desde que, neste período, não haja sofrido outra punição disciplinar."

A alternativa E está incorreta, segundo o art. 28 da Lei orgânica do MPPR: "O Conselho Superior do Ministério Público, integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por mais sete Procuradores de Justiça não afastados da carreira, eleitos anualmente, é órgão colegiado de caráter normativo, deliberativo e sancionador, incumbido de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, bem como de velar pelos seus princípios institucionais"

QUESTÃO 21. Os imóveis do Estado do Paraná podem ser objetos de doação apenas em situações expressamente previstas na Constituição Estadual. Assinale a alternativa incorreta:

a) Para a União e outros estados, ou entes integrantes da Administração direta ou indireta, através de decreto executivo.

b) Mediante autorização legislativa, se o beneficiário for a União, outros Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou integrar-lhes a Administração direta ou indireta, desde que, neste último caso, não explore atividade econômica, nos termos do art. 147 desta Constituição.

c) Através de autorização legislativa, para fins de assentamentos de caráter social e regularização fundiária.

d) Para entes da Administração Pública direta e indireta estadual, com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado que não explore atividade econômica, nos termos do art. 147 desta Constituição, ou serviço social autônomo, criado pela Administração Pública Estadual.

e) Para entidades de assistência social, organização da sociedade civil sem fins lucrativos que não distribuam entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva, desde que vinculado ao interesse público e social, mediante autorização legislativa.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta, posto que é a única alternativa incorreta. De acordo com art. 10, I, "a", da Constituição do Estado do Paraná, é necessária autorização legislativa, não bastando decreto executivo: "Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de uso gratuito, exceto nos casos de: I - doação: a) mediante autorização legislativa, se o beneficiário for a União, outros Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou integrar-lhes a Administração direta ou indireta, desde que, neste último caso, não explore atividade econômica, nos termos do Art. 147 desta Constituição;"

Utilizando como base o mesmo dispositivo legal, a alternativa B fica incorreta, posto que está de acordo com disposição do art. 10, I, "a", da Constituição do Estado do Paraná.

A alternativa C está incorreta posto que está de acordo com disposição do art. 10, I, "b", da Constituição do Estado do Paraná: "Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de uso gratuito, exceto nos casos de: I - doação: b) mediante autorização legislativa, para fins de assentamentos de caráter social e regularização fundiária;"

A alternativa D está incorreta, posto que está de acordo com disposição do art. 10, I, "b", da Constituição do Estado do Paraná: "Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de uso gratuito, exceto nos casos de: I - doação: c) entre entes da Administração Pública direta e indireta estadual, com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado que não explore atividade econômica, nos termos do art. 147 desta Constituição, ou serviço social autônomo, criado pela Administração Pública Estadual;"

A alternativa E está incorreta, posto que está de acordo com disposição do art. 10, I, “b”, da Constituição do Estado do Paraná: “Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de uso gratuito, exceto nos casos de: I - doação: d) mediante autorização legislativa, para entidades de assistência social, organização da sociedade civil sem fins lucrativos que não distribuam entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva, desde que vinculado ao interesse público e social.”

QUESTÃO 22. A Constituição Estadual do Paraná prevê, expressamente, hipóteses de intervenção estatal nos municípios. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.**
- b) Não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei.**
- c) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.**
- d) Assegurar o cumprimento da ordem pública.**
- e) Quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição do Estado, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, posto que está de acordo com art. 20, I, da Constituição do Estado do Paraná: “Art. 20. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;”

A alternativa B está incorreta, posto que está de acordo com art. 20, II, da Constituição do Estado do Paraná: “Art. 20. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando: II - não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei;”

A alternativa C está incorreta, posto que está de acordo com art. 20, III, da Constituição do Estado do Paraná: “Art. 20. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando: III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;”

A alternativa D está correta, posto que é a única alternativa incorreta. As hipóteses de intervenção do Estado no Município são taxativas e, no rol do art. 20 da Constituição do Estado do Paraná, não consta hipótese de intervenção para “assegurar o cumprimento da ordem pública”: “

A alternativa E está incorreta, posto que está de acordo com art. 20, IV, da Constituição do Estado do Paraná: “Art. 20. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando: IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição do Estado, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.”

QUESTÃO 23. De acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) É direito da gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, a licença com a duração de cento e oitenta dias.
- b) O direito a licença maternidade é assegurado às trabalhadoras gestantes com vínculo empregatício celetista ou estatutário.
- c) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.
- d) A licença-maternidade poderá ser usufruída por trabalhadoras gestantes com vínculo efetivo ou cargo em comissão, porém, tal licença não se estende às trabalhadoras com contrato temporário, tendo em vista a própria natureza excepcional do contrato.
- e) Qualquer trabalhadora tem direito à licença-maternidade, porém a estabilidade provisória não pode ser estendida às gestantes com vínculo empregatício temporário.

Comentários

A alternativa apontada como correta pela banca foi a letra C. No entanto, entendemos que a questão está **NULA**, posto que tanto a **letra B** quanto a **letra C** estão corretas.

A alternativa A está incorreta. A duração da licença gestante será de 120 dias, de acordo com art. 7º, XVIII, da CF: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;”

A alternativa B está correta. De fato, a licença maternidade é assegurada tanto às trabalhadoras gestantes com vínculo empregatício celetista, quanto às com vínculo estatutário. De acordo com artigo 39, § 3º, da CF: “§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.” Portanto, o art. 7º, XVIII, relativo à licença maternidade das trabalhadoras celetistas, também se aplica às trabalhadoras estatutárias.

A alternativa C está correta. De acordo com Tema 542 do STF, fixado no julgamento do RE 842844: “A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.”

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial, as alternativas D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 24. Sobre a liberdade de expressão e o entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) A liberdade de expressão e a manifestação pública são direitos fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988, não podendo sofrer qualquer limitação legal em qualquer situação.
- b) O Código Penal Militar ao reprimir a crítica de militares "a ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou qualquer resolução do Governo", não viola o sistema

normativo-constitucional, pois tal restrição é adequada e proporcional considerando-se as atribuições e singularidades da carreira.

c) O art. 166 do Código Penal Militar ("art. 166. Publicar o militar ou assemelhado, sem licença, ato ou documento oficial, ou criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do Governo: Pena - detenção, de dois meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.") não foi recepcionado pela Constituição Federal.

d) A norma que prevê a proibição de um militar criticar ato de seu superior limita o exercício da liberdade de expressão dos militares para toda e qualquer situação.

e) O STF entendeu pela inconstitucionalidade do art. 166 do Código Penal Militar, tendo em vista que o regime disciplinar aplicado aos militares deve ser o mesmo empregado aos servidores públicos civis, sendo assegurado o direito à liberdade de expressão.

Comentários

A alternativa apontada como correta pela banca foi a letra B. No entanto, entendemos que a questão é **NULA**, pois o enunciado pede a alternativa INCORRETA, e as alternativas A, C, D e E estão todas incorretas.

A alternativa A está incorreta. O próprio art. 5º, XVI, da CF, que prevê a liberdade de manifestação, determina que esse direito não é absoluto: "XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;"

A alternativa B está correta, de acordo com entendimento fixado pelo STF no julgamento da ADPF 475. Vejamos: "Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Artigo 166 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. Crítica a ato de superior ou a assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do governo. Conduta tipificada como crime militar. Direitos fundamentais. Restrição à liberdade de expressão. Ponderação entre preceitos fundamentais. Norma compatível com o sistema normativo-constitucional vigente. Possibilidade de que sejam analisadas e sopesadas todas as circunstâncias de cada caso concreto. Aferição da presença de todas as elementares do tipo penal. Improcedência do pedido. 1. As normas constitucionais devem ser compreendidas de modo que a elas seja dada máxima efetividade, sem se olvidar da coerência que o sistema impõe. Precedentes. 2. Na espécie, está-se diante de dispositivo do Código Penal Militar que proíbe os militares de criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do governo, sob pena de detenção. O Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de se debruçar sobre matéria relacionada à ponderação entre o preceito da liberdade de expressão e os postulados da hierarquia e da disciplina, sob o prisma das carreiras policiais, cuja lógica, mutatis mutandis, em tudo se aplica ao presente caso (v.g., ADPF nº 353, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 21/6/21, publicado no DJe de 30/6/21). 3. A livre manifestação de ideias, quaisquer que sejam – mesmo que envolvam críticas e protestos –, é condição sine qua non para o amadurecimento do sistema democrático e para o desenvolvimento da sociedade pluralista pretendida pelo legislador constituinte. No entanto, na linha do entendimento já firmado pela Corte, há que se atentar para a singularidade das carreiras militares, sejam elas policiais ou propriamente militares, que igualmente são subservientes aos postulados da hierarquia e da disciplina, e cujas limitações "visam a atender à supremacia do bem coletivo em detrimento de interesses particulares, até pela força, se necessário" (ADI nº 6.595, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe de 5/8/22). 4. A previsão normativa em apreço não ofende, a priori, os princípios e valores constitucionalmente

protegidos. Ao reprimir a crítica dos militares “a atos de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do Governo”, a norma pretende evitar excessos no exercício da liberdade de expressão que comprometam a hierarquia e a disciplina internas, postulados indispensáveis às instituições militares, e, assim, em última análise, impedir que se coloquem em risco a segurança nacional e a ordem pública, bens jurídicos vitais para a vida em sociedade. Nada obsta, todavia, que sejam analisadas e sopesadas todas as circunstâncias de cada caso concreto, a fim de se aferir se estão presentes todas as elementares do tipo penal. 5. Pedido julgado improcedente, tendo em vista a recepção do art. 166 do Código Penal Militar.”

Pelo mesmo entendimento jurisprudencial, as alternativas C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 25. De acordo com o texto constitucional, o Presidente ficará suspenso de suas funções quando (assinale a alternativa correta):

- a) nas infrações penais comuns, após o oferecimento da denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.**
- b) nos crimes de responsabilidade após a instauração de processo pela Câmara dos Deputados e submissão ao Senado Federal.**
- c) nos crimes comuns após a submissão à Câmara dos Deputados e determinação de seu afastamento.**
- d) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.**
- e) nos crimes de responsabilidade, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. De acordo com art. 86, § 1º, da CF: “Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade. § 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.”

Portanto, correta a letra D.

Tomando por base o mesmo dispositivo constitucional, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 26. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, exceto (assinale a alternativa incorreta):

- a) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.**
- b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.**

c) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

d) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

e) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta, posto que é a única alternativa que traz hipótese cujo processamento e julgamento não será feito pelo STJ, mas sim pelo STF. De acordo com art. 102, I, “e”, da CF: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;”

A alternativa B está incorreta, posto que traz, corretamente, hipótese cujo processamento e julgamento será feito pelo STJ. De acordo com art. 105, I, “b”, da CF: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;

A alternativa C está incorreta, posto que traz, corretamente, hipótese cujo processamento e julgamento será feito pelo STJ. De acordo com art. 105, I, “g”, da CF: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;”

A alternativa D está incorreta, posto que traz, corretamente, hipótese cujo processamento e julgamento será feito pelo STJ. De acordo com art. 105, II, “c”, da CF: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: II - julgar, em recurso ordinário: c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;”

A alternativa E está incorreta, posto que traz, corretamente, hipótese cujo processamento e julgamento será feito pelo STJ. De acordo com art. 105, I, “h”, da CF: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;”

QUESTÃO 27. São princípios que regem a atividade econômica (assinale a alternativa correta):

a) soberania nacional, livre concorrência, redução de desigualdade regionais e sociais, busca do pleno emprego e não-intervenção.

b) redução das desigualdades sociais e regionais, busca do pleno emprego, tratamento diferenciado para empresas de pequeno e médio porte que tenham sede e administração no Brasil.

c) soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade e a defesa do consumidor.

d) igualdade entre os estados, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

e) independência nacional, soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade e livre concorrência.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. No rol de princípios do art. 170 da CF, não consta “não-intervenção”. Vejamos: Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.”

A alternativa B está incorreta. Não há de se falar em “tratamento diferenciado”, mas sim em “tratamento favorecido”. De acordo com art. 170, IX, da CF: “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 170, I, II, III e V, da CF: “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; V - defesa do consumidor;”

A alternativa D está incorreta. No rol de princípios do art. 170 da CF, transcrito na justificativa da alternativa A, não consta “igualdade entre os estados”.

A alternativa E está incorreta. No rol de princípios do art. 170 da CF, transcrito na justificativa da alternativa A, não consta “independência nacional”.

QUESTÃO 28. Analise os conceitos e relacione com seus autores respectivos. Após, assinale a alternativa correta:

I. Os princípios dão mandamentos de otimização. A sua aplicabilidade depende da análise fática e jurídica sendo sua aplicação considerada como a do "mais ou menos", ou seja, deve haver uma ponderação de cada princípio à aplicabilidade no caso concreto.

II. Os princípios são valores político-morais. Ao analisar e decidir sobre o caso concreto o juiz não deve recorrer a qualquer princípio sem que esse seja compatível com a situação fática. Antes, deve decidir com base em fundamentos políticos vigentes em determinado local e momento histórico.

III. Os princípios preconizam o fim a se perseguir, como os objetivos que se pretende alcançar.

a. Humberto Ávila

b. Robert Alexy

c. Ronald Dworkin

a) I-b, II-c e III-a

b) I-b, II-a e III-c

c) I-c, II-b e III-c

d) I-c, II-a e III-c

e) I-b, II-c e III-a

Comentários

A banca apontou a questão como **NULA**, pois há 2 respostas corretas/duplicadas: alternativa A e alternativa E.

O Item I se refere ao pensamento de Robert Alexy. Vejamos: “Na verdade, não há uma hierarquia formal abstrata entre os princípios; a prevalência de um sobre o outro vai depender das circunstâncias jurídicas e fáticas do caso concreto. Por isso, Alexy diz que só pode existir relação condicionada, ou concreta, relativa; e a questão decisiva é baixo quais condições qual o princípio deve prevalecer e qual deve ceder.” (AMORIM, Letícia Balsamão. A distinção entre regras e princípios segundo Robert Alexy: Esboço e Críticas. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 42 n. 165 jan./mar. 2005. p. 123-134).

O Item II se refere ao pensamento de Ronald Dworkin. Vejamos: “Note-se que o juiz, em circunstâncias como estas, “deve, portanto, examinar a questão não apenas como um problema de ajustamento entre uma teoria e as regras da instituição, mas também como uma questão de filosofia política”. O juiz deve analisar a questão tendo que decidir qual concepção da ideia geral acerca daquele direito preferencial é a elaboração convincentemente mais satisfatória. Se não fizer isso, o juiz não terá como levar adiante a ideia de um “empreendimento” jurídico. E conseqüentemente, não terá como responder de forma eficiente qual é o sistema político estabelecido pela Constituição que obedece. Dessa maneira, o juiz deve elaborar uma teoria da constituição. Essa deve ser desenvolvida como um conjunto complexo de princípios e políticas que sustentem a estrutura organizativa de um governo. Ao desenvolver tal teoria, o juiz deve referir-se de forma alternada a uma filosofia política e aos pormenores institucionais. Assim, “deve gerar teorias possíveis que justifiquem diferentes aspectos do sistema, e testá-las, contrastando-as com a estrutura institucional mais ampla. Quando o poder de discriminação desse teste estiver exaurido, ele deverá elaborar os conceitos contestados que a teoria exitosa utiliza.” (NUNES, Fabrício do Prado. Teoria Geral do Direito e Hermenêutica Jurídica na visão de H. L. A. Hart e Ronald Dworkin. Revista da Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Uruguaiana, vol. 4, nº 1. 2011).

O Item III se refere ao pensamento de Humberto Ávila. De acordo com entendimento do próprio autor, em sua obra “Teoria dos Princípios”: “O importante é que tanto os princípios quanto as regras permitem a consideração de aspectos concretos e individuais. No caso dos princípios essa

consideração de aspectos concretos e individuais é feita sem obstáculos institucionais, na medida em que os princípios estabelecem um estado de coisas que deve ser promovido sem descrever, diretamente, qual o comportamento devido. O interessante é que o fim, independente da autoridade, funciona como razão substancial para adotar os comportamentos necessários à sua promoção. Adota-se um comportamento porque seus efeitos contribuem para promover o fim. Os princípios poderiam ser enquadrados na qualidade de normas que geram, para a argumentação, razões substanciais (substantive reasons) ou razões finalísticas (goal reasons). Por exemplo, a interpretação do princípio da moralidade irá indicar que a seriedade, a motivação e a lealdade compõem o estado de coisas, e que comportamentos sérios, esclarecedores e leais são necessários. O princípio, porém, não indicará quais são, precisamente, esses comportamentos.” (ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: Da definição à aplicação dos princípios jurídicos / Humberto Ávila. - 18. ed. rev e atual. - São Paulo: Malheiros, 2018; p-70).

Portanto, a ordem correta de associação é: I-b, II-c e III-a. Logo, tanto a alternativa A quanto a alternativa E estão corretas, pois ambas apontam o mesmo.

QUESTÃO 29. Maria, casada com João, engravidou de Alice. Infelizmente, Maria não resistiu e faleceu no parto. João, servidor público, requereu a licença-maternidade de 180 (cento e oitenta dias) dias, ao argumento de ser o único responsável por sua filha. Considerando o entendimento do STF, assinale a alternativa correta:

a) O pedido deverá ser indeferido, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 prevê a concessão de 5 (cinco) dias úteis, a contar do dia do nascimento.

b) De acordo com a CLT, deverá ser concedido ao servidor apenas 1 (um) dia para gozo, em razão da licença-paternidade.

c) Embora a CLT disponha que a licença-paternidade será usufruída em 1 (um) dia, a Constituição Federal amplia o direito para 5 (cinco) dias, sendo, portanto, esse o prazo a ser concedido ao servidor.

d) Diante do falecimento da genitora, havendo somente o genitor como responsável, a licença-paternidade será concedida por 5 (cinco) dias com a possibilidade de prorrogação para até 20 (vinte) dias corridos.

e) Na ausência de presença materna, sendo o pai o único responsável, em atendimento ao princípio da proteção integral e ao princípio da prioridade absoluta, a administração pública deverá conceder a licença-maternidade ao genitor pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**. De acordo com Tema 1182 do STF, fixado no julgamento do RE 1348854: “À luz do art. 227 da CF que confere proteção integral da criança com absoluta prioridade, bem como do princípio da isonomia de direitos entre o homem e a mulher (art. 5º, I, CF), a licença maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88, e regulamentada pelo art. 207 da Lei 8.112/1990, estende-se ao pai, genitor monoparental, servidor público.”

Veja ementa do referido julgamento: “EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. GENITOR MONOPARENTAL DE CRIANÇAS GÊMEAS GERADAS POR MEIO DE TÉCNICA DE FERTILIZAÇÃO IN VITRO E GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO (“BARRIGA DE ALUGUEL”). DIREITO AO BENEFÍCIO DE SALÁRIO MATERNIDADE PELO PRAZO DE 180 DIAS. (...) 2. A Constituição Federal, no art. 227, estabelece com absoluta prioridade a integral proteção à criança. A ratio dos artigos 6º e 7º da

CF não é só salvaguardar os direitos sociais da mulher, mas também efetivar a integral proteção ao recém-nascido. (...)"

Tomando por base o mesmo entendimento jurisprudencial acima, as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 30. Após a instauração e devida apuração em processo administrativo disciplinar, determinado magistrado foi condenado pelo Tribunal de Justiça à pena de censura, por ter se valido do cargo para a obtenção de vantagem ilícita. A decisão colegiada foi publicada em 20/11/2020. O representante do Ministério Público se insurgiu contra a decisão através de pedido de revisão disciplinar junto ao CNJ, em 20/10/2021. Sobre o tema, levando-se em conta o entendimento do STF, assinale a alternativa correta:

a) O pedido de revisão disciplinar é tempestivo, haja vista que o prazo para tal é de 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão colegiada.

b) Embora o pedido do ente ministerial seja tempestivo (dentro do prazo de 2 (dois) anos), o Ministério Público não é parte legítima para propor a revisão, por não constar no rol taxativo da Constituição Federal de 1988.

c) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a legitimidade para a propositura da revisão disciplinar é universal, podendo ser proposta por terceiros ou de ofício, caracterizando, assim a legitimidade do ente ministerial para a provocação do Conselho Nacional de Justiça. Ademais, a interposição da insurgência é tempestiva, haja vista que não transcorreu o prazo de 2 (dois) anos para a propositura.

d) Compete ao CNJ rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de 1 (um) ano. Assim, o Ministério Público é parte legítima para propor a revisão disciplinar, sendo a insurgência tempestiva.

e) O Ministério Público deverá encaminhar o pedido de revisão disciplinar ao Tribunal de origem, o qual julgou a causa inicial.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. De acordo com art. 4º do Regimento Interno do CNJ: "Art. 4º Ao Plenário do CNJ compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte: VIII - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares contra juízes de primeiro grau e membros de tribunais julgados há menos de um ano;"

No mesmo sentido é o art. 82 do Regimento Interno do CNJ: "Art. 82. Poderão ser revistos, de ofício ou mediante provocação de qualquer interessado, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano do pedido de revisão."

Por fim, o art. 103-B, § 4º, V, da CF dispõe: "§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;"

Utilizando como base os mesmos dispositivos, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 31. De acordo com a Recomendação n. 96 de 2023 do CNMP, os órgãos do Ministério Público deverão observar, exceto (assinale a alternativa incorreta):

a) primariamente, as opiniões consultivas emitidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

b) as normas dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos em vigor no Brasil e as demais normas imperativas do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

c) o efeito vinculante das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos casos em que o Brasil é parte, nos termos do art. 68 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos.

d) a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando adequada ao caso.

e) as declarações e outros documentos internacionais de direitos humanos, quando adequados ao caso.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta, posto que é a única alternativa incorreta. A utilização de opiniões consultivas emitidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos é facultativa, e não obrigatória. De acordo com o texto do art. 3º, parágrafo único, da Resolução 96/2023 do CNMP: “Parágrafo único. É facultada a utilização de opiniões consultivas emitidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos na fundamentação de manifestações, pareceres e peças processuais ou extrajudiciais.”

A alternativa B está incorreta, posto que está de acordo com o texto do art. 2º, I, da Resolução 96/2023 do CNMP: “Art. 2º Recomenda-se aos órgãos do Ministério Público que observem, em seus respectivos âmbitos de atribuição, em todas as esferas de atuação: I - as normas dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos em vigor no Brasil e as demais normas imperativas do Direito Internacional dos Direitos Humanos;”

A alternativa C está incorreta, posto que está de acordo com o texto do art. 2º, II, da Resolução 96/2023 do CNMP: “Art. 2º Recomenda-se aos órgãos do Ministério Público que observem, em seus respectivos âmbitos de atribuição, em todas as esferas de atuação: II - o efeito vinculante das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos casos em que o Brasil é parte, nos termos do artigo 68 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos;”

A alternativa D está incorreta, posto que está de acordo com o texto do art. 2º, III, da Resolução 96/2023 do CNMP: “Art. 2º Recomenda-se aos órgãos do Ministério Público que observem, em seus respectivos âmbitos de atribuição, em todas as esferas de atuação: III - a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando adequada ao caso;”

A alternativa E está incorreta, posto que está de acordo com o texto do art. 2º, IV, da Resolução 96/2023 do CNMP: “Art. 2º Recomenda-se aos órgãos do Ministério Público que observem, em seus respectivos âmbitos de atribuição, em todas as esferas de atuação: IV - as declarações e outros documentos internacionais de direitos humanos, quando adequados ao caso.”

QUESTÃO 32. Consoante a Resolução n. 425 de 2021 do CNJ (Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades), assinale a alternativa que não apresenta um princípio expresso, no referido ato normativo (assinale a alternativa incorreta):

a) não criminalização das pessoas em situação de rua.

b) promoção do acesso aos direitos de cidadania e às políticas públicas.

c) reconhecimento da observância da igualdade racial das pessoas em situação de rua, com enfoque no enfrentamento ao racismo estrutural e institucional.

d) não estigmatização e uso de linguagem que não reforce preconceitos e visões higienistas em relação à população em situação de rua.

e) promoção ao acesso das pessoas em situação de rua à identificação civil básica e ao alistamento eleitoral.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, posto que está de acordo com o texto do art. 3º, II, da Resolução 425/2021 do CNJ: “Art. 3º A Política de que trata esta Resolução será orientada pelos seguintes princípios: II – não criminalização das pessoas em situação de rua;”

A alternativa B está incorreta, posto que está de acordo com o texto do art. 3º, III, da Resolução 425/2021 do CNJ: “Art. 3º A Política de que trata esta Resolução será orientada pelos seguintes princípios: III – promoção do acesso aos direitos de cidadania e às políticas públicas;”

A alternativa C está incorreta, posto que está de acordo com o texto do art. 3º, VII, da Resolução 425/2021 do CNJ: “Art. 3º A Política de que trata esta Resolução será orientada pelos seguintes princípios: VII – reconhecimento observância da igualdade racial das pessoas em situação de rua, com enfoque enfrentamento ao racismo estrutural e institucional;”

A alternativa D está incorreta, posto que está de acordo com o texto do art. 3º, XII, da Resolução 425/2021 do CNJ: “Art. 3º A Política de que trata esta Resolução será orientada pelos seguintes princípios: XII – não estigmatização e uso de linguagem que não reforce preconceitos e visões higienistas em relação à população em situação de rua.”

A alternativa E está correta, posto que é a única alternativa incorreta. “Assegurar o acesso das pessoas em situação de rua à identificação civil básica e ao alistamento eleitoral” é objetivo – e não princípio – da Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua. De acordo com art. 1º, X, da Resolução 425/2021 do CNJ: “Art. 1º Instituir, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades com o objetivo de: X – assegurar o acesso das pessoas em situação de rua à identificação civil básica e ao alistamento eleitoral;”

QUESTÃO 33. Assinale a alternativa correta:

a) De acordo com a doutrina e a jurisprudência, o princípio da motivação ordena que a Administração Pública fundamente suas decisões. Tal ordem é necessária apenas para os atos vinculados.

b) O princípio da presunção da veracidade discrimina que os atos praticados pela Administração Pública são verdadeiros e praticados dentro dos ditames legais. Tem-se que essa presunção é juris et de jure.

c) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

d) Estão expressamente previstos na constituição os princípios da moralidade, publicidade, eficácia, legalidade e impessoalidade.

e) Em relação à descentralização administrativa, decorre dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público o princípio da especialidade.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Segundo a posição majoritária, tanto os atos discricionários quanto os atos vinculados obedecerão ao dever de motivação. De acordo com doutrina do professor Rafael Rezende Oliveira: "(...) Dever de motivação de todos os atos administrativos, independentemente de sua classificação ou natureza, tendo em vista dois fundamentos principais: o princípio democrático (art. 1º, parágrafo único, da CRFB) - a motivação seria imprescindível para efetivação do controle social pelos verdadeiros "donos do poder" (o povo); o art. 93, X, da CRFB - apesar de exigir a motivação para as decisões administrativas no âmbito do Poder Judiciário, a norma deve ser aplicada aos demais Poderes enquanto executores da função administrativa; e a motivação permite um controle efetivo da legalidade, em sentido amplo, do ato. Nesse sentido: Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Celso Antônio Bandeira de Mello." (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 520-521).

A alternativa B está incorreta. De acordo com doutrina do professor Rafael Rezende Oliveira: "Os atos administrativos presumem-se editados em conformidade com o ordenamento jurídico (presunção de legitimidade), bem como as informações neles contidas presumem-se verdadeiras (presunção de veracidade). A presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos é justificada por várias razões, tais como a sujeição dos agentes públicos ao princípio da legalidade, a necessidade de cumprimento de determinadas formalidades para edição dos atos administrativos, celeridade necessária no desempenho das atividades administrativas, inviabilidade de atendimento do interesse público, se houvesse a necessidade de provar a regularidade de cada ato editado etc. Trata-se, no entanto, de presunção relativa (iuris tantum), pois admite prova em contrário por parte do interessado." (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 529-530).

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 37, § 1º, da CF: "§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos."

A alternativa D está incorreta. O princípio da eficácia não está expressamente previsto na CF. Na verdade, a CF faz menção ao princípio da eficiência. De acordo com seu art. 37, caput: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"

A alternativa E está correta. A descentralização administrativa “representa a transferência da atividade administrativa para outra pessoa, física ou jurídica, integrante ou não do aparelho estatal (ex.: descentralização de atividades para entidades da Administração Indireta - autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas - e para particulares - concessionários e permissionários de serviços públicos).” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 155).

Portanto, o princípio da especialidade reflete a ideia de descentralização administração, na qual são criadas entidades para o desempenho de finalidades específicas. De acordo com art. 37, XIX, da CF: “XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;”

QUESTÃO 34. Sobre o processo administrativo, considerando a Lei n. 9.784/1999 e a Lei Estadual n. 20.656/2021, assinale a alternativa correta:

a) A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, probidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público, celeridade, boa-fé e eficiência.

b) Nos processos administrativos serão observados os critérios da atuação conforme a lei e o direito, da objetividade no atendimento do interesse público, permitida a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.

c) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, devendo estes serem hierarquicamente subordinados, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

d) Será permitida, a qualquer tempo e a critério da autoridade delegante, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

e) Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada em lei.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 2º da Lei 9.784/99: “Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.”

Ademais, segundo art. 3º da Lei Estadual 20.656/2021: “Art. 3º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, probidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público, celeridade, boa-fé e eficiência.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 2º, parágrafo único, I, II e III, da Lei 9.784/99, é vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências. Vejamos: “Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: I - atuação conforme a lei e o Direito; II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de

poderes ou competências, salvo autorização em lei; III - III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

No mesmo sentido, é o art. 3º, § 1º, I, II e III da Lei Estadual 20.656/2021: “§ 1º Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: I - atuação conforme a lei e o direito; II - atendimento ao interesse público, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei; III - objetividade no atendimento do interesse público;”

A alternativa C está incorreta. A Lei não exige que o delegado seja hierarquicamente inferior. De acordo com art. 12 da Lei 9.784/99: “Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.”

No mesmo sentido, e de maneira explícita acerca da desnecessidade de hierarquia inferior, é o art. 16 da Lei Estadual 20.656/2021: “Art. 16. Um órgão administrativo e seu titular poderá, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, mediante a justificativa expressa para tanto.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 15 da Lei 9.784/99: “Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.”

No mesmo sentido, é o art. 19 da Lei Estadual 20.656/2021: “Art. 19. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 2 da Lei 9.784/99: “Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.”

No mesmo sentido, é o art. 21 da Lei Estadual 20.656/2021: “Art. 21. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir.”

QUESTÃO 35. Acerca das limitações administrativas à propriedade privada, assinale a alternativa incorreta:

a) A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

b) Considera-se caso de utilidade pública a assistência pública as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais.

c) O instituto da retrocessão é a possibilidade de o proprietário particular exigir do desapropriante a retomada do bem ou o pagamento de indenização, em caso de tredestinação ilícita.

d) É necessária a prévia autorização do Presidente da República para desapropriação, pelos Estados, de empresa de energia elétrica.

e) A desapropriação deverá ser intentada judicialmente, não sendo permitido a opção pela mediação ou pela arbitragem, devido ao princípio da indisponibilidade do interesse público.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, posto que está de acordo com art. 4º do DL 3.365/41: “Art. 4º A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.”

A alternativa B está incorreta, posto que está de acordo com art. 5º, “g”, do DL 3.365/41: “Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública: g) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;”

A alternativa C está incorreta, posto que está de acordo com entendimento doutrinário majoritário: “Conforme já decidiu o STJ, apenas a tredestinação ilícita acarreta a retrocessão, pois na tredestinação lícita o Poder Público concede destinação pública ao bem, ainda que diversa da inicialmente programada. (STJ, 1ª Turma, REsp 968.414/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 11.10.2007).” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 1.172).

Ainda, na forma do art. 519 do CC/02: “Art. 519. Se a coisa expropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, não tiver o destino para que se desapropriou, ou não for utilizada em obras ou serviços públicos, caberá ao expropriado direito de preferência, pelo preço atual da coisa.”

A alternativa D está incorreta, posto que está de acordo com Súmula 157 do STF: “Súmula 157-STF: É necessária prévia autorização do Presidente da República para desapropriação, pelos Estados, de empresa de energia elétrica.”

A alternativa E está correta, posto que é a única alternativa incorreta. É, sim, possível a desapropriação se efetivar mediante mediação ou via arbitral. Conforme art. 10-B do DL 3.365/41: “Art. 10-B. Feita a opção pela mediação ou pela via arbitral, o particular indicará um dos órgãos ou instituições especializados em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação.”

QUESTÃO 36. São objetivos do processo licitatório, de acordo com a Lei n. 14.133/2021, exceto (assinale a alternativa incorreta):

a) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

b) Estimular a contratação de empresas nacionais.

c) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.

d) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

e) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, posto que está de acordo com art. 11, I, da Lei 14.133/2021: “Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;”

A alternativa B está correta, posto que é a única alternativa incorreta. Não há, no rol do artigo 11, referência à “estimular a contratação de empresas nacionais” como objetivo do processo licitatório.

A alternativa C está incorreta, posto que está de acordo com art. 11, II, da Lei 14.133/2021: “Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;”

A alternativa D está incorreta, posto que está de acordo com art. da Lei 14.133/2021: “Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;”

A alternativa E está incorreta, posto que está de acordo com art. da Lei 14.133/2021: “Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.”

QUESTÃO 37. Determinado Estado editou uma lei que previa a instalação de lacres eletrônicos para o controle de abertura e fechamento dos tanques nos postos de combustíveis. A mesma lei dispôs que a instalação dos equipamentos deveria ser arcada pelas distribuidoras de combustíveis aos postos que ostentam a bandeira de sua marca, ficando isentos da determinação os postos de “bandeira branca”. Sobre o tema e levando em consideração a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

a) A norma é constitucional, pois promove a proteção do direito do consumidor.

b) Há inconstitucionalidade formal da norma, haja vista ser monopólio da União a comercialização de combustíveis de petróleo.

c) Não há inconstitucionalidade formal da norma, pois a competência para legislar é comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo o estado regulamentado o assunto de forma específica, diante da norma geral editada pela União sobre o tema.

d) É inconstitucional a lei que obriga as distribuidoras de combustíveis a instalar lacres eletrônicos nos tanques de combustíveis dos postos revendedores que exibem a sua marca e dispensa dessa exigência os postos não vinculados e sem compromisso firmado com determinada distribuidora. Tal norma viola os princípios da proporcionalidade, da igualdade e da razoabilidade.

e) A matéria é de competência concorrente entre a União e o Estado, sendo formalmente constitucional. Não há inconstitucionalidade material, pois respeita o equilíbrio concorrencial e a proteção consumerista.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. De acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento da ADI 3236: “É inconstitucional lei distrital que obriga as distribuidoras de combustíveis a instalar, às suas expensas, lacres eletrônicos nos tanques de armazenamento dos postos revendedores que exibem a sua marca, e dispensa dessa exigência os postos de “bandeira branca” (não vinculados e sem compromisso firmado com determinada distribuidora). Essa lei viola os

princípios da proporcionalidade, da igualdade e da razoabilidade. STF. Plenário. ADI 3.236/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 25/4/2023.” (CAVALCANTE, Márcio André Lopes. É inconstitucional lei que obriga as distribuidoras de combustíveis a instalar lacres nos tanques de combustíveis, caso vendam a sua própria marca, sendo essa exigência dispensada no caso de postos de bandeira branca. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/1325cdae3b6f0f91a1b629307bf2d498>>. Acesso em: 12/12/2023.)

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 38. Sobre competência tributária e a instituição de tributos, analise as seguintes assertivas:

I. A bitributação é expressamente vedada pela Constituição Federal de 1988.

II. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

III. A União poderá instituir ICMS no caso de guerra externa, o qual será suprimido, gradualmente, cessada a causa de sua criação.

IV. A competência tributária pode ser classificada em privativa, comum, residual e cumulativa.

V. A capacidade tributária ativa é indelegável, contudo a competência tributária pode ser delegada.

Estão corretas:

a) Apenas as assertivas I e IV.

b) Todas as assertivas.

c) Apenas as assertivas II, III e IV.

d) Apenas as assertivas I, II e III.

e) Apenas as assertivas I e V.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

O Item I está incorreto. A bitributação ocorre quando dois entes do Direito Público tributam o mesmo fato gerador. Não há menção expressa à bitributação na CF. No entanto, menciona-se que o artigo 154, I, da CF, orienta neste sentido: “Art. 154. A União poderá instituir: I – mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição.”

O Item II está correto. De acordo com art. 7º do CTN: “Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição.”

O Item III está correto. De acordo com art. 154, II, da CF: “Art. 154. A União poderá instituir: II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua

competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.”

O Item IV está correto. A competência tributária privativa se refere à criação de tributos. Decorre da própria CF, estando por ela determinada em seus artigos 153, 155 e 156: “Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: I - importação de produtos estrangeiros; II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; III - renda e proventos de qualquer natureza; IV - produtos industrializados; V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; VI - propriedade territorial rural; VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.”; “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; III - propriedade de veículos automotores.”; “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.”

Já a competência comum se refere às taxas e contribuições de melhorias, que podem ser instituídas por todos os entes.

Por sua vez, a competência residual reflete a possibilidade de a União instituir impostos não previstos na Constituição Federal. Está prevista no art. 154, I, da CF: “Art. 154. A União poderá instituir: I – mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição.”

Por fim, a competência cumulativa se refere à aptidão da União de criar tributos em Territórios Federais, e à aptidão do Distrito Federal, de instituir os impostos atribuídos à competência dos Estados e Municípios. De acordo com art. 147 da CF: “Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.”

O Item V está incorreto. A competência tributária é indelegável. De acordo com art. 7º do CTN: “Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição.”

QUESTÃO 39. Acerca da obrigação tributária, marque a alternativa incorreta:

- a) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.**
- b) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.**
- c) O descumprimento da obrigação acessória pode ocasionar a aplicação de multa tributária.**
- d) De acordo com o entendimento consolidado do STF, a norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.**

e) As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo, mas pode alterar as obrigações tributárias correspondentes.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, posto que está de acordo com art. 113, § 3º, do CTN: “§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.”

A alternativa B está incorreta, posto que está de acordo com art. 115 do CTN: “Art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.”

A alternativa C está incorreta, posto que está de acordo com art. 113, § 3º, do CTN: “§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.”

Ou seja, caso haja o contribuinte descumpra alguma obrigação acessória, poderá estar sujeito a multa e, nesse caso, a obrigação acessória será convertida na obrigação principal de pagar a multa.

A alternativa D está incorreta, posto que está de acordo com a Súmula 669 do STF: “Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.”

A alternativa E está correta, posto que é a única alternativa incorreta. De acordo com art. 123 do CTN, as convenções particulares não podem alterar as obrigações tributárias correspondentes. Veja: “Art. 123. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.”

QUESTÃO 40. Segundo o entendimento de Hart, assinale a alternativa correta:

a) Para o filósofo, o direito internacional, por carecer de uma norma universal reconhecida globalmente, não pode ser considerado direito.

b) Consoante Hart, diante da presença da soberania estatal, os Estados não estão obrigados a um direito estrangeiro.

c) Uma regra internacional só será legítima em determinado Estado se devidamente validada por outras fontes. Ou seja, deve constar na própria Constituição estatal o cumprimento à determinada ordem internacional ou deve haver a participação do Estado em tratados internacionais.

d) A ausência de um documento vinculativo universalmente reconhecido obsta o reconhecimento do direito internacional como direito, não podendo ser aplicado pelos Estados.

e) “A coerção de um Estado sobre outro deve ser exercida sob condições e de maneiras conformes aos costumes constituídos pelo comportamento real dos Estados”.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão exige o conhecimento acerca dos pensamentos de Herbert Hart, filósofo do direito e magistrado britânico, conhecido por seu trabalho no estudo da moral e da filosofia política.

O Direito Internacional é analisado no último capítulo da obra o “Conceito de Direito” (1961) de Hart, como um dos casos pelos quais a aplicação de sua concepção de sistema jurídico pode ser usada como referência. Em comparação com a concepção de sistema jurídico proposta por Hart, o Direito internacional apresenta a ausência de um poder legislativo internacional, de tribunais com jurisdição obrigatória e de sanções centralmente organizadas.

A alternativa A está incorreta. Hart afirma que sua concepção de sistema jurídico não é um parâmetro para a definição de direito, mas sim um parâmetro útil à clarificação do conceito de direito, e que, portanto o uso da expressão “direito” para o Direito Internacional é perfeitamente possível.

A alternativa B está incorreta. Hart (2005, p. 233) comenta que mesmo com o estabelecimento da Carta das Nações Unidas (com seu cap. VII deliberando sobre ações relativas a ameaças à paz, rupturas da paz e atos de agressão), não foi criado, no direito internacional, algo similar as sanções de direitos internos. O poder de veto dos países membros do Conselho de Segurança (cap. V da Carta das Nações Unidas), capaz de paralisar as deliberações da Organização das Nações Unidas, é um exemplo claro dessa diferença. Mesmo que Hart (2005, p. 236) afirme essa discrepância entre os sistemas de sanções internacionais e internos, ele descarta o argumento de que, pela falta de sanções centralizadas, o direito internacional seja incapaz de comportar regras de obrigação, e de que, por essa razão, não possa ser chamado de direito. Aceitar esse raciocínio é ir de encontro à teoria imperativa do direito criticada por Hart.

A alternativa C está correta. Segundo o filósofo, para que “(...) palavras, faladas ou escritas, devam em certas circunstâncias funcionar como uma promessa, acordo ou tratado e assim deem origem a obrigações e confirmem direitos que os outros podem exigir, devem já existir regras que disponham que um Estado fica vinculado a fazer seja o que for que ele se comprometa a fazer através de palavras apropriadas. Tais regras pressupostas na própria noção de obrigação autoimposta não podem obviamente derivar seu estatuto obrigatório de uma obrigação autoimposta de lhes obedecer” (HART, 2005, p.241).

A alternativa D está incorreta. Hart (2005, p. 236) afirma que não se pode fazer uma dedução simples de que pela falta de um sistema organizado de sanções, dado a diferença de contexto de fatos físicos e psicológicos do direito internacional e doméstico, de que não são impostas obrigações, condutas não são vinculadas e, portanto, o Direito Internacional não mereça o tratamento de Direito.

A alternativa E está incorreta, pois trata-se de ideia defendida por Hans Kelsen.

QUESTÃO 41. Considerando as noções legais de direito empresarial, assinale a alternativa correta:

- a) Empresa é toda sociedade constituída que adquire personalidade jurídica com a inscrição do ato constitutivo no registro competente.**
- b) Constitui patrimônio afetado para garantia de terceiros os bens utilizados para o exercício da atividade de Sociedade em Comum de titularidade dos sócios em comum.**
- c) O contrato de trespasse tem por objeto a compra e venda de participações societárias (quotas ou ações).**

d) Os sujeitos, enquanto sócios de sociedade empresária ou simples, dotada de personalidade jurídica, exploram atividade econômica.

e) O estabelecimento comercial pode ser sujeito de direitos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O conceito de empresa resulta da definição dada à figura do empresário. De acordo com art. 966 do CC/02: “Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.”

Em outras palavras, a empresa é a “atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.”

A alternativa B está correta. De acordo com art. 988 do CC/02: “Art. 988. Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.”

Ademais, conforme Enunciado 210 do CJF: “O patrimônio especial a que se refere o art. 988 é aquele afetado ao exercício da atividade, garantidor de terceiro, e de titularidade dos sócios em comum, em face da ausência de personalidade jurídica.”

A alternativa C está incorreta. O contrato de trespasse consiste na alienação de um estabelecimento comercial. De acordo com art. 1.144 do CC/02: “Art. 1.144. O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial.”

A alternativa D está incorreta. Sociedade Simples é a sociedade constituída por pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados, não tendo por objeto o exercício de atividade própria de empresário. De acordo com art. 981 e 982 do CC/02: “Art. 981. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. Art. 982. Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais.”

A alternativa E está incorreta. O estabelecimento não é sujeito de direito, ele é objeto de direito. Segundo art. 1.143 do CC/02: “Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.”

QUESTÃO 42. Sobre o tema Recuperação Judicial e Falência, assinale a alternativa correta:

a) No processo falimentar, o Ministério Público e as Fazendas Públicas deverão ser intimados pessoalmente em caso de alienação de ativos de qualquer modalidade, sob pena de nulidade.

b) O Ministério Público, na Recuperação Judicial, dentre outras atribuições, tem legitimidade para (i) impugnar o Quadro Geral de Credores formulado pelo Administrador Judicial; (ii) opor objeção ao Plano de Recuperação Judicial; e (iii) recorrer da decisão que conceder a recuperação judicial.

c) Nas conciliações e mediações, antecedentes ou incidentais, comprovadamente instauradas no âmbito do processo de Recuperação Judicial, é vedado dispor sobre a natureza jurídica, a classificação de créditos e os critérios de votação em assembleia geral de credores.

d) A suspensão por 90 (noventa) dias da assembleia geral de credores convocada para votação do plano de recuperação judicial poderá ser prorrogada por igual período.

e) O chamado stay period, regulamentado pelo art. 6º, caput, da Lei n. 11.101/2005, perdurará por prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do deferimento do processamento da recuperação judicial

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 142, § 7º, da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências): “§ 7º Em qualquer modalidade de alienação, o Ministério Público e as Fazendas Públicas serão intimados por meio eletrônico, nos termos da legislação vigente e respeitadas as respectivas prerrogativas funcionais, sob pena de nulidade.”

A alternativa B está incorreta. A objeção ao plano de recuperação judicial é atribuição do credor. De acordo com art. 55 da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências): “Art. 55. Qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de recuperação judicial no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação da relação de credores de que trata o § 2º do art. 7º desta Lei.”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 20-B, caput e § 2º, da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências): “Art. 20-B. Serão admitidas conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial, notadamente: (...) § 2º São vedadas a conciliação e a mediação sobre a natureza jurídica e a classificação de créditos, bem como sobre critérios de votação em assembleia-geral de credores.”

A alternativa D está incorreta. A lei não traz tal possibilidade. De acordo com art. 56, § 9º, da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências): “§ 9º Na hipótese de suspensão da assembleia-geral de credores convocada para fins de votação do plano de recuperação judicial, a assembleia deverá ser encerrada no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de sua instalação.”

A alternativa E está incorreta. O “Stay Period” é o período no qual há a suspensão das ações de execuções em face da empresa em Recuperação Judicial. Baseia-se no princípio da preservação da empresa e tem duração de 180 dias, prazo este que é passível de prorrogação, em caráter excepcional, por igual período, uma única vez. De acordo com art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências): “§ 4º Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.”

QUESTÃO 43. Avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. Havendo herdeiros necessários, não é possível ao testador dispor da totalidade do patrimônio.

PORQUE

II. o sistema adotado pelo Direito brasileiro garante aos herdeiros a legítima, que é a metade dos bens da herança.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa da I.**
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.**
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.**
- d) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.**
- e) As asserções I e II são proposições falsas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Estão corretas as asserções I e II e a II justifica a I, razão pela qual o gabarito da questão é a letra A.

Nos termos do artigo 1.857 do Código Civil: Art. 1.857. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte. §1º A legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento.

O testador pode dispor, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte (art. 1.857), desde que respeitada a legítima dos herdeiros necessários (§1º). Sem herdeiros necessários, basta testar a totalidade patrimonial sem contemplar os herdeiros facultativos (colaterais de segundo a quatro grau) para que sua exclusão seja visualizada.

Primeiro quando o testador só em parte dispuser da quota hereditária disponível, o remanescente pertencerá aos herdeiros legítimos (art. 1.966). Assim, se você testa, de seu patrimônio de 100, 20, os outros 30 disponíveis seguirão a ordem da vocação hereditária prevista em lei, além dos 50 já reservados à legítima.

Ao contrário, as disposições que excederem a parte disponível serão reduzidas aos limites dela (art. 1.967), mesmo nos casos de partilha feita em vida (art. 2.018).

Se forem simples as reduções a serem feitas, será a redução feita nos próprios autos do inventário, se já aberto. Se complexas, é necessário intentar ação própria de redução.

O mais habitual é que o testador não tenha tanta clarividência. Nesses casos, segundo o §1º, em se verificando excederem as disposições testamentárias a porção disponível, serão proporcionalmente reduzidas as quotas do herdeiro ou herdeiros instituídos, até onde bastem, e, não bastando, também os legados, na proporção do seu valor.

Se o excesso não for de mais de um quarto, aos herdeiros fará tornar em dinheiro o legatário, que ficará com o prédio (§1º). Por fim, estabelece o §2º, se o legatário for ao mesmo tempo herdeiro necessário, pode inteirar sua legítima no mesmo imóvel, de preferência aos outros, sempre que ela e a parte subsistente do legado lhe absorverem o valor.

Fonte:

Ebook. Estratégia Carreira Jurídica Magistratura Estadual - Direito Civil - Prof.: Paulo Sousa.

QUESTÃO 44. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A guarda unilateral é aquela atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua, ao passo que guarda compartilhada é a responsabilização conjunta e o exercício de direitos**

e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

b) Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será preferencialmente a da mãe quando aqueles tiverem até 12 (doze) anos incompletos.

c) Não havendo acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda dos filhos e estando ambos aptos a exercer o poder familiar, a guarda será compartilhada, salvo se um dos genitores manifestar que não deseja a guarda ou quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar.

d) Nos casos de guarda compartilhada, para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá solicitar orientação técnico-profissional ou o auxílio de equipe interdisciplinar, que deverá visar à divisão equilibrada do tempo com os genitores.

e) A decisão sobre guarda de filhos, mesmo que provisória, será proferida preferencialmente após a oitiva de ambas as partes perante o juiz, salvo se a proteção aos interesses dos filhos exigir a concessão de liminar sem a oitiva da outra parte.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**.

Conforme previsto no artigo 1.583, §3º, do Código Civil: § 3º Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses dos filhos.

A guarda compartilhada ocorre quando há responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns (art. 1.583, §1º). Caso os pais habitem em cidades diferentes, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses desses (§3º).

Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada entre os pais, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos (§2º). Isso não significa, porém, que o tempo de convívio deve ser fixado de maneira matematicamente igualitária entre os pais ou representar convivência livre, claro.

Nesse passo, a determinação da residência fixa do menor deverá atender ao melhor interesse da criança ou adolescente, podendo ser determinada juntamente com a mãe ou o pai, sobretudo diante do princípio da igualdade entre os genitores.

QUESTÃO 45. Assinale a alternativa correta:

a) É válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, desde que a locação seja não residencial.

b) É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.

c) Assim como o apartamento, a vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis constitui bem de família para efeito de penhora.

d) A proteção ao bem de família somente é garantida se registrado o título correspondente no Registro de Imóveis.

e) O conceito de impenhorabilidade de bem de família não abrange o imóvel pertencente a pessoas solteiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme dispõe a Súmula 549 do STJ: “É válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação”. Ademais, conforme decidiu o STF em sede de repercussão geral, “É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial (STF. Plenário. RE 1.307.334/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 8/3/2022 - Repercussão Geral – Tema 1127).

A alternativa B está correta. Nos termos da Súmula 486 do STJ “É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família”.

A alternativa C está incorreta. Nos termos da Súmula 449 do STJ: “A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora”.

A alternativa D está incorreta. O reconhecimento do bem de família independe do registro de imóveis, uma vez que, conforme jurisprudência do STJ, o bem de família se trata de garantia ao direito à moradia: “[...] 6. O fato de se tratar de terreno não edificado é circunstância que, por si só, não obsta sua qualificação como bem de família, na medida em que tal qualificação pressupõe a análise, caso a caso, da finalidade realmente atribuída ao imóvel (interpretação teleológica das impenhorabilidades). 7. No particular, evidenciado que o recorrente se vale da alegada proteção ao bem de família apenas para tentar preservar o valioso imóvel do espólio, o reconhecimento da impenhorabilidade do bem constitui, numa ponderação de valores, verdadeira afronta ao direito fundamental do credor à tutela executiva e, em maior grau, ao acesso à ordem jurídica justa – célere, adequada e eficaz –, que tanto se busca, na moderna concepção do devido processo legal. 8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido” (RE 1.417.629).

A alternativa E está incorreta. Conforme prevê a Súmula 364 do STJ: O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.

QUESTÃO 46. Assinale a alternativa correta:

a) São também responsáveis pela reparação civil, desde que apurada sua culpa, dentre outras hipóteses, os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, bem como o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

b) Mesmo que a autoria ou a existência do fato se acharem decididas no juízo criminal, é possível seu questionamento no âmbito civil, diante da independência entre a responsabilidade civil e a criminal.

c) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ficará obrigado a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, independentemente de prescrição.

d) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

e) A responsabilidade dos donos de hotéis pelos seus hóspedes é subsidiária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Conforme dispõe o artigo 932, I, do Código Civil: Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia. Por sua vez, dispõe o artigo 933 do CC: Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 93 do Código Civil: Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

A alternativa c está incorreta. Consoante ao disposto no artigo 40 do Código Civil: Art. 940. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 942 do Código Civil, Art. 942. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação. Parágrafo único. São solidariamente responsáveis com os autores os co-autores e as pessoas designadas no art. 932.

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade é solidária, conforme estabelece o artigo 932, inciso IV, do Código Civil: Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: [...] IV - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;

QUESTÃO 47. Assinale a alternativa correta:

a) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o termo inicial do prazo prescricional da petição de herança proposta por filho cujo reconhecimento da paternidade tenha ocorrido após a morte é o trânsito em julgado da ação que reconheceu o estado de filiação.

b) O prazo prescricional da investigação de paternidade é de 10 (dez) anos.

c) O prazo prescricional da petição de herança é de 5 (cinco) anos.

d) Em investigação de paternidade, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção absoluta de paternidade.

e) Em caso de inexistência ou incorreção do termo de nascimento, a filiação pode ser provada por qualquer modo admissível em direito quando houver começo de prova por escrito, proveniente dos pais, conjunta ou separadamente, ou quando existirem veementes presunções resultantes de fatos já certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O prazo prescricional para propor ação de petição de herança conta-se da abertura da sucessão. STJ. 2ª Seção. EAREsp 1.260.418/MG, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 26/10/2022 (Info 757).

A alternativa B está incorreta. Nos termos da Súmula 14 do STF “É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança”.

A alternativa C está incorreta. A pretensão de petição de herança prescreve no prazo de 10 anos, nos termos do art. 205 do CC, já que não existe um prazo específico fixado no Código: Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor

A alternativa D está incorreta. A recusa gera presunção relativa, nos termos da Súmula 301 do STJ: Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris tantum de paternidade

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 1.605 do Código Civil: Art. 1.605. Na falta, ou defeito, do termo de nascimento, poderá provar-se a filiação por qualquer modo admissível em direito: I - quando houver começo de prova por escrito, proveniente dos pais, conjunta ou separadamente; II - quando existirem veementes presunções resultantes de fatos já certos.

QUESTÃO 48. Tendo em vista as normas de Direito Civil que regulamentam o princípio da separação patrimonial da pessoa jurídica em relação aos seus sócios, com as alterações da Lei n. 13.874/2019, assinale a alternativa incorreta:

a) Para o reconhecimento judicial da desconsideração da personalidade jurídica é necessária a provocação da parte ou do Ministério Público.

b) A decisão que determina a flexibilização da autonomia patrimonial em razão de reconhecimento de abuso da personalidade jurídica no âmbito de determinada sociedade, implicará no alcance do patrimônio daqueles sócios e administradores que se beneficiaram do abuso.

c) A simples existência de sociedades e sócios organizados em grupos econômicos não configura confusão patrimonial.

d) Verificada a prática de atos ilícitos com infração dos estatutos ou contrato social pelos sócios ou administradores, para que estes sejam responsabilizados, é necessário o reconhecimento da desconsideração da personalidade jurídica.

e) Os mesmos critérios legais previstos para a desconsideração de pessoa jurídica se aplicam à desconsideração inversa, ou seja, quando se estende à pessoa jurídica, obrigações de seus sócios ou de seus administradores.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**.

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 133 do CPC: Art. 133. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

A alternativa B está correta. Conforme dispõe a parte final do artigo 50 do CC: Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações

sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do artigo 50, §4º, do CC: § 4º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

A alternativa D está incorreta. Os sócios da sociedade limitada podem ser responsabilizados, em caso de prática de atos fraudulentos, quando agirem com abuso de direito, excesso de poder, infração à lei ou ao contrato social. Nesse caso, a responsabilidade do sócio torna-se ilimitada e subsidiária, por desvio de finalidade da pessoa jurídica, de acordo com o disposto no art. 18 da Lei Antitruste - Lei n. 8.884 /94.

A alternativa E está correta. A desconsideração inversa da personalidade jurídica encontra previsão no artigo 50, §3º, do Código Civil: § 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica.

QUESTÃO 49. Sobre a inexecução de obrigações e seus efeitos, assinale a afirmação incorreta:

a) Em contrato bilateral uma parte pode, a qualquer tempo, exercer o direito legal à resolução contratual com base em cláusula resolutiva expressa, cujos efeitos resolutórios independem de provimento jurisdicional.

b) As obrigações provenientes de ato ilícito devem ser sujeitas à interpelação prévia para que o devedor seja constituído em mora.

c) Caso a parte tenha adimplido parcela substancial de contrato bilateral, poderá obstar a sua resolução com base no princípio da boa-fé e equilíbrio contratual.

d) O ato unilateral da parte contratante compatível com renúncia à exceção do contrato não cumprido, como, por exemplo, a entrega da prestação mesmo diante do inadimplemento, não retira da parte o direito de exigir o pagamento do preço perante a parte inadimplente.

e) A resolução por inadimplemento provoca a extinção do vínculo contratual, sem, contudo, implicar no efeito liberatório dos contratantes.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**.

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 474 do Código Civil: Art. 474. A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 398 do Código Civil: Art. 398. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.

A alternativa C está correta. Conforme decidiu o STJ "a teoria do substancial adimplemento visa a impedir o uso desequilibrado do direito de resolução por parte do credor, preterindo desfazimentos desnecessários em prol da preservação da avença, com vistas à realização dos princípios da boa-fé e da função social do contrato" (REsp 1.051.270).

A alternativa D está correta. A parte tem o direito de exigir que o contrato seja cumprido, razão pela qual o cumprimento da contraprestação não implica renúncia à execução da outra parte.

A alternativa E está correta. Conforme ensina a doutrina "Com a resolução as garantias se transmudam em acessório da relação de liquidação que surge em lugar da relação obrigacional, de

modo a assegurar ao credor o recebimento de todas as verbas que lhe são devidas, conferindo-lhe a segurança necessária durante a fase patológica da relação contratual (TERRA, 2017, p.182).

Fonte:

TERRA, Aline de Miranda Valverde. Cláusula resolutive expressa. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 182.

QUESTÃO 50. Sobre o sistema de nulidades dos negócios jurídicos, analise as assertivas abaixo e responda:

I. O negócio jurídico revestido de nulidade por ausência de observância da forma prescrita em lei pode ser ratificado pelas partes contratantes a fim de produzir os efeitos pretendidos.

II. Considerando o princípio venire contra factum proprium, a nulidade do negócio jurídico com causa em simulação não pode ser requerida por uma das partes contra a outra.

III. Em que pese o disposto no art. 169 do Código Civil, de que o negócio jurídico nulo não convalesce pelo decurso de tempo, às pretensões pelas consequências patrimoniais do negócio jurídico declarado nulo aplica-se a prescrição.

IV. Aplica-se ao terceiro prejudicado por negócio jurídico praticado por erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, o prazo decadencial de quatro anos contados do dia em que o negócio jurídico se realizou.

a) Somente as afirmações II e III são corretas.

b) Somente as afirmações I, III e IV são corretas.

c) Somente a afirmação III é correta.

d) Somente as afirmações I e III são corretas.

e) Nenhuma das afirmações é correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A assertiva I está incorreta. Nos termos do artigo 169 do Código Civil: Art. 169. O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

A assertiva II está incorreta. Conforme dispõem os artigos 167 e 168 do Código Civil: Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma. Art. 168. As nulidades dos artigos antecedentes podem ser alegadas por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir. Parágrafo único. As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes.

A assertiva III está correta. Nos termos do Enunciado 538 do CJF: Resultando do negócio jurídico nulo consequências patrimoniais capazes de ensejar pretensões, é possível, quanto a estas, a incidência da prescrição.

A assertiva IV está incorreta. Conforme dispõe o enunciado 538 do CJF: No que diz respeito a terceiros eventualmente prejudicados, o prazo decadencial de que trata o art. 179 do Código Civil não se conta da celebração do negócio jurídico, mas da ciência que dele tiverem.

QUESTÃO 51. Assinale a alternativa correta:

- a) O fiador, quando executado, tem o direito de exigir que primeiro sejam expropriados os bens do devedor situados na mesma comarca, livres e desembargados, mesmo que haja renunciado a este benefício.
- b) De acordo com o Código de Processo Civil, a alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência.
- c) O crédito hipotecário tem preferência ao relativo a cotas condominiais.
- d) Na execução civil, a penhora de dinheiro na ordem de nomeação de bens tem caráter absoluto.
- e) Na execução civil, é possível a adoção de meios executivos atípicos, independentemente da manifestação do devedor e da demonstração de que possui patrimônio expropriável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 794, §3º, do CPC: Art. 794. O fiador, quando executado, tem o direito de exigir que primeiro sejam executados os bens do devedor situados na mesma comarca, livres e desembargados, indicando-os pormenorizadamente à penhora. § 3º O disposto no caput não se aplica se o fiador houver renunciado ao benefício de ordem.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do artigo 792, IV, do CPC: Art. 792. A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução: [...] IV - quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência.

A alternativa C está incorreta. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o crédito relativo a cotas condominiais tem preferência sobre o crédito hipotecário, por constituir obrigação propter rem: "CIVIL E PROCESSUAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FACULDADE RESERVADA AO INTEGRANTE DO TRIBUNAL, NÃO À PARTE. CPC, ART. 476. EXEGESE. CRÉDITO CONDOMINIAL. PREFERÊNCIA AO CRÉDITO HIPOTECÁRIO. OBRIGAÇÃO PROPTER REM. I. O incidente de uniformização de jurisprudência é de iniciativa dos órgãos do Tribunal, não da parte, ao teor da exegese dada ao art. 476 da lei adjetiva civil em precedentes do STJ. II. O crédito condominial tem preferência sobre o crédito hipotecário por constituir obrigação propter rem, constituído em função da utilização do próprio imóvel ou para evitar-lhe o perecimento. Precedentes da STJ. III. Recurso conhecido em parte e, nessa parte, provido." (4ª Turma, REsp 654.651/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 28.05.2007).

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 835, §1º, do CPC: § 1º É prioritária a penhora em dinheiro, podendo o juiz, nas demais hipóteses, alterar a ordem prevista no caput de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

A alternativa E está incorreta. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "6. A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade" (REsp 1782418/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019).

QUESTÃO 52. Com relação aos recursos, assinale a alternativa correta:

- a) O relator pode, monocraticamente, não conhecer de recurso inadmissível, dispensando nova manifestação do recorrente.
- b) O relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos, independentemente da apresentação de contrarrazões.
- c) Não é possível a determinação de produção de prova em grau recursal, mesmo que reconhecida a sua necessidade, diante da preclusão.
- d) Afasta-se a deserção se o preparo é realizado no primeiro dia útil subsequente quando a interposição do recurso ocorrer após o encerramento do expediente bancário.
- e) A decisão judicial que invoca motivos que se prestam a justificar qualquer outra decisão é considerada não fundamentada, mas não desafia embargos de declaração, porque ausentes quaisquer das hipóteses específicas de cabimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 932 do CPC: Parágrafo único. Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 932, inciso V do CPC: Art. 932. Incumbe ao relator: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: [...] b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

A alternativa C está incorreta. É possível a determinação da produção de prova em fase recursal, diante da ausência de preclusão pro judicato, conforme entendimento do STJ: “PROCESSO CIVIL. INICIATIVA PROBATÓRIA DO SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO POR PERPLEXIDADE DIANTE DOS FATOS. MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DEMANDA. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO PRO JUDICATO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO QUE NÃO RENOVA PRAZO RECURSAL CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PROVA PERICIAL CONTÁBIL. DESNECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. PROVIMENTO DO RECURSO PARA QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA PROSSIGA NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. — OS JUÍZOS DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS DE JURISDIÇÃO, SEM VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DEMANDA, PODEM DETERMINAR AS PROVAS QUE LHES APROUVEREM, A FIM DE FIRMAR SEU JUÍZO DE LIVRE CONVICÇÃO MOTIVADO, DIANTE DO QUE EXPÕE O ART. 130 DO CPC. — A INICIATIVA PROBATÓRIA DO MAGISTRADO, EM BUSCA DA VERDADE REAL, COM REALIZAÇÃO DE PROVAS DE OFÍCIO, NÃO SE SUJEITA À PRECLUSÃO TEMPORAL, PORQUE É FEITA NO INTERESSE PÚBLICO DE EFETIVIDADE DA JUSTIÇA. (REsp n. 345.436/SP. Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI. Brasília. Julgamento: 07/03/2002).

A alternativa D está correta. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, “Admite-se que o preparo seja efetuado no primeiro dia útil subsequente, quando a interposição do recurso ocorrer após o encerramento do expediente bancário”.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: [...] II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; [...] Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: [...] II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.

Por sua vez, o artigo 489, §1º, estabelece que § 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.

QUESTÃO 53. Assinale a alternativa incorreta:

a) No arrolamento, o prévio recolhimento do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações) não é condição para a homologação da partilha ou da adjudicação, bem como para a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação.

b) No arrolamento, as questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio não serão conhecidas ou apreciadas.

c) No arrolamento, o fisco será intimado para lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura incidentes após o trânsito em julgado da sentença que homologar a partilha ou a adjudicação.

d) Com relação à cobrança do imposto de transmissão, as autoridades fazendárias estão adstritas aos valores dos bens do espólio atribuídos pelos herdeiros ou lançadas para o recolhimento de outros tributos, como o IPTU (imposto predial e territorial urbano) e o ITR (imposto territorial rural).

e) Mesmo que haja interessado incapaz, o inventário processar-se-á também sob a forma do arrolamento se concordarem todas as partes e o Ministério Público.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**

A alternativa A está correta. Trata-se de previsão expressa no artigo 662 do CPC: artigo Art. 662. No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio.

A alternativa B está correta. Ainda nos termos do artigo 662 do CPC: artigo Art. 662. No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 659, §2º, do CPC: § 2º Transitada em julgado a sentença de homologação de partilha ou de adjudicação, será lavrado o formal de partilha ou elaborada a carta de adjudicação e, em seguida, serão expedidos os alvarás referentes aos bens e às rendas por ele abrangidos, intimando-se o fisco para lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura incidentes, conforme dispuser a legislação tributária, nos termos do § 2º do art. 662 .

A alternativa D está incorreta. A alternativa contraria o disposto no artigo 662, §2º, do CPC: § 2º O imposto de transmissão será objeto de lançamento administrativo, conforme dispuser a legislação

tributária, não ficando as autoridades fazendárias adstritas aos valores dos bens do espólio atribuídos pelos herdeiros.

A alternativa E está correta. O arrolamento somente é cabível se todos os herdeiros forem capazes, nos termos do artigo 659 do CPC: Art. 659. A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, nos termos da lei, será homologada de plano pelo juiz, com observância dos arts. 660 a 663.

QUESTÃO 54. Avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. As hipóteses de cabimento previstas no Código de Processo Civil com relação ao agravo de instrumento são taxativas e devem ser interpretadas restritivamente.

PORQUE

II. o regime do agravo de instrumento no Código de Processo Civil não aceita qualquer mitigação, diante da clara opção legislativa voltada a desafogar o Poder Judiciário.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**

As asserções I e II são falsas, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu que o rol de hipóteses de cabimento de agravo de instrumento pode ser mitigado.

O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação. STJ. Corte Especial. REsp 1.704.520-MT, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 05/12/2018 (recurso repetitivo) (Info 639).

QUESTÃO 55. Assinale a alternativa correta:

- a) Nas ações de família, o juiz somente pode dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento se solicitado pelas partes ou pelo Ministério Público.
- b) Diante do princípio da celeridade processual, não é possível a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.
- c) Nas ações de família, sempre haverá intervenção do Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica e a fim de garantir o equilíbrio de eventual composição.
- d) Nas ações de família, o réu deverá ser citado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.

e) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade é automático e independe de pronunciamento judicial, salvo se houver incontinente ingresso em curso técnico ou superior, caso em que a liberação do alimentante ocorrerá ao final do curso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa A está incorreta. Não é necessário requerimento para o auxílio de profissionais de outras áreas, haja vista que o juiz deve empreender todos os esforços para solução da causa, nos termos do artigo 694 do CPC: Art. 694. Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 694, parágrafo único, do CPC: Parágrafo único. A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o artigo 698 do CPC: Art. 698. Nas ações de família, o Ministério Público somente intervirá quando houver interesse de incapaz e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo.

A alternativa D está correta. Trata-se de previsão expressa do artigo 695, §2º, do CPC: § 2º A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.

A alternativa E está incorreta. O STJ possui entendimento sumulado em sentido contrário, exigindo-se o prévio contraditório para exoneração de alimentos do filho que atingiu a maioridade: Súmula 358. O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

QUESTÃO 56. A partir das afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

I. Não cabe ao Ministério Público estimular a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos, cuja atribuição somente é reservada aos juízes, advogados e defensores públicos.

II. As regras a respeito dos atos atentatórios à dignidade da justiça previstas no Código de Processo Civil aplicam-se também aos membros do Ministério Público, independentemente da apuração de responsabilidade disciplinar.

III. Há impedimento do membro do Ministério Público para atuar em processo em que haja mandato conferido a membro de escritório de advocacia que tenha em seus quadros advogado que individualmente ostente a condição de cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que não intervenha diretamente no processo.

IV. Os membros do Ministério Público exercerão suas atribuições nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei.

V. Se o membro do Ministério Público não comparecer à audiência, o juiz deve marcar outra data para a produção da prova requerida pelo Ministério Público.

Assinale:

a) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

- b) se somente a afirmativa V estiver correta.**
- c) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.**
- d) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.**
- e) se somente a afirmativa III estiver correta.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**

A afirmativa I está incorreta. Consoante ao artigo 3º, §2º, do CPC: § 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

A afirmativa II está incorreta. Nos termos do artigo 77, § 6º, do CPC: § 6º Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica o disposto nos §§ 2º a 5º, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz officiará.

A afirmativa III está correta. Conforme prevê o artigo 144, inciso VIII, §3º, do CPC: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: VIII - em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório; § 3º O impedimento previsto no inciso III também se verifica no caso de mandato conferido a membro de escritório de advocacia que tenha em seus quadros advogado que individualmente ostente a condição nele prevista, mesmo que não intervenha diretamente no processo.

Ademais, prevê o artigo 148 do CPC o seguinte: Art. 148. Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição: I - ao membro do Ministério Público. [...]

A afirmativa IV está incorreta. Nos termos do artigo Art. 220. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive. §1º Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período previsto no caput .

A afirmativa V está incorreta. Nos termos do artigo 362, §2º, do CPC: § 2º O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.

Assim, considerando que apenas a assertiva III está correta, a alternativa a ser assinalada é a letra E.

QUESTÃO 57. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O espólio fica na posse do administrador provisório até que o inventariante preste o compromisso.**
- b) O administrador provisório representa ativa e passivamente o espólio em até 30 (trinta) dias da abertura da sucessão, podendo haver apenas uma prorrogação por igual período.**

c) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, o juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.

d) Não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, é possível a realização de divórcio consensual, separação consensual e extinção consensual de união estável por escritura pública, que não depende de homologação judicial e constitui título hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

e) A alteração do regime de bens do casamento pode ser requerida independentemente do tempo decorrido desde a sua celebração.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**

A alternativa A está correta. Trata-se de previsão expressa no artigo 613 do CPC: Art. 613. Até que o inventariante preste o compromisso, continuará o espólio na posse do administrador provisório.

A alternativa B está incorreta. Não há prazo para representação do espólio pelo administrador provisório. Nos termos do artigo 613 do CPC: Art. 613. Até que o inventariante preste o compromisso, continuará o espólio na posse do administrador provisório.

A alternativa C está correta. Conforme previsão expressa do artigo 723, parágrafo único, do CPC: Parágrafo único. O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 733 do CPC: Art. 733. O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições de que trata o [art. 731](#). § 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

A alternativa E está correta. Trata-se do disposto no artigo 734 do CPC: Art. 734. A alteração do regime de bens do casamento, observados os requisitos legais, poderá ser requerida, motivadamente, em petição assinada por ambos os cônjuges, na qual serão expostas as razões que justificam a alteração, ressalvados os direitos de terceiros.

QUESTÃO 58. Assinale a alternativa correta:

a) O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial.

b) A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, diante do interesse público envolvido.

c) Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará ao órgão superior a designação de outro membro do Ministério Público para dar andamento ao processo.

d) O Ministério Público somente tem legitimidade para propor a ação rescisória se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.

e) Independentemente de demonstração de prejuízo, é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 975 do CPC: Art. 975. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 178, parágrafo único, do CPC: Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 180, §1º, do CPC: § 1º Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.

A alternativa D está incorreta. Prevê o artigo 967 do CPC: Art. 967. Têm legitimidade para propor a ação rescisória: [...]III - o Ministério Público: a) se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção; b) quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei; c) em outros casos em que se imponha sua atuação.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 279 do CPC: § 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

QUESTÃO 59. Assinale a alternativa incorreta:

a) Havendo discussão no processo sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, deverá estar acompanhado por especialista.

b) Nas ações de guarda, antes de iniciada a audiência de mediação e conciliação, o juiz indagará às partes e ao Ministério Público se há risco de violência doméstica ou familiar, cuja prova ou indícios deverão ser apresentados no mesmo ato.

c) Nos pedidos de cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, verificada a conduta procrastinatória do executado, o juiz deverá, se for o caso, dar ciência ao Ministério Público dos indícios da prática do crime de abandono material.

d) Nos pedidos de cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

e) Independentemente do exercício do poder familiar dos pais, o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 699 do CPC: Art. 699. Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, deverá estar acompanhado por especialista.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 699-A do CPC: Art. 699-A. Nas ações de guarda, antes de iniciada a audiência de mediação e conciliação de que trata o art. 695 deste Código, o juiz indagará às partes e ao Ministério Público se há risco de violência doméstica ou familiar, fixando o prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação de prova ou de indícios pertinentes.

A alternativa C está correta. Trata-se de previsão expressa no 532 do CPC: artigo Art. 532. Verificada a conduta procrastinatória do executado, o juiz deverá, se for o caso, dar ciência ao Ministério Público dos indícios da prática do crime de abandono material.

A alternativa D está correta. Prevê o artigo 528 do CPC: Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

A alternativa E está correta. Dispõe a Súmula 594 do STJ que “O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca”.

QUESTÃO 60. Com relação ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, assinale a alternativa incorreta:

a) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente, como a imposição de multa, a

busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

b) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, a determinação de medidas necessárias à satisfação do exequente poderá ocorrer de ofício.

c) O executado que injustificadamente descumprir a ordem judicial incidirá nas penas de litigância de má-fé, mas não responderá por crime de desobediência.

d) Se a multa determinada se tornar insuficiente ou excessiva, ou se o obrigado demonstrar cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento, o juiz poderá modificar o valor ou a periodicidade correspondente ou excluí-la.

e) A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**

A alternativa A está correta. Conforme previsto no artigo 536 do CPC: Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. § 1º Para atender ao disposto no caput , o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de

multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

A alternativa B está correta. Trata-se de previsão expressa no artigo 536, caput, do CPC: Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 536, § 3º, do CPC: § 3º O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé quando injustificadamente descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.

A alternativa D está correta. A possibilidade de revisão da multa está prevista no artigo 537, § 1º, do CP § 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que: I - se tornou insuficiente ou excessiva; II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade da Súmula 410 do STJ: Súmula 410. A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

QUESTÃO 61. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa:

I. A *mutatio libelli* é uma providência exclusiva do Ministério Público e, portanto, somente aplicável à ação penal pública ou à ação penal subsidiária da pública.

II. A *emendatio libelli* é aplicável tanto à ação penal pública, como à ação penal subsidiária da pública e à ação penal privada.

III. Tanto a *emendatio libelli* como a *mutatio libelli* podem ser aplicadas na fase recursal.

IV. A aplicação da *emendatio libelli* em grau recursal não pode agravar a pena do réu quando este for o único recorrente.

V. Considerando que a *mutatio libelli* altera a descrição fática, quando for ela aplicada em grau recursal, a pena do réu poderá ser agravada, mesmo sendo ele o único recorrente.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão incorretas.

d) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.

e) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas

Comentários

A alternativa correta é a letra E. Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

O item I está correto. A *mutatio libelli* é a mudança na acusação (no sentido de ser necessária a alteração dos fatos). Está prevista no art. 384, do CPP: “Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá

aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.”

Segundo a doutrina majoritária, “a *mutatio libelli* somente pode ser feita nos crimes de ação penal pública (condicionada ou incondicionada) e nas hipóteses de ação penal privada subsidiária da pública, recaindo sobre o Ministério Público a legitimidade para o aditamento da peça acusatória.” (Brasileiro, Manual de Processo Penal, 10ª ed., 2021, pág. 1425).

O item II está correto. A *emendatio* é a emenda na acusação (no sentido de se alterar apenas a classificação jurídica). Está prevista no art. 383, do CPP: “O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.” Por ser atribuição do juiz, de ofício, pode ser aplicada a qualquer espécie de ação penal, seja ela pública, ou privada. Ademais, não há qualquer restrição quanto à espécie de ação penal no caput do art. 383, do CPP.

O item III está incorreto, pois a *mutatio libelli* não é aplicável na fase recursal ou em segunda instância. Nesse sentido é a dicção do Enunciado nº 453, da Súmula do STF: “Não se aplicam à segunda instância o art. 384 e parágrafo único do Código de Processo Penal, que possibilitam dar nova definição jurídica ao fato delituoso, em virtude de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou queixa.”

O item IV está correto. Trata-se do princípio da vedação da *reformatio in pejus*, o qual encontra previsão legal no art. 617, do CPP: “O tribunal, câmara ou turma atenderá nas suas decisões ao disposto nos arts. 383, 386 e 387, no que for aplicável, não podendo, porém, ser agravada a pena, quando somente o réu houver apelado da sentença.”

O item V está incorreto. Como visto no item III, a *mutatio libelli* não é aplicável em grau recursal.

QUESTÃO 62. Sobre o chamado confisco alargado assinale a alternativa correta:

- a) Para que ocorra o confisco alargado, uma das condições é a de que o réu seja condenado à pena superior a 6 anos.**
- b) No confisco alargado, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.**
- c) No confisco alargado, decreta-se a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior.**
- d) Para que ocorra o confisco alargado, o Ministério Público deve realizar seu requerimento expresso por ocasião do oferecimento das alegações finais.**
- e) Entende-se por patrimônio do condenado, para fins de apuração do confisco alargado, todos os bens de sua titularidade até a data da prática da infração penal, bem como aqueles transferidos a terceiros a qualquer título.**

Comentários

A alternativa correta é a letra B. O confisco alargado é um instituto previsto no art. 91-A, do CP, segundo o qual: “Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.”

A alternativa A está incorreta. Não é necessário que o réu seja condenado à pena superior a 6 anos. Basta que a pena máxima abstratamente cominada ao delito pelo qual foi condenado seja superior a 6 anos de reclusão.

A alternativa B está correta. É a exata redação do *caput* do art. 91-A, do CP.

A alternativa C está incorreta. A decretação da perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior está prevista no §1º do art. 91, do CP, e se trata de um efeito da condenação, não de confisco alargado.

A alternativa D está incorreta. Segundo o §3º, do art. 91-A, deverá ser requerida quando do oferecimento da denúncia, não em alegações finais: “A perda prevista neste artigo deverá ser requerida expressamente pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação da diferença apurada.”

A alternativa E está incorreta. Segundo o §1º do art. 91, do CP, entende-se por patrimônio do condenado todos os bens de sua titularidade, ou em relação aos quais ele tenha o domínio e o benefício direto ou indireto, na data da infração penal ou recebidos posteriormente e os transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, a partir do início da atividade criminal. Logo, não são considerados como patrimônio do condenado aqueles transferidos a terceiros a qualquer título.

QUESTÃO 63. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa:

I. Quando um agente policial, de forma insidiosa, provoca o agente à prática de um delito, ao mesmo tempo que toma providências para que o crime não se consuma, temos o chamado flagrante preparado.

II. Quando um agente policial tem notícias de que uma infração penal será cometida e passa a monitorar a atividade do agente de forma a aguardar o melhor momento para executar a prisão, temos o chamado crime de ensaio.

III. Quando um fato típico não foi praticado pelo suposto infrator, mas foi praticado por um agente policial com o objetivo de incriminá-lo falsamente, temos o chamado flagrante urdido.

IV. Quando um agente policial, de forma insidiosa, fabrica provas de um crime inexistente para incriminar falsamente uma pessoa, temos o chamado crime putativo por obra do agente provocador.

V. Quando um agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração, temos o chamado flagrante presumido ou imperfeito.

a) Apenas as assertivas I, III e IV estão incorretas.

b) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.

c) Apenas as assertivas II, IV e V estão incorretas.

d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

e) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. As assertivas II, IV e V estão incorretas.

O item I está correto. O flagrante preparado ou provocado é a hipótese em que o agente é induzido ou instigado à prática da infração penal, na expectativa de que seja capturado em flagrante.

O item II está incorreto. Crime de ensaio é sinônimo de flagrante preparado. A situação narrada, por sua vez, é exemplo de ação controlada ou flagrante prorrogado, no qual há o retardamento da ação policial para que se concretize a captura no momento mais oportuno do ponto de vista da formação de provas e autuação dos envolvidos.

O item III está correto. O flagrante urdido é sinônimo de flagrante forjado, fabricado ou maquinado, sendo a hipótese em que particulares ou policiais arquitetam artificialmente uma situação de (suposto) flagrante de um crime falso ou inexistente, imputando-o a terceiro sabidamente inocente, a fim de legitimar a sua prisão em flagrante (arbitrária) por tal fato.

O item IV está incorreto. O “delito putativo por obra do agente provocador” é uma expressão cunhada por Damásio Evangelista de Jesus, sendo um sinônimo de flagrante preparado ou provocado. O narrado na assertiva diz respeito ao flagrante forjado.

O item V está incorreto. O flagrante impróprio, irreal, imperfeito ou quase-flagrante está previsto no inciso III, do art. 302, do CPP: é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração. Já o flagrante presumido ou ficto é a modalidade prevista no inciso IV, do mesmo artigo: é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração. Perceba, portanto, que flagrante presumido e imperfeito são hipóteses diferentes, não podendo ser tratadas como sinônimo.

QUESTÃO 64. Considerando o exposto pela doutrina e jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o habeas corpus, assinale a alternativa correta:

a) Cabe habeas corpus contra imposição de pena de exclusão de militar, ou de perda de patente, ou de função pública.

b) O assistente de acusação tem legitimidade para recorrer de decisões proferidas em habeas corpus favoráveis ao acusado caso não o faça o Ministério Público, por constar essa atividade no rol de suas atribuições de defesa dos interesses da vítima.

c) Cabe o denominado habeas corpus profilático quando a impetração visa diretamente combater um constrangimento ilegal já existente, mas que ainda não resultou na restrição e liberdade do paciente, caso no qual, se procedente, será expedido o chamado “contramandado de prisão”.

d) A superveniência de sentença condenatória que também mantém a prisão preventiva anteriormente decretada não prejudica a análise do habeas corpus anteriormente impetrado contra a decisão originária que determinou a custódia cautelar.

e) Ainda que extinta a pena privativa de liberdade do agente, cabe habeas corpus se acaso não tenha sido efetivamente cumprido o competente alvará de soltura do indivíduo que esteja preso.

Comentários

A alternativa correta é a letra E.

A alternativa A está incorreta. O Enunciado nº 694, da Súmula do STF dispõe que: “Não cabe habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.”

A alternativa B está incorreta. Segundo o STF, é inadmissível a intervenção do assistente de acusação na ação de habeas corpus, por não haver imposição legal de intimação do assistente do Ministério Público no habeas corpus impetrado em favor do acusado (STF. 1ª Turma. AgRg no HC 203.737, Rel. Min. Carmem Lúcia, decisão monocrática em 31/08/2021).

A alternativa C está incorreta. Habeas corpus profilático, preservativo ou trancativo é aquele que se volta contra a possibilidade de o constrangimento ilegal vir a ocorrer por força de alguma ilegalidade no processo. Por não estar diretamente ligado à prisão, não há que se falar em expedição de alvará de soltura ou contramandado de prisão, mas sim de afastamento da ilegalidade constatada (Lima, 2018).

A alternativa D está incorreta. A superveniência de sentença condenatória que mantém a prisão preventiva prejudica a análise do habeas corpus que havia sido impetrado contra o título originário da custódia (STF. Plenário. HC 143333/PR, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 11 e 12/4/2018 (Info 897)).

A alternativa E está correta. Segundo o Enunciado nº 695, da Súmula do STF, não cabe "habeas corpus" quando já extinta a pena privativa de liberdade. No entanto, caso não tenha sido efetivada a soltura do indivíduo, caberá o Habeas Corpus.

QUESTÃO 65. Considerando o disposto no Código de Processo Penal, quanto ao tema do julgamento perante o Tribunal do Júri, assinale a alternativa incorreta:

a) O julgamento não será adiado pelo não comparecimento do acusado solto que tiver sido regularmente intimado.

b) Comparecendo na data do julgamento menos de 15 jurados, proceder-se-á ao sorteio de tantos suplentes quantos necessários, e designar-se-á nova data para a sessão do júri.

c) Se o acusado preso não for conduzido, o julgamento será adiado para o primeiro dia desimpedido da reunião seguinte, salvo se houver pedido de dispensa de comparecimento subscrito por ele e seu defensor.

d) Determinada a separação dos julgamentos, será julgado em primeiro lugar o acusado a quem foi atribuída a autoria do fato ou, em caso de coautoria, terá preferência, estando os dois presos, para ser julgado o acusado que estiver preso por mais tempo.

e) A utilização, pelas partes da faculdade das 3 recusas imotivadas de jurados, não impede que as partes possam ainda arguir o impedimento dos demais jurados não recusados imotivadamente.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C.

A alternativa A está correta. É a previsão do art. 457, do CPP.

A alternativa B está correta. É o que estabelecem os arts. 464 c/c 463, do CPP.

A alternativa C está incorreta. O §2º, do art. 457, do CPP prevê que será adiado para o primeiro dia desimpedido da mesma reunião: “Se o acusado preso não for conduzido, o julgamento será adiado

para o primeiro dia desimpedido da mesma reunião, salvo se houver pedido de dispensa de comparecimento subscrito por ele e seu defensor.”

A alternativa D está correta. É a previsão do art. 469, §2º, do CPP.

A alternativa E está correta. As partes poderão recusar até 3 jurados de forma imotivada, porém, mesmo após esgotadas as recusas imotivadas, poderão recusar os jurados de forma motivada.

QUESTÃO 66. Considerando o disposto no Código de Processo Penal, quanto ao tema das exceções, assinale a alternativa correta:

a) As partes não poderão arguir de suspeitos os peritos, os intérpretes e os serventuários ou funcionários de justiça, mas deverão eles declarar-se suspeitos, quando ocorrer motivo legal.

b) Não se poderá opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito, mas deverão elas declarar-se suspeitas, quando ocorrer motivo legal.

c) Se o juiz reconhecer voluntariamente a suspeição contra si arguida, não necessitará sustar a marcha do processo, vez que cabe ao seu substituto assumir imediatamente a condução do julgamento, independentemente de qualquer outro ato processual.

d) Considerando a inafastabilidade da jurisdição, é vedado ao juiz espontaneamente afirmar sua suspeição sem a provocação de forma fundamentada de uma das partes.

e) Não aceitando a suspeição, o juiz mandará autuar em apartado a petição, dará sua resposta dentro de cinco dias, podendo instruí-la e oferecer testemunhas.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa A está incorreta. O art. 105, do CPP estabelece que: “as partes poderão também arguir de suspeitos os peritos, os intérpretes e os serventuários ou funcionários de justiça, decidindo o juiz de plano e sem recurso, à vista da matéria alegada e prova imediata.”

A alternativa B está correta. É a exata redação do art. 107, do CPP.

A alternativa C está incorreta. Caso o juiz reconheça espontaneamente a sua suspeição, não há necessidade de sustar a marcha do processo (art. 97, do CPP). No entanto, caso reconheça a suspeição, o juiz sustará a marcha do processo, mandará juntar aos autos a petição do recusante com os documentos que a instruem, e por despacho se declarará suspeito, ordenando a remessa dos autos ao substituto (art. 99, do CPP).

A alternativa D está incorreta. O art. 97, do CPP traz a previsão do reconhecimento espontâneo da suspeição pelo juiz.

A alternativa E está incorreta. O art. 100, do CPP estabelece que: “Não aceitando a suspeição, o juiz mandará autuar em apartado a petição, dará sua resposta dentro em três dias, podendo instruí-la e oferecer testemunhas, e, em seguida, determinará sejam os autos da exceção remetidos, dentro em 24 vinte e quatro horas, ao juiz ou tribunal a quem competir o julgamento.”

QUESTÃO 67. Sobre o tema da infiltração de agentes traçado pela Lei 12.850/2013, a qual define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal, assinale a alternativa incorreta:

a) O requerimento do Ministério Público ou a representação do delegado de polícia para a infiltração de agentes conterão a demonstração da necessidade da medida, o alcance das tarefas dos agentes e, quando possível, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e o local da infiltração.

b) No curso do inquérito policial, o delegado de polícia poderá determinar aos seus agentes, e o Ministério Público e o juiz competente poderão requisitar, a qualquer tempo, relatório da atividade de infiltração.

c) O agente policial infiltrado que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados.

d) A infiltração de agentes de polícia infiltrados virtuais na internet será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, mediante ordem judicial fundamentada e desde que o total não exceda dois anos, ou seja, 730 (setecentos e trinta dias) dias e seja comprovada sua necessidade.

e) Não é punível, no âmbito da infiltração, a prática de crime pelo agente infiltrado no curso da investigação, quando inexigível conduta diversa.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra D.

A alternativa A está correta. É o que prevê o art. 11, *caput*, da Lei nº 12.850/2013.

A alternativa B está correta. É a exata redação do §6º, do art. 10-A, da Lei nº 12.850/2013.

A alternativa C está correta. É a previsão do art. 13, *caput*, da Lei nº 12.850/2013.

A alternativa D está incorreta. O prazo da infiltração virtual de agentes não pode exceder 720 (setecentos e vinte) dias, conforme o §4º, do art. 10-A, da Lei nº 12.850/2013.

A alternativa E está correta. É o que prevê o art. 13, parágrafo único, da Lei nº 12.850/2013.

QUESTÃO 68. Sobre o tema da colaboração premiada, assinale a alternativa incorreta:

a) O acordo de colaboração premiada poderá ser precedido de instrução, quando houver necessidade de identificação ou complementação de seu objeto, dos fatos narrados, sua definição jurídica, relevância, utilidade e interesse público.

b) Na hipótese de não ser celebrado o acordo por iniciativa do celebrante, esse não poderá se valer de nenhuma das informações ou provas apresentadas pelo colaborador, de boa-fé, para qualquer outra finalidade.

c) Considerando a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público ou a autoridade policial poderão, a qualquer tempo, requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, ainda que esse benefício não tenha sido previsto na proposta inicial.

d) O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, se dessa colaboração vier a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas.

e) O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C.

A alternativa A está correta. É o que prevê o §4º, do art. 3º-B, da Lei nº 12.850/2013.

A alternativa B está correta. É a exata redação do §6º, do art. 3º-B, da Lei nº 12.850/2013.

A alternativa C está incorreta. O §2º do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013 estabelece que a autoridade policial pode representar apenas nos autos do inquérito, não a qualquer tempo, como afirmado pela assertiva: “Art.4º, §2º - Considerando a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público, a qualquer tempo, e o delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, com a manifestação do Ministério Público, poderão requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, ainda que esse benefício não tenha sido previsto na proposta inicial, aplicando-se, no que couber, o art. 28 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).”

A alternativa D está correta. É o que estabelece o art. 4º, *caput*, da Lei nº 12.850/2013.

A alternativa E está correta. É o que prevê o §3º, do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013.

QUESTÃO 69. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa:

I. Segundo a teoria dos frutos da árvore envenenada, também conhecida como teoria da contaminação expurgada, os efeitos da prova ilegítima podem transcender a própria prova viciada, contaminando todo o material probatório dela decorrente.

II. Segundo a teoria da descoberta inevitável, se uma prova, que circunstancialmente decorre de uma prova ilícita, seria conseguida de qualquer maneira, por meio de atos investigatórios válidos, pode esta prova derivada ser aproveitada, eliminando-se a possível contaminação.

III. Segundo a teoria da contaminação expurgada ou teoria da tinta diluída, se o vínculo entre a prova ilegítima e a prova derivada for tão tênue ou superficial, a prova derivada pode ser declarada lícita.

IV. Segundo a teoria da prova absolutamente independente ou teoria da fonte independente, se existirem outras provas no processo que foram obtidas por meio independente de uma prova ilegítima, o sistema de contaminação não se efetiva.

V. Segundo a teoria da exceção de erro inócuo, não será decretada a invalidação de uma prova utilizada para condenação em razão de sua ilegitimidade se ela for inapta para prejudicar direitos constitucionais objetivos do imputado, embora não haja outras provas hábeis a sustentar a condenação.

a) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão incorretas.

b) Apenas as assertivas I, II e IV estão incorretas.

c) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.

d) Apenas as assertivas III e IV estão incorretas.

e) Apenas as assertivas II, III e IV estão incorretas.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

O item I está incorreto. A teoria da contaminação expurgada não é sinônimo da teoria dos frutos da árvore envenenada, sendo uma exceção a ela. O afirmado na assertiva diz respeito à teoria dos frutos da árvore envenenada. A teoria da contaminação expurgada ou limitação da mancha purgada (*purged tainted limitation*), conforme a lição de Renato Brasileiro (2022), determina que não se aplica a teoria da prova ilícita por derivação se o nexo causal entre a prova primária e a secundária for atenuado em virtude do decurso do tempo, de circunstâncias supervenientes na cadeia probatória, da menor relevância da ilegalidade ou da vontade de um dos envolvidos em colaborar com a persecução criminal. Nesse caso, apesar de já ter havido a contaminação de um determinado meio de prova em face da ilicitude ou ilegalidade da situação que o gerou, um acontecimento futuro expurga, afasta, elide esse vício, permitindo-se, assim, o aproveitamento da prova inicialmente contaminada.

O item II está correto. Pela teoria da descoberta inevitável, se restar demonstrado que a prova derivada da ilícita seria produzida de qualquer modo, independentemente da prova ilícita originária, tal prova deve ser considerada válida.

O item III está incorreto. O afirmado na assertiva diz respeito à teoria da fonte independente.

O item IV está incorreto. Pela teoria da fonte independente, se o órgão da persecução penal demonstrar que obteve, legitimamente, novos elementos de informação a partir de uma fonte autônoma de prova, que não guarde qualquer relação de dependência, nem decorra da prova originariamente ilícita, com esta não mantendo vínculo causal, tais dados probatórios são admissíveis, porque não contaminados pela mácula da ilicitude originária, não há que se falar em ilicitude da prova.

O item V está incorreto. Pela teoria da exceção do erro inócuo, a prova ilícita pode ser utilizada, desde que não seja a única prova.

QUESTÃO 70. Nos termos do Código de Processo Penal, assinale a alternativa incorreta:

a) Pode-se afirmar que temos a chamada conexão intersubjetiva por simultaneidade se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas sem ajuste prévio.

b) Pode-se afirmar que temos a chamada conexão intersubjetiva por concurso se o fato é praticado por várias pessoas, embora diverso o tempo e lugar, mas há um vínculo subjetivo entre os agentes mesmo ainda sobrevivendo sobre eles a distância.

c) Pode-se afirmar que temos a chamada conexão intersubjetiva por reciprocidade se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas por várias pessoas, umas contra as outras.

d) Pode-se afirmar que a chamada conexão intersubjetiva por simultaneidade é também denominada pela doutrina de conexão consequencial, lógica ou teleológica.

e) Pode-se afirmar que temos a chamada conexão objetiva se várias pessoas praticam infrações para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra D. Conexão intersubjetiva por simultaneidade é também denominada de conexão subjetivo-objetiva ou conexão intersubjetiva ocasional, sendo a hipótese em que as

pessoas estariam ocasionalmente reunidas para a prática delitativa, ou seja, sem a intenção prévia de reunião, inexistindo concurso de agentes (art. 76, I, 1ª parte, do CPP). A doutrina traz como exemplo os saques de caminhões tombados na estrada.

A conexão consequencial, lógica ou teleológica, por sua vez, é a hipótese do art. 76, II, do CPP: “se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.”

QUESTÃO 71. Das alternativas abaixo, assinale aquela que corresponda a um fundamento da sentença absolutória na esfera penal que produz coisa julgada também na esfera cível, impossibilitando assim a busca de uma indenização cível:

- a) Absolvição por não estar provada a existência do fato.
- b) Absolvição por insuficiência de provas.
- c) Absolvição por não constituir infração penal o fato.
- d) Absolvição por insuficiência de provas.
- e) Absolvição por considerar o juiz que o réu não concorreu para a infração penal.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A regra geral é que sempre que a decisão criminal for de mérito, categórica e definitiva sobre a existência do fato (materialidade) e sobre a autoria, ela terá força vinculatória no cível, com formação de coisa julgada.

Dentre as hipóteses de absolvição previstas no art. 386, do CPP, apenas duas fazem julgado no âmbito cível: quando provada a inexistência do fato, e quando provado que o réu não concorreu para a infração penal.

Na primeira o juiz entendeu que foi comprovado que o fato não existiu; na segunda, que foi comprovado que o acusado não concorreu para a infração penal. Nessas hipóteses, o juiz do cível jamais poderá dizer diferente em relação à existência do fato ou sua autoria.

As demais hipóteses, sendo possível a produção probatória em âmbito cível, por não haver um juízo de certeza na seara criminal, não fazem coisa julgada.

QUESTÃO 72. Assinale a alternativa correta. Em Medicina Legal, o que é o “Período de Incerteza de Tourdes”?

- a) É o período correspondente ao interstício de tempo antes e depois da morte, em que não se pode definir com certeza se as lesões encontradas tiveram causa anterior ou posterior ao falecimento.
- b) É o período correspondente entre a agressão que causa lesão contundente até o aparecimento da equimose epitelial.
- c) É o período correspondente entre a parada cardiorrespiratória e a morte encefálica.
- d) É o período correspondente entre a morte encefálica e o início do estágio de decomposição cadavérica, quando as lesões sofridas pela pessoa começam a desaparecer.
- e) É o período correspondente ao interstício de tempo depois da morte e antes do aparecimento de sinais cadavéricos, como a rigidez cadavérica.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. O “Período de Incerteza de Tourdes” é, segundo Wilson Palermo (5ª edição, 2020, pág. 421), “um período quantificado em cerca de 6 (seis) horas antes e 6 (seis) horas depois da morte, no qual há uma incerteza acerca do diagnóstico das lesões, não se podendo definir se elas tiveram causa anterior ou posterior à morte.”

QUESTÃO 73. Das alternativas abaixo, segundo a dicção do contido na Lei de Execuções Penais, assinale aquela correspondente ao crime cujo condenado não será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético mediante extração de DNA:

- a) Crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa.
- b) Crime de organização criminosa.
- c) Crime contra a vida.
- d) Crime contra a liberdade sexual.
- e) Crime sexual contra vulnerável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Dispõe o caput do art. 9º-A da Lei nº 7.210/1984 que: “O condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional”.

Dessa forma, é possível concluir que, dentre as alternativas apresentadas na questão, apenas na hipótese da prática de crime de organização criminosa, o condenado não será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético mediante extração de DNA.

QUESTÃO 74. O preso Pericoloso cumpre pena no regime fechado, trabalhando e estudando na unidade em que se encontra. Pericoloso trabalha com solda em uma empresa que possui um canteiro de trabalho na unidade e, de forma compatível com os horários de trabalho, também encontra-se frequentando as aulas do ensino fundamental, que são ministradas pelo Colégio Estadual Nossa Senhora do Socorro, por meio de ensino à distância. Passados alguns meses, contabiliza-se que Pericoloso trabalhou 369 dias e frequentou 1.476 horas de curso do ensino fundamental, logrando, inclusive, se formar e receber diploma de conclusão. Com base nos dados do caso hipotético acima exposto, assinale a alternativa que contém a quantidade de dias exatos que Pericoloso terá direito de remir de sua pena:

- a) 234 dias a remir.
- b) 246 dias a remir.
- c) 278 dias a remir.
- d) 280 dias a remir.
- e) 287 dias a remir.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Inicialmente, cumpre destacar que Pericoloso poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena que está sendo cumprida no regime fechado, consoante dispõe o art. 126, caput, da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal):

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

Além disso, segundo o entendimento do STF, é permitida a remição da pena em decorrência de realização concomitante de trabalho e estudo, desde que haja compatibilidade de horários. No mesmo sentido dispõe o art. 126, §3º, da Lei de Execução Penal que: “Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem”. Nesse contexto, a questão afirmou expressamente que Pericoloso, “de forma compatível com os horários de trabalho, também encontra-se frequentando as aulas do ensino fundamental”.

No que se refere à frequência escolar, o § 2º do art. 126 da LEP afirma que as atividades de estudo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino à distância. Portanto, será contabilizado o montante de 1.476 horas de curso do ensino fundamental, que foram ministradas pelo Colégio Estadual Nossa Senhora do Socorro, por meio de ensino à distância. Ademais, considerando que Pericoloso se formou e recebeu diploma de conclusão do ensino fundamental, o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço), nos termos do § 5º do art. 126 da LEP:

Art. 126. § 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

Em relação ao trabalho interno, a questão afirma que “Pericoloso trabalha com solda em uma empresa que possui um canteiro de trabalho na unidade”, portanto, terá direito à remição calculada com base em 369 dias trabalhados.

Por todo o exposto, serão contabilizados, na sua totalidade, os 369 dias trabalhados, bem como o total de 1.476 horas de estudo, na forma do art. 126, §1º, da LEP:

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de qualificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

Assim, na remição por estudo, a base de cálculo é 1.476 horas, a qual, dividida por 12, resulta em 123 dias de remição, acrescidos de 1/3 (que corresponde a 41 dias), o que totaliza 164 dias remidos.

Ademais, na remição pelo trabalho, serão devidos 123 dias, tendo em vista que Pericoloso trabalhou 369 dias, que dividido por 3 resulta em 123 dias remidos.

Logo, é possível concluir que Pericoloso terá direito de remir de sua pena a quantidade de 287 dias exatos, pela soma de 164 dias remidos por estudo e 123 dias remidos por trabalho.

QUESTÃO 75. O réu Malvásio, apesar de primário, foi condenado à pena de 28 anos e 04 meses de reclusão em regime inicialmente fechado, pela prática do crime de constituição de milícia privada e latrocínio consumado. Já seu comparsa, o réu Pífio, reincidente na prática de crime hediondo com resultado morte, foi condenado à pena de 25 anos de reclusão em regime inicialmente fechado, pela prática do delito de latrocínio consumado. Com base nos dados fornecidos, assinale a alternativa correta:

a) Malvásio poderá progredir para regime menos gravoso quando tiver cumprido no mínimo 14 anos, 01 mês e 15 dias e Pífio poderá progredir quando tiver cumprido no mínimo 19 anos e 06 meses.

b) Malvásio poderá progredir para regime menos gravoso quando tiver cumprido no mínimo 14 anos e 02 meses e Pífio poderá progredir quando tiver cumprido no mínimo 17 anos e 06 meses.

c) Malvásio poderá progredir para regime menos gravoso quando tiver cumprido no mínimo 14 anos e 02 meses e Pífio poderá progredir quando tiver cumprido no mínimo 15 anos.

d) Malvásio poderá progredir para regime menos gravoso quando tiver cumprido no mínimo 14 anos, 01 mês e 15 dias e Pífio poderá progredir quando tiver cumprido no mínimo 15 anos e 06 meses.

e) Malvásio poderá progredir para regime menos gravoso quando tiver cumprido no mínimo 17 anos e Pífio poderá progredir quando tiver cumprido no mínimo 17 anos e 06 meses.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Depreende-se da análise da questão que Malvásio é primário e foi condenado pela prática do delito de constituição de milícia privada (art. 288-A do Código Penal), bem como pela prática de crime hediondo com resultado morte, consistente em latrocínio consumado, nos termos do art. 1º, II, "a", da Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

II – roubo:

c) qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (art. 157, § 3º).

Dessa forma, Malvásio somente poderá progredir para regime menos gravoso quando tiver cumprido, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da pena total de 28 anos e 04 meses de reclusão, ou seja, quando cumprir, no mínimo, 14 anos e 02 meses, consoante o disposto no art. 112, VI, da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal):

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

(...)

VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:

a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;

b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado;

c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada.

Por outro lado, em relação ao réu Pífio, será necessário o cumprimento de, pelo menos, 70% (setenta por cento) da pena, que corresponde a 17 anos e 06 meses, considerando a pena total de 25 anos de reclusão ($0,7 \times 25 = 17,5$), tendo em vista que é reincidente na prática de crime hediondo com resultado morte, além de ter sido condenado pela prática de latrocínio consumado. Assim dispõe o art. 112, VIII, da LEP:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

(...)

VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

QUESTÃO 76. Assinale a alternativa incorreta:

a) É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não, ocultar ou dificultar a compreensão sobre os ônus e os riscos da contratação do crédito ou da venda a prazo.

b) É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não, indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor.

c) No fornecimento de crédito e na venda a prazo, além de informações obrigatórias previstas no Código de Defesa do Consumidor e na legislação aplicável à matéria, o fornecedor ou o intermediário deverá informar o consumidor, prévia e adequadamente, no momento da oferta, sobre o montante das prestações e o prazo de validade da oferta, que deve ser, no mínimo, de 5 (cinco) dias.

d) Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo, sendo que a inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.

e) Para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, o custo efetivo total da operação de crédito ao consumidor consistirá em taxa percentual anual e compreenderá todos os valores cobrados do consumidor, sem prejuízo do cálculo padronizado pela autoridade reguladora do sistema financeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão exige o conhecimento acerca dos contratos de oferta de crédito ao consumidor.

A alternativa A está incorreta, pois está de acordo com o art. 54-C, III, CDC: “É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não: (...) III - ocultar ou dificultar a compreensão sobre os ônus e os riscos da contratação do crédito ou da venda a prazo;”

A alternativa B está incorreta, pois está de acordo com o art. 54-C, II, CDC: “É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não: (...) II - indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor;”

A alternativa C está correta, pois contraria o art. 54-B, III, CDC: “No fornecimento de crédito e na venda a prazo, além das informações obrigatórias previstas no art. 52 deste Código e na legislação aplicável à matéria, o fornecedor ou o intermediário deverá informar o consumidor, prévia e adequadamente, no momento da oferta, sobre: (...) III - o montante das prestações e o prazo de validade da oferta, que deve ser, no mínimo, de 2 (dois) dias;”

A alternativa D está incorreta, pois está de acordo com o art. 54 do CDC: “Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.”

A alternativa E está incorreta, pois contraria o art. 54-B, §2º, CDC: “Para efeitos deste Código, o custo efetivo total da operação de crédito ao consumidor consistirá em taxa percentual anual e compreenderá todos os valores cobrados do consumidor, sem prejuízo do cálculo padronizado pela autoridade reguladora do sistema financeiro.”

QUESTÃO 77. Acerca dos princípios consagrados e regras contidas no Código de Defesa do Consumidor, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa:

I. O princípio do protecionismo do consumidor enfeixa, dentre outras consequências práticas, a de que as regras estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor não podem ser afastadas mesmo que haja convenção entre as partes.

II. Considerados os princípios da vulnerabilidade do consumidor e da hipossuficiência do consumidor, é correto afirmar que todo consumidor é vulnerável, mas nem todo consumidor é hipossuficiente.

III. A hipossuficiência do consumidor pode ser, além de técnica, pode ser jurídica.

IV. O conceito de hipossuficiência do consumidor vai além dos casos de concessão dos benefícios da justiça gratuita, sendo mais amplo, devendo ser apreciado pelo julgador caso a caso.

V. Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, III, V estão corretas.

d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão exige o conhecimento acerca da hipossuficiência, bem como da prevenção e tratamento do superendividamento.

O item I está correto, pois o princípio do protecionismo do consumidor consta do artigo 1º da Lei 8.078/90, e dispõe que o Código de Defesa do Consumidor “estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social”. Como consequência do princípio, as normas elencadas pelo CDC não podem ser afastadas, ainda que haja previsão contratual nesse sentido. Assim, se, em um contrato que regulamente uma determinada relação de consumo, houver alguma cláusula que mitigue ou afaste qualquer direito do consumidor, ela será nula, como prescreve o artigo 51, XV, do Código de Defesa do Consumidor: “São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: (...) XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;”

O item II está correto, pois, apesar de ambos os institutos estarem relacionados com a fraqueza do consumidor perante o fornecedor, a vulnerabilidade é fenômeno de direito material, com presunção absoluta, e a hipossuficiência é fenômeno de direito processual, com presunção relativa. Dessa forma, no plano do direito material, todos os consumidores pessoas físicas são considerados vulneráveis, mas na via processual nem todos são hipossuficientes, devendo a fragilidade ser demonstrada no caso concreto. É o que ocorre com a inversão no ônus da prova.

O item III está correto, pois a hipossuficiência na relação consumerista pode estar relacionada a um conceito fático ou jurídico, pautado sempre na disparidade das relações contratuais. Por isso, a doutrina aponta que, todo consumidor será sempre vulnerável, no entanto, nem todos serão hipossuficientes.

O item IV está correto, segundo explica o Professor Flavio Tartuce: "O conceito de hipossuficiência vai além do sentido literal das expressões pobre ou sem recursos, aplicáveis nos casos de concessão dos benefícios da justiça gratuita, no campo processual. O conceito de hipossuficiência consumerista é mais amplo, devendo ser apreciado pelo aplicador do direito caso a caso, no sentido de reconhecer a disparidade técnica ou informacional, diante de uma situação de desconhecimento (...) Trata-se de um conceito fático e não jurídico, fundado em uma disparidade ou discrepância notada no caso concreto”

O item V está correto, segundo art. 54-A, §1º, do CDC: “Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.”

QUESTÃO 78. Considerando as sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

a) A pena de cassação de alvará de licença pode ser aplicada mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas no Código de Defesa do Consumidor e na legislação de consumo.

b) As penas de apreensão, de inutilização de produtos e de proibição de fabricação de produtos não podem ser aplicadas em procedimento administrativo.

c) A pena de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa, necessitam de procedimento judicial para serem aplicadas.

d) A pena de multa sempre será graduada levando-se em consideração a vantagem auferida pelo fornecedor.

e) A contrapropaganda deverá ser divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão exige o conhecimento acerca das sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com o art. 59 do CDC: “As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa, serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas neste código e na legislação de consumo.”

A alternativa B está incorreta, de acordo com o art. 58 do CDC: “As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produtos, de suspensão do fornecimento de produto ou serviço, de cassação do registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou de qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.”

A alternativa C está incorreta, pois contraria o art. 59 do CDC: “As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa, serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas neste código e na legislação de consumo.”

A alternativa D está incorreta, de acordo com o art. 57 do CDC: “A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.”

A alternativa E está incorreta, pois contraria o art. 60, §1º, CDC: “A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.”

QUESTÃO 79. Assinale a alternativa incorreta:

a) A Política Nacional de Atenção Básica considera os termos Atenção Básica (AB) e Atenção Primária à Saúde (APS), nas atuais concepções, como termos equivalentes.

b) A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à

população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

c) A integração entre a Vigilância em Saúde e Atenção Básica é condição essencial para o alcance de resultados que atendam às necessidades de saúde da população, na ótica da integralidade da atenção à saúde e visa estabelecer processos de trabalho que considerem os determinantes, os riscos e danos à saúde, na perspectiva da intra e intersectorialidade.

d) A universalidade, a equidade e a integralidade são Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Rede de Atenção à Saúde (RAS) a serem operacionalizados na Atenção Básica.

e) Os estabelecimentos de saúde que ofertem ações e serviços de Atenção Primária à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, serão denominadas Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade de Saúde da Família (USF).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão exige o conhecimento acerca da Política Nacional de Atenção Básica, regulamentada na Portaria 2.436 de 2017 do Ministério da Saúde.

A alternativa A está incorreta, pois está de acordo com o art. 1º, parágrafo único, da Portaria 2.436/2017: “A Política Nacional de Atenção Básica considera os termos Atenção Básica - AB e Atenção Primária à Saúde - APS, nas atuais concepções, como termos equivalentes, de forma a associar a ambas os princípios e as diretrizes definidas neste documento.”

A alternativa B está incorreta, pois está de acordo com o art. 2º da Portaria 2.436/2017: “A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.”

A alternativa C está incorreta, pois está de acordo com o art. 5º da Portaria 2.436/2017: “A integração entre a Vigilância em Saúde e Atenção Básica é condição essencial para o alcance de resultados que atendam às necessidades de saúde da população, na ótica da integralidade da atenção à saúde e visa estabelecer processos de trabalho que considerem os determinantes, os riscos e danos à saúde, na perspectiva da intra e intersectorialidade.”

A alternativa D está correta, pois contraria o art. 3º, I, da Portaria 2.436/2017: “São Princípios e Diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizados na Atenção Básica: I - Princípios: a) Universalidade; b) Equidade; e c) Integralidade.”

A alternativa E está incorreta, pois está de acordo com o art. 6º da Portaria 2.436/2017, após alteração pela Portaria 397/2020 do MS: “Os estabelecimentos de saúde que ofertem ações e serviços de Atenção Primária à Saúde, no âmbito do SUS, de acordo com o Anexo XXII, serão denominados: I - Unidade Básica de Saúde (UBS): estabelecimento que não possui equipe de Saúde da Família; II - Unidade de Saúde da Família (USF): estabelecimento com pelo menos 1 (uma) equipe de Saúde da Família, que possui funcionamento com carga horária mínima de 40 horas semanais, no mínimo 5 (cinco) dias da semana e nos 12 meses do ano, possibilitando acesso facilitado à população.”

QUESTÃO 80. Considerando o contido na Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça, que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa:

I. Quando apresentada em audiência de custódia pessoa com indícios de transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial identificados por equipe multidisciplinar qualificada, ouvidos o Ministério Público e a defesa, caberá à autoridade judicial o encaminhamento para atendimento voluntário na Rede de Atenção Psicossocial voltado à proteção social em políticas e programas adequados, a partir de fluxos pré-estabelecidos com a rede.

II. Nos casos em que a autoridade judicial, com apoio da equipe multidisciplinar e após ouvidos o Ministério Público e a defesa, entender que a pessoa apresentada à audiência de custódia está em situação de crise em saúde mental e sem condições de participar do ato, solicitará tentativas de manejo de crise pela equipe qualificada.

III. No caso de a pessoa necessitar de tratamento em saúde mental no curso de prisão processual ou outra medida cautelar, a autoridade judicial, no caso de pessoa presa, reavaliará a necessidade e adequação da prisão processual em vigor ante a avaliação de periculosidade da pessoa, ouvidos a equipe médica psiquiátrica do estabelecimento de saúde onde a pessoa se encontra, o Ministério Público e a defesa.

IV. Na sentença criminal que imponha medida de segurança, a autoridade judicial determinará a modalidade mais indicada ao tratamento de saúde da pessoa acusada, considerados a avaliação biopsicossocial, outros exames eventualmente realizados na fase instrutória e os cuidados a serem prestados em meio aberto.

V. A imposição de medida de segurança de internação ou de internação provisória ocorrerá quando não cabíveis ou suficientes outras medidas cautelares diversas da prisão e quando compreendidas como recurso terapêutico momentaneamente adequado em razão da periculosidade da pessoa presa, e enquanto necessárias ao restabelecimento da saúde da pessoa, desde que prescritas por equipe de saúde da Raps.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, II, V estão corretas.

d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

e) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão exige o conhecimento acerca da Política Antimanicomial do Poder Judiciário, especialmente no que tange à Resolução 487 do CNJ e a Lei 10.216/2001.

O item I está correto, segundo o art. 4º da Resolução 487 do CNJ: “Quando apresentada em audiência de custódia pessoa com indícios de transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial identificados por equipe multidisciplinar qualificada, ouvidos o Ministério Público e a defesa, caberá à autoridade judicial o encaminhamento para atendimento voluntário na Raps

voltado à proteção social em políticas e programas adequados, a partir de fluxos pré-estabelecidos com a rede, nos termos da Resolução CNJ n. 213/2015 e do Modelo Orientador CNJ

O item II está correto, segundo art. 5º da Resolução 487 do CNJ: “Nos casos em que a autoridade judicial, com apoio da equipe multidisciplinar e após ouvidos o Ministério Público e a defesa, entender que a pessoa apresentada à audiência de custódia está em situação de crise em saúde mental e sem condições de participar do ato, solicitará tentativas de manejo de crise pela equipe qualificada.”

O item III está incorreto, segundo art. 9º, I, da Resolução 487 do CNJ: “No caso de a pessoa necessitar de tratamento em saúde mental no curso de prisão processual ou outra medida cautelar, a autoridade judicial: I – no caso de pessoa presa, reavaliará a necessidade e adequação da prisão processual em vigor ante a necessidade de atenção à saúde, para início ou continuidade de tratamento em serviços da Raps, ouvidos a equipe multidisciplinar, o Ministério Público e a defesa;”

O item IV está correto, segundo art. 11 da Resolução 487 do CNJ: “ Na sentença criminal que imponha medida de segurança, a autoridade judicial determinará a modalidade mais indicada ao tratamento de saúde da pessoa acusada, considerados a avaliação biopsicossocial, outros exames eventualmente realizados na fase instrutória e os cuidados a serem prestados em meio aberto.”

O item V está incorreto, segundo art. 13 da Resolução 487 do CNJ: “A imposição de medida de segurança de internação ou de internação provisória ocorrerá em hipóteses absolutamente excepcionais, quando não cabíveis ou suficientes outras medidas cautelares diversas da prisão e quando compreendidas como recurso terapêutico momentaneamente adequado no âmbito do PTS, enquanto necessárias ao restabelecimento da saúde da pessoa, desde que prescritas por equipe de saúde da Raps.”

QUESTÃO 81. No Direito da Infância, da Juventude e da Educação, é correto afirmar que:

a) A faixa etária não é estabelecida entre as etapas do sistema de ensino porque o que importa é que à criança entre quatro e dezessete anos seja assegurado o acesso à educação, de acordo com sua capacidade, o que não gera inconstitucionalidade na regulamentação da transição entre as etapas de ensino.

b) A paternidade responsável, enunciada expressamente pela Constituição de 1988, não possibilita o reconhecimento simultâneo de vínculos de filiação originados da ascendência biológica com aqueles construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, sendo necessário decidir entre um ou outro vínculo, de acordo com o melhor interesse do descendente, de modo que a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, impede o reconhecimento concomitante do vínculo de filiação baseando na origem biológica.

c) Com vistas a mitigar o natural distanciamento do núcleo familiar imposto pelo cumprimento da pena, é absoluto o direito do preso de receber visitas do cônjuge, da companheira, de parentes e de amigos, medida benéfica também para sua ressocialização, assim revelando-se possível a entrada em estabelecimento prisional de criança e adolescente, o que favorece a manutenção da convivência familiar, independe de prova pré-constituída de relação socioafetiva entre eles.

d) A atenuante da confissão espontânea tem aplicabilidade em sede de procedimento que apura a prática de ato infracional atribuído a adolescente; e o princípio da insignificância, por ausência de previsão legal, não tem incidência nos mencionados procedimentos de apuração de ato infracional.

e) O descumprimento injustificado de prazo fixado na Lei n. 8.069/1990 (ECA), em benefício de adolescente privado de liberdade, caracteriza infração administrativa, mas não configura crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF n. 292:

“As Resoluções CNE/CEB 1/2010 e 6/2010, ao estabelecerem um critério único e objetivo para o ingresso às séries iniciais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da criança que tenha, respectivamente, quatro e seis anos de idade, completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, não violam os princípios da isonomia, da proporcionalidade e do acesso à educação. A efetividade das normas consagradoras do direito à educação encontrou suporte nas alterações promovidas pelo constituinte derivado, por meio das Emendas Constitucionais 53/2006 e 59/2009, que ampliaram a educação obrigatória a partir dos quatro anos de idade e substituíram o critério da etapa de ensino pelo critério da idade do aluno. A democratização do acesso à leitura, à escrita e ao conhecimento, na primeira infância, acarreta diversos benefícios individuais e sociais, como melhores resultados no desempenho acadêmico, produtividade econômica, cidadania responsável e combate à miséria intelectual intergeracional. A faixa etária não é estabelecida entre as etapas do sistema de ensino porque o que importa é que à criança entre quatro e dezessete anos seja assegurado o acesso à educação, de acordo com sua capacidade, o que não gera inconstitucionalidade na regulamentação da transição entre as etapas de ensino (art. 208, I e IV, da CRFB). Cabe ao poder público desenhar as políticas educacionais conforme sua expertise, estabelecidas as balizas pretendidas pelo constituinte. A uniformização da política instituída visa a permitir um percurso escolar contínuo entre os diversos sistemas de ensino e, consoante refletem diversos estudos pedagógicos específicos, permite à criança vivenciar cada etapa de acordo com sua faixa etária. Os critérios universalizáveis para o ingresso no ensino fundamental, de cunho impessoal e genérico, são imperiosos em sede de política pública. É que a tomada de decisão baseada em regras considera a possibilidade de erros de subinclusão e sobreinclusão e prestigia a teoria da segunda melhor opção (second best), que preserva as virtudes de certeza, segurança, previsibilidade, eficiência, separação de poderes e prevenção de erros de decisão. O corte etário, mercê de não ser a única solução constitucionalmente possível, insere-se no espaço de conformação do administrador, sobretudo em razão da expertise do Conselho Nacional de Educação e de as resoluções terem sido expedidas com ampla participação técnica e social, em respeito à gestão democrática do ensino público (art. 206, VI, da CRFB). As regras objetivas encerram notável segurança jurídica, por isso que a expressão ‘completo’ é inerente a qualquer referência etária, sem que o esforço exegético de se complementar o que já está semanticamente definido possa desvirtuar a objetivação decorrente do emprego de número. (...) In casu, não se faz necessário verificar a compatibilidade das resoluções expedidas pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional da Educação (CNE) com nenhuma outra norma infraconstitucional, senão diretamente com os parâmetros constitucionais de controle, sendo certo que os dispositivos legais a que fazem remissão apenas atribuem ao Poder Executivo poderes normativos para disciplinar o tema” [ADPF 292, rel. min. Luiz Fux, j. 1º-8-2018, P, DJE de 27-7-2020].

A alternativa B está incorreta. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a possibilidade de vínculo simultâneo de paternidade biológica e socioafetiva, no julgamento do julgamento do RE 898.060/SC: “[...]13. A paternidade responsável, enunciada expressamente no art. 226, § 7º, da Constituição, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o acolhimento, no espectro legal, tanto dos vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos,

quanto daqueles originados da ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos. [...]16. Recurso Extraordinário a que se nega provimento, fixando-se a seguinte tese jurídica para aplicação a casos semelhantes: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”.

A alternativa C está incorreta. Conforme decidiu o STF: O direito de visita pode sofrer limitações, diante das peculiaridades do caso concreto. O direito do preso de receber visitas, assegurado pelo art. 41, X, da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1.984), não é absoluto e deve ser sopesado, de acordo com a situação específica vivenciada no caso concreto, em conjunto com outros princípios, dentre os quais o que visa a garantir a disciplina e a segurança dentro dos estabelecimentos prisionais (STJ. 6ª Turma. AgRg no AREsp 1602725/DF, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, julgado em 20/10/2020).

A alternativa D está incorreta. O STF já reconheceu a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância aos atos infracionais: Preliminarmente, observou-se que esta Turma já reconheceu a possibilidade de incidência do princípio da insignificância em se tratando de ato praticado por menor (HC 96520/RS, DJE de 24.4.2009). Na presente situação, assinalou-se que não se encontraria maior dificuldade em considerar satisfeitos os requisitos necessários à configuração do delito de bagatela, quais sejam, conduta minimamente ofensiva, ausência de periculosidade do agente, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e lesão jurídica inexpressiva. Mencionou-se, por outro lado, que o adolescente registraria antecedentes pela prática de outros atos infracionais, tendo sofrido medida sócio-educativa, além de ser usuário de substâncias entorpecentes. Tendo em conta o caráter educativo, protetor das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, asseverou-se que não pareceria desarrazoado o que fora decidido pela Corte de origem, ou seja, a aplicação de medida consistente na liberdade assistida, pelo prazo de seis meses — mínimo previsto pelo art. 188 do ECA —, além de sua inclusão em programa oficial ou comunitário de combate à dependência química (ECA, art. 101, VI). HC 98381/RS, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 20.10.2009.

A alternativa E está incorreta. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê hipótese de crime para o descumprimento injustificado de prazo ficado em benefício de adolescente privado de liberdade: Art. 235. Descumprir, injustificadamente, prazo fixado nesta Lei em benefício de adolescente privado de liberdade: Pena - detenção de seis meses a dois anos.

QUESTÃO 82. No Direito da Infância, da Juventude e da Educação, é correto afirmar que:

a) De acordo com a jurisprudência do STF, a Constituição Federal não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, bem como não proíbe qualquer de suas espécies, de modo que são constitucionais as espécies de unschooling radical (desescolarização radical), unschooling moderado (desescolarização moderada) e homeschooling puro, em qualquer de suas variações.

b) O Código de Processo Penal possui aplicação subsidiária ao Estatuto da Criança e do Adolescente e dispõe que será realizada a busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida, coisas achadas ou de origem proscrita, instrumentos de crimes ou outros elementos de convicção, e dependerá de mandado no caso de prisão quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse daqueles objetos ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

c) O interrogatório de um adolescente, em processo por ato infracional, há de ser visto também como meio de defesa e, portanto, para ser efetivo, precisa ser realizado como ato final da instrução, a fim de que a pessoa processada tenha condições de melhor apresentar sua defesa e influenciar a futura decisão judicial; entretanto, eventual inversão da ordem de produção da prova, no processo por ato infracional, não resulta em prejuízo aos direitos e garantias processuais dos adolescentes, os quais são objeto da atividade sancionadora estatal.

d) De acordo com recente jurisprudência do STF, e à luz da Constituição Federal, não há previsão legal da possibilidade de o pai solteiro, que optou pelo procedimento de fertilização in vitro em “barriga de aluguel”, obter a licença-maternidade. Entretanto, a circunstância de as crianças terem sido geradas por meio fertilização in vitro e utilização de barriga de aluguel mostra-se irrelevante, pois, se a licença adotante é assegurada a homens e mulheres indistintamente, não há razão lógica para que a licença e o salário-maternidade não seja estendido ao pai (servidor público), quando do nascimento de filhos biológicos que serão criados unicamente pelo genitor monoparental.

e) Na ausência de dispositivo regulador no Estatuto da Criança e do Adolescente, não se aplicam as regras do Código Penal para aferir a ocorrência da prescrição quanto às medidas socioeducativas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Trata-se de julgamento do STF no RE 1.348.854: “RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. GENITOR MONOPARENTAL DE CRIANÇAS GÊMEAS GERADAS POR MEIO DE TÉCNICA DE FERTILIZAÇÃO IN VITRO E GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO (“BARRIGA DE ALUGUEL”). DIREITO AO BENEFÍCIO DE SALÁRIOMATERNIDADE PELO PRAZO DE 180 DIAS. 1. Não há previsão legal da possibilidade de o pai solteiro, que optou pelo procedimento de fertilização in vitro em “barriga de aluguel”, obter a licença-maternidade. 2. A Constituição Federal, no art. 227, estabelece com absoluta prioridade a integral proteção à criança. A ratio dos artigos 6º e 7º da CF não é só salvaguardar os direitos sociais da mulher, mas também efetivar a integral proteção ao recém-nascido. 3. O art. 226, § 5º, da Lei Fundamental estabelece que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, não só em relação à sociedade conjugal em si, mas, sobretudo, no que tange ao cuidado, guarda e educação dos filhos menores. 4. A circunstância de as crianças terem sido geradas por meio fertilização in vitro e utilização de barriga de aluguel mostra-se irrelevante, pois, se a licença adotante é assegurada a homens e mulheres indistintamente, não há razão lógica para que a licença e o salário maternidade não seja estendido ao homem quando do nascimento de filhos biológicos que serão criados unicamente pelo pai. Entendimento contrário afronta os princípios do melhor interesse da criança, da razoabilidade e da isonomia. 5. A Nota Informativa SEI nº 398/2022/ME, e Nota Técnica SEI nº 18585/2021/ME, emitidas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, trazidas aos autos pelo INSS, informam que “em consonância com a proteção integral da criança’, a Administração Pública federal reconhece ‘o direito, equivalente ao prazo da licença à gestante a uma das pessoas presentes na filiação, independente de gênero e estado civil, desde que ausente a parturiente na composição familiar do servidor””. 6. As informações constantes nas aludidas Notas emitidas pelo Ministério da Economia apenas confirmam que o entendimento exposto no voto acompanha a compreensão que esta CORTE tem reiteradamente afirmado nas questões relativas à proteção da criança e do adolescente, para os quais a atenção e o cuidado parentais são indispensáveis para o desenvolvimento saudável e seguro. 7. Recurso Extraordinário a que se nega

provimento. Fixada, para fins de repercussão geral, a seguinte tese ao Tema 1182: “À luz do art. 227 da CF que confere proteção integral da criança com absoluta prioridade, bem como do princípio da isonomia de direitos entre o homem e a mulher (art. 5º, I, CF), a licença maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88, e regulamentada pelo art. 207 da Lei 8.112/1990, estende-se ao pai, genitor monoparental, servidor público”.

QUESTÃO 83. No Direito da Infância, da Juventude e da Educação, é correto afirmar que:

a) De acordo com a jurisprudência do STJ, tratando-se de medida socioeducativa aplicada sem termo final, o prazo prescricional deve ter como parâmetro a duração máxima da internação, ou seja, 3 (três) anos. Assim, deve-se considerar o lapso prescricional de 8 (oito) anos reduzido pela metade, em razão de menoridade, de maneira a resultar consumada a prescrição no prazo de 4 (quatro) anos.

b) O ensino domiciliar é um direito público subjetivo do aluno e de sua família, de modo que não é vedada constitucionalmente sua criação por meio de lei federal, desde que se cumpra a obrigatoriedade, de 5 (cinco) a 21 (vinte e um) anos de idade, e se respeite o núcleo básico de matérias acadêmicas, a supervisão, avaliação e fiscalização pelo Poder Público, com o objetivo de evitar a evasão escolar e garantir a socialização do indivíduo, por meio de ampla convivência familiar e comunitária.

c) Nos processos decorrentes da prática de atos infracionais, é possível impor ao adolescente infrator o cumprimento imediato das medidas socioeducativas prevista na sentença.

d) As medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente são penas e possuem o objetivo primordial de punição do adolescente infrator, de modo a afastá-lo da conduta infracional e de uma situação de risco. Por esse motivo, e considerando que a medida socioeducativa representa punição de natureza pedagógica e ressocializadora, não há de se falar em ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência e da não culpabilidade.

e) Diferentemente do que ocorre na justiça criminal comum, que se alicerça sobre regras que visam proteger o acusado contra ingerências abusivas do Estado em sua liberdade, a justiça menorista apoia-se em bases peculiares, devendo se orientar pelos princípios da punição integral e absoluta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do HC 301.135, “Nos processos decorrentes da prática de atos infracionais, é possível que a apelação interposta pela defesa seja recebida apenas no efeito devolutivo, impondo-se ao adolescente infrator o cumprimento imediato das medidas socioeducativas prevista na sentença”.

QUESTÃO 84. No Direito da Infância, da Juventude e da Educação, é correto afirmar que:

a) A superveniência da maioridade penal interfere na apuração de ato infracional e na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso.

b) A despeito da maioridade civil (18 anos) adquirida posteriormente, se o agente era menor de idade na data em que cometeu o ato infracional análogo ao delito de tráfico de drogas, é

possível o cumprimento da liberdade assistida cumulada com prestação de serviços à comunidade até os 21 (vinte e um) anos de idade.

c) De acordo com a jurisprudência do STF, é constitucional o recolhimento, pelo Estado, de crianças e adolescentes que estejam em situação de rua, pois a medida atende à finalidade de diminuir as violações a direitos humanos e fundamentais daquelas pessoas (em condição peculiar de desenvolvimento)

abandonados pela família natural, não se tratando de hipótese ofensiva ao direito de ir e vir, nem de apreensão fora das hipóteses legais de flagrante de ato infracional, tampouco de prisão ilegal ou arbitrária.

d) A evolução científica responsável pela popularização do exame de DNA conduziu ao reforço de importância do critério biológico, tanto para fins de filiação quanto para concretizar o direito fundamental à busca da identidade genética, de modo que é possível, na ação de investigação de paternidade, a determinação judicial para que o réu seja obrigado a comparecer ao laboratório para coleta de material indispensável à realização do exame de DNA, especialmente porque o reconhecimento do estado de filiação trata-se de direito personalíssimo e indisponível.

e) Admite-se a possibilidade de se proceder ao reconhecimento da paternidade e maternidade socioafetiva de pessoas acima de 12 (doze) anos de idade diretamente nos Cartórios de Registro Civil, de modo que não é vedado aos avós biológicos o reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva de netos pela via extrajudicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Trata-se de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, sedimentado na súmula 605: Súmula 605-STJ: A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.

Encontra previsão igualmente no recurso repetitivo 1.705.149: A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos. STJ. 3ª Seção. REsp 1.705.149-RJ, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 13/06/2018 (recurso repetitivo) (Info 630).

QUESTÃO 85. No Direito da Infância, da Juventude e da Educação:

I. A cominação de medidas protetivas como sanção ao ato infracional praticado por criança (até doze anos de idade incompletos), inexistindo previsão legal da aplicação de medidas socioeducativas, na hipótese, corresponde à ausência de resposta adequada aos casos de reiteração de sucessivos atos infracionais graves cometidos por crianças (até 12 anos de idade), especialmente atos infracionais praticados com violência ou grave ameaça. Em consequência, as crianças são apreendidas e encaminhadas apenas ao Conselho Tutelar, de modo que os casos ficam excluídos de apreciação judicial, impedindo a aplicação de medidas socioeducativas mais severas (por exemplo, a internação compulsória), com violação ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição.

II. É inconstitucional e viola o princípio da proporcionalidade a exigência legal de reiteração de atos infracionais ou o descumprimento injustificado de outras medidas, para aplicação da medida de internação a adolescentes infratores.

III. A utilização das medidas de internação como último recurso privilegia os princípios da excepcionalidade, brevidade e proporcionalidade das medidas restritivas da liberdade, em razão de que o Estatuto da Criança e do Adolescente há de ser interpretado dando-se ênfase ao objetivo de proteção e integração no convívio familiar e comunitário, preservando-se, tanto quanto possível, a liberdade.

IV. A proteção contra a exposição da gestante e lactante a atividades insalubres caracteriza-se como importante direito protetivo tanto da mulher quanto da criança, tratando-se de normas de salvaguarda dos direitos sociais da mulher e de efetivação de integral proteção ao recém-nascido. A proteção à maternidade e à integral proteção à criança são direitos irrenunciáveis e não podem ser afastados pela impossibilidade da gestante ou lactante em obter e apresentar um atestado médico.

V. De acordo com a jurisprudência do STF, é inconstitucional a norma que fixa a idade de 6 (seis) anos como marco para o ingresso no ensino fundamental, tendo em vista que essa previsão é incompatível o dever constitucional do Estado de garantir educação infantil às crianças de até 5 (cinco) anos de idade.

- a) As afirmações I e II estão corretas.
- b) As afirmações II e III estão corretas.
- c) Somente as afirmações III e IV estão corretas.
- d) Somente as afirmações IV e V estão corretas.
- e) Somente as afirmações I e V estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

A afirmativa III está correta. Pelo princípio da brevidade, devemos compreender que as medidas restritivas de liberdade devem ser aplicadas pelo tempo estritamente necessário para a ressocialização do adolescente.

O princípio da excepcionalidade informa que as medidas socioeducativas restritivas somente devem ser aplicadas se, uma vez caracterizada dentro das hipóteses legais, as medidas de meio aberto demonstrarem-se ineficazes.

Por fim, a aplicação das medidas socioeducativas restritivas deve observar o princípio segundo o qual os adolescentes são considerados pessoas em desenvolvimento, de modo que devem ser tratados de acordo com sua condição durante a restrição de liberdade, e não como detentos.

De acordo com o ECA, a definição da medida a ser aplicada ao adolescente deverá levar em consideração três fatores: 1) capacidade de cumpri-la; 2) circunstâncias; 3) gravidade da infração.

A afirmativa IV está correta. Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5.938: “[...] 3. A proteção contra a exposição da gestante e lactante a atividades insalubres caracteriza-se como importante direito social instrumental protetivo tanto da mulher quanto da criança, tratando-se de normas de salvaguarda dos direitos sociais da mulher e de efetivação de integral proteção ao recém-nascido, possibilitando seu pleno desenvolvimento, de maneira

harmônica, segura e sem riscos decorrentes da exposição a ambiente insalubre (CF, art. 227). 4. A proteção à maternidade e a integral proteção à criança são direitos irrenunciáveis e não podem ser afastados pelo desconhecimento, impossibilidade ou a própria negligência da gestante ou lactante em apresentar um atestado médico, sob pena de prejudicá-la e prejudicar o recém-nascido”.

QUESTÃO 86. De acordo com a jurisprudência recente do STF:

I. A alteração da Lei da Improbidade Administrativa reiterou, expressamente, a regra geral de necessidade da comprovação da responsabilidade subjetiva para a tipificação do ato de improbidade administrativa, exigindo, em todas as hipóteses, a presença do elemento subjetivo do tipo (dolo ou culpa).

II. É inconstitucional a alteração da Lei de Improbidade Administrativa com a supressão da modalidade culposa dos atos de improbidade administrativa, uma vez que a própria Constituição Federal não delega à legislação ordinária a gradação das sanções estabelecidas para as hipóteses desses atos ilícitos.

III. O princípio constitucional da retroatividade da lei penal não tem aplicação automática para a responsabilidade por atos ilícitos civis de improbidade administrativa, por ausência de expressa previsão legal e sob pena de desrespeito à constitucionalização das regras rígidas de regência da Administração Pública, de responsabilização dos agentes públicos corruptos com flagrante desrespeito e enfraquecimento do Direito Administrativo Sancionador.

IV. A alteração da Lei da Improbidade Administrativa, ao revogar a modalidade culposa determinou, expressamente, sua retroatividade, concedendo espécie de anistia para os réus condenados pela forma culposa, bem como estabeleceu uma regra de transição para a aplicação da norma em diversas situações, como ações em andamento, condenações não transitadas em julgado e condenações transitadas em julgado.

V. Os prazos prescricionais trazidos com a alteração da Lei da Improbidade Administrativa são inaplicáveis às ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, que permanecem imprescritíveis.

- a) as afirmações I e II estão corretas.
- b) as afirmações II e III estão corretas.
- c) somente as afirmações III e IV estão corretas.
- d) somente as afirmações III e V estão corretas.
- e) somente as afirmações IV e V estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I está incorreta. Apenas condutas dolosas. Nos termos da LIA: “Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. § 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.”

A assertiva II está incorreta. O STF considerou a norma constitucional, formando, entretanto, teses sobre a retroatividade da LIA. Vejamos Tema 1199 do Supremo:” Tese: 1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.”

A assertiva III está correta. Fundamentação indicada na assertiva anterior, que apresentou a tese do Supremo sobre o tema.

A assertiva IV está incorreta. Fundamentação indicada na assertiva anterior, que apresentou a tese do Supremo sobre o tema, além de não existir previsão expressa na LIA sobre a retroatividade.

A assertiva V está correta. Nos termos da jurisprudência do Supremo, em razão de comando constitucional, o ressarcimento ao erário, é imprescritível nessa situação. Vejamos: “3. O texto constitucional é expresso (art. 37, § 5º, CRFB) ao prever que a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos na esfera cível ou penal, aqui entendidas em sentido amplo, que gerem prejuízo ao erário e sejam praticados por qualquer agente. 4. A Constituição, no mesmo dispositivo (art. 37 § 5º, CRFB) decota de tal comando para o Legislador as ações cíveis de ressarcimento ao erário, tornando-as, assim, imprescritíveis. 5. São, portanto, imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.” (RECURSO EXTRAORDINÁRIO 852.475 SÃO PAULO RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES)

QUESTÃO 87. De acordo com a recente jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

a) O novo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa é retroativo e os prazos passam a contar a partir da data de publicação das alterações da lei, na chamada prescrição intercorrente.

b) Viola os princípios constitucionais, caracterizando nepotismo, a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, hipótese que se equipara às nomeações para cargos de natureza eminentemente política.

c) A retroatividade da lei mais benéfica ao réu não deve ter interpretação restritiva apenas ao direito penal, alcançando o direito administrativo sancionador.

d) O retardamento ou omissão na prática de ato de ofício não pode ser considerado de maneira objetiva para fins de enquadramento do agente público no campo de incidência da

Lei de Improbidade Administrativa, pois é preciso que a conduta seja orientada pelo dolo de violar os princípios da administração pública.

e) O acompanhamento, pelo Ministério Público, do procedimento administrativo relativo a possível ato de improbidade administrativa representa interferência em sua condução e viola o postulado da separação entre os Poderes, devendo-se adotar providências para compartilhamento de provas por ocasião do desfecho do processo administrativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A letra A está incorreta. O STF considerou a norma constitucional, formando, entretanto, teses sobre a retroatividade da LIA. Vejamos Tema 1199 do Supremo:” Tese 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.”

A letra B está incorreta. Nos termos da jurisprudência do STF: “Direito Administrativo. Agravo interno em reclamação. Nepotismo. Súmula Vinculante 13. 1. O Supremo Tribunal Federal tem afastado a aplicação da Súmula Vinculante 13 a cargos públicos de natureza política, ressalvados os casos de inequívoca falta de razoabilidade, por manifesta ausência de qualificação técnica ou inidoneidade moral. Precedentes. 2. Não há nos autos qualquer elemento que demonstre a ausência de razoabilidade da nomeação. [Rcl 28.024 AgR, rel. min. Roberto Barroso, 1ª T, j. 29-5-2018, DJE 125 de 25-6-2018.]”

A letra C está incorreta. O STF já firmou tese sobre o tema. Vejamos Tema 1199 do Supremo:” Tese: 1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.”

A letra D está correta. Nos termos da jurisprudência do STJ: “IV. Esta Corte entende que "o retardamento ou omissão na prática de ato de ofício não pode ser considerado de maneira objetiva para fins de enquadramento do agente público no campo de incidência do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa . É preciso que a conduta seja orientada pelo dolo de violar os princípios da administração pública, o que não ficou evidenciado no caso concreto" (STJ, AgRg no REsp 1.191.261/RJ , Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/11/2011). Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp 179.700/RJ , Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 05/12/2017.”

A letra E está incorreta. Conforme já decidido pelo STF: “O art. 15 da Lei 8.429/1992, ao preconizar o acompanhamento do procedimento administrativo relativo a possível ato de improbidade pelo Ministério Público não viola o postulado da separação entre os Poderes. O mero acompanhamento do processo não representa interferência em sua condução. A norma permite que os órgãos de controle tenham imediato conhecimento de condutas ímprobadas, de modo a adotar as providências pertinentes em seu âmbito de atuação, com o integral conhecimento das circunstâncias probatórias

e do desfecho do processo administrativo. [ADI 4.295, rel. min. Marco Aurélio, red. do ac. Gilmar Mendes, j. 22-8-2023, P, DJE de 2-10-2023.]”

QUESTÃO 88. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

a) A previsão legal de sanções específicas para as pessoas jurídicas na Lei Anticorrupção exclui a possibilidade de condenação por atos de improbidade administrativa.

b) As convenções internacionais trazem uma definição para o termo corrupção, uma vez que sua forma de manifestação é semelhante em diversos países, contendo, a Convenção da Organização das Nações Unidas contra a Corrupção, um rol taxativo de práticas e modalidades de corrupção.

c) Os membros do Ministério Público, ao se depararem com algum caso em que as alterações da Lei de Improbidade Administrativa conduzam a uma proteção deficiente da probidade administrativa, poderão formular pedido de controle de convencionalidade pela via difusa, para que as disposições conflitantes sejam declaradas inválidas, na medida em que a probidade administrativa representa uma das expressões dos direitos humanos e é tutelada pelos tratados que estabelecem diretrizes de combate à corrupção.

d) Configura *bis in idem* a coexistência de acórdão condenatório do Tribunal de Contas ao ressarcimento ao erário e de sentença condenatória em ação civil pública por improbidade administrativa.

e) Eventual sanção imposta no âmbito da Justiça Eleitoral inviabiliza nova condenação pelos mesmos fatos, em violação da Lei de Improbidade Administrativa, sob pena de *bis in idem*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A letra A está incorreta. Nos termos da Lei Anticorrupção: “Art. 30. A aplicação das sanções previstas nesta Lei não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de: I - ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 ; e”

A letra B está incorreta. A Convenção em questão não apresenta nenhum conceito taxativo e certo de “corrupção”.

A letra C está correta. Já decidiu o Supremo: “Portanto, diante do inequívoco caráter especial dos tratados internacionais que cuidam da proteção dos direitos humanos, não é difícil entender que a sua internalização no ordenamento jurídico, por meio do procedimento de ratificação previsto na Constituição, tem o condão de paralisar a eficácia jurídica de toda e qualquer disciplina normativa infraconstitucional com ela conflitante (...) Tendo em vista o caráter supralegal desses diplomas normativos internacionais, a legislação infraconstitucional posterior que com eles seja conflitante também tem sua eficácia paralisada (RE 466.343-1, Rel. Min. Cezar Peluso, Pleno do STF, j. em 03.12.2008).”.

A assertiva em questão pode, ainda, ser encontrada na obra “Primeiras leituras da nova Lei de Improbidade Administrativa”, publicada pelo MPPR em 2022.

A letra D está incorreta. “Não configura *bis in idem* a coexistência de acórdão condenatório do Tribunal de Contas ao ressarcimento ao erário e de sentença condenatória em ação civil pública

por improbidade administrativa. Julgados: AgInt no REsp 1620286/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/02/2021, DJe 01/03/2021”

A letra E está incorreta. “Por se tratar de instâncias independentes, eventual sanção imposta a agente no âmbito da Justiça Eleitoral não inviabiliza nova condenação, ainda que pelos mesmos fatos, por violação da Lei de Improbidade Administrativa, pois não há falar em bis in idem. Julgados: AgInt nos EDcl no REsp 1718270/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2021, DJe 26/05/2021”

QUESTÃO 89. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

a) O Ministério Público pode ser submetido ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais quando vencido em ação civil pública por improbidade administrativa, assim com a parte condenada pela prática de improbidade administrativa, em razão dos princípios da simetria e paridade.

b) É possível responsabilizar o parecerista por ato de improbidade administrativa quando demonstrados indícios de que a peça jurídica tenha sido redigida com má-fé.

c) É desnecessária a intimação do membro do Ministério Público que atua perante a segunda instância para acompanhar os processos de improbidade administrativa ajuizados pelo *Parquet* na primeira instância, pois o órgão do Ministério Público em segundo grau não está vinculado às manifestações do agente ministerial de primeiro grau.

d) É necessária a individualização de bens sobre os quais se pretende fazer recair a medida cautelar de indisponibilidade requerida pelo Ministério Público nas ações de improbidade administrativa.

e) Caracterizada a improbidade administrativa por dano ao erário, a devolução dos valores é imperiosa e deve vir acompanhada de pelo menos uma das sanções legais que visam a reprimir a conduta ímproba, pois o ressarcimento não constitui penalidade propriamente dita, mas sim consequência imediata e necessária do prejuízo causado; entretanto, eventual ressarcimento ou restituição dos bens à administração pública afasta a prática de ato de improbidade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A letra A está incorreta. Assim decidiu o STJ: “5. É firme a jurisprudência da Primeira Seção no sentido de que, por critério de simetria, não cabe a condenação da parte vencida em ação civil pública ao pagamento de honorários advocatícios. 6. Recurso especial parcialmente provido. (STJ, REsp 1346571 / PR RECURSO ESPECIAL 2011/0114205-5, julgado em 05.09.2013)”

A letra B está correta. “É possível responsabilizar o parecerista por ato de improbidade administrativa quando demonstrados indícios de que a peça jurídica teria sido redigida com erro grosseiro ou má-fé. Julgados: AgInt no REsp 1726457/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/2021, DJe 17/12/2021;”

A letra C está incorreta. “É necessária a intimação do membro do Ministério Público que atua perante a segunda instância para acompanhar os processos de improbidade administrativa ajuizados pelo Parquet na primeira instância, pois o MP que oficia em primeiro grau de jurisdição

não atua perante o Tribunal ad quem. Julgados: AgInt no REsp 1850421/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/06/2021, DJe 23/06/2021”

A letra D está incorreta. É desnecessária a individualização de bens sobre os quais se pretende fazer recair a cautelar de indisponibilidade requerida pelo Ministério Público nas ações de improbidade administrativa. Julgados: AgInt no REsp 1846504/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2021, DJe 19/05/2021;

A letra E está incorreta. “Caracterizada a improbidade administrativa por dano ao erário, a devolução dos valores é imperiosa e deve vir acompanhada de pelo menos uma das sanções legais que visam a reprimir a conduta ímproba, pois o ressarcimento não constitui penalidade propriamente dita, mas sim consequência imediata e necessária do prejuízo causado. Julgados: REsp 1899407/DF (recurso repetitivo), Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/09/2021”

QUESTÃO 90. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

a) Na ação civil pública por ato de improbidade administrativa é possível o prosseguimento da demanda para pleitear o ressarcimento do dano ao erário, ainda que sejam declaradas prescritas as demais sanções previstas na Lei n. 8.429/92.

b) É lícita a cumulação de pedidos de natureza condenatória, declaratória e constitutiva na ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sendo devido o ressarcimento ao erário de valores gastos com contratações, ainda que reconhecidamente ilegais, mesmo quando houver efetiva contraprestação dos serviços.

c) Não compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública.

d) Ao particular não se aplica o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.

e) Há julgamento *extra petita* e violação ao princípio da congruência na hipótese de decisão judicial que enquadra o ato de improbidade administrativa em dispositivo diverso do indicado na petição inicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A letra A está correta. Tese Firmada no Tema Repetitivo 1089 do STJ: “Na ação civil pública por ato de improbidade administrativa é possível o prosseguimento da demanda para pleitear o ressarcimento do dano ao erário, ainda que sejam declaradas prescritas as demais sanções previstas no art. 12 da Lei 8.429/92.”

A letra B está incorreta. “É lícita a cumulação de pedidos de natureza condenatória, declaratória e constitutiva na ação civil pública por ato de improbidade administrativa. Julgados: REsp 1899407/DF (recurso repetitivo), Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/09/2021, DJe 13/10/2021”

A letra C está incorreta. “Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública. (Súmula n. 651/STJ) Julgados: MS

18761/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2019, DJe 01/07/2019”

A letra D está incorreta. “Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público. (Súmula n. 634/STJ) Julgados: AgInt nos EDcl nos EAREsp 1397642/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/09/2021, DJe 17/09/2021”

A letra E está incorreta. “Não há falar em julgamento extra petita nem em violação ao princípio da congruência na hipótese de decisão que enquadra o ato de improbidade administrativa em dispositivo diverso do indicado na inicial, pois a defesa atém-se aos fatos e o juiz define a sua qualificação jurídica. Julgados: AgInt no REsp 1580393/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/11/2021, DJe 17/12/2021”

QUESTÃO 91. De acordo com a recente jurisprudência dos Tribunais Superiores:

I. A tutela ambiental é dever de todas as esferas de governo, à luz do princípio do federalismo cooperativo ambiental. O ordenamento jurídico brasileiro confere a todos os entes federativos o dever-poder de polícia ambiental, que engloba a competência de fiscalização, regida pelo princípio do compartilhamento de atribuição, e a competência de licenciamento, na qual prevalece o princípio da concentração mitigada de atribuição.

II. O pescador artesanal que exerce atividade em rio que sofreu regular instalação de usina hidrelétrica não tem direito de ser indenizado pela concessionária de serviço público responsável, em razão dos prejuízos materiais decorrentes da diminuição ou desaparecimento de peixes. O dano material somente é indenizável mediante prova efetiva de sua ocorrência; assim, se durante o interregno em que foram experimentados os efeitos do dano ambiental houve o período do chamado "defeso" - incidindo a proibição sobre toda atividade de pesca do lesado -, é cabível indenização por lucros cessantes durante essa vedação.

III. O crime de conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público é de natureza formal e se consuma com a simples emissão do ato administrativo, dispensada a perícia para a comprovação da materialidade delitiva.

IV. O delito de pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente carece de legislação complementar acerca dos parâmetros para a pesca autorizada.

V. A antropização consolidada da área não autoriza a permanência de construções irregulares, erigidas à revelia do poder público, com inequívocos danos ambientais.

a) Apenas as afirmações I e II estão corretas.

b) Apenas as afirmações II e III estão corretas.

c) Apenas as afirmações IV e V estão corretas.

d) As afirmações III e IV estão corretas.

e) As afirmações I, II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A afirmação I está correta, pois encontra-se em concordância com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 214, itens 3 e 4. Vejamos: “3) A tutela ambiental é dever de todas as esferas de governo, à luz do princípio do federalismo cooperativo ambiental consolidado na Lei Complementar n. 140/2001. 4) O ordenamento jurídico brasileiro confere a todos os entes federativos o dever-poder de polícia ambiental, que engloba a competência de fiscalização, regida pelo princípio do compartilhamento de atribuição, e a competência de licenciamento, na qual prevalece o princípio da concentração mitigada de atribuição.”

A afirmação II está incorreta, pois está em desacordo com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 215, item 6: “6) O pescador artesanal que exerce atividade em rio que sofreu regular instalação de usina hidrelétrica tem direito de ser indenizado pela concessionária de serviço público responsável, em razão dos prejuízos materiais decorrentes da diminuição ou desaparecimento de peixes.”

A afirmação III está correta, pois encontra-se em conformidade com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 218, item 3: “3) O crime do art. 67 da Lei n. 9.605/1998 é de natureza formal; consuma-se com a simples emissão do ato administrativo, dispensada a perícia para a comprovação da materialidade delitiva.”

A afirmação IV está correta, pois está em concordância com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 218, item 4, que estabelece: “4) O delito previsto no art. 34 da Lei. 9.605/1998 é norma penal em branco, pois carece de legislação complementar acerca dos parâmetros para a pesca autorizada.” O art. 34 da Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, assim dispõe: “Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente: Pena - detenção de um ano a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.”

A afirmação V está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ quanto à inaplicabilidade da teoria do fato consumado na legitimação de edificações em desacordo com a legislação. Veja trecho do julgado: “Os comandos legais que autorizam a exploração antrópica das Áreas de Preservação Permanente devem ser interpretados restritivamente, sob pena de colocar em risco o equilíbrio ambiental, comprometendo a sobrevivência das presentes e futuras gerações”. (AgInt no REsp 1800773/SC, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 17/09/2020).

Analisemos as alternativas:

A alternativa A está incorreta, pois o enunciado restringe como corretas as afirmações I e II, quando a afirmação III e IV também se encontram corretas; ademais, a alternativa II está incorreta.

A alternativa B está incorreta, pois o enunciado restringe como corretas as afirmações II e III, quando as afirmações I e IV também se encontram corretas; ademais, a alternativa II está incorreta.

A alternativa C está incorreta, pois o enunciado restringe como corretas as afirmações IV e V, quando as afirmações I e III também se encontram corretas; ademais, a alternativa V está incorreta.

A alternativa D está correta, pois o enunciado não restringe como corretas apenas as afirmações III e IV, nem cita afirmações incorretas.

A alternativa E está incorreta, pois o enunciado inclui dentre as corretas a afirmação II, que é inverídica.

QUESTÃO 92. De acordo com a recente jurisprudência do ST, é correto afirmar que:

a) As Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a Reserva Legal justificam-se onde há vegetação nativa remanescente, mas não onde, em consequência de desmatamento ilegal, a flora local já não existe, embora devesse existir.

b) Na hipótese de apreensão de ave silvestre domesticada, não é possível aplicar o princípio da razoabilidade, para afastar a prioridade legal de sua reintegração ao habitat natural e permitir, com base na dimensão ecológica do princípio da dignidade humana, a permanência definitiva do animal de estimação com o seu possuidor.

c) A compensação de danos ocorridos na área de reserva legal em imóvel rural deverá ser feita com base na legislação florestal vigente à época dos fatos, não sendo possível a aplicação casuística e retroativa de dispositivo do novo Código Florestal, que prevê formas alternativas de regularização.

d) O erro na concessão de licença ambiental configura fato de terceiro capaz de interromper o nexo causal na reparação por danos ao meio ambiente.

e) O dano ambiental existe na forma difusa, coletiva e individual homogêneo, este, na verdade, trata-se do dano ambiental particular ou dano por intermédio do meio ambiente ou dano por ricochete.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois encontra-se em discordância com o entendimento do STJ no julgado do REsp 948921, que decidiu pela importância das APPs sobremaneira nas áreas onde a flora local já não existe em decorrência de desmatamento ilegal. Veja trecho do julgado: “As APPs e a Reserva Legal justificam-se onde há vegetação nativa remanescente, mas com maior razão onde, em consequência de desmatamento ilegal, a flora local já não existe, embora devesse existir.” (REsp 948921 / SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 23/10/2007, DJe 11/11/2009).

A alternativa B está incorreta, pois está em desacordo com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 218, item 7: “7) Na hipótese de apreensão de ave silvestre domesticada, é possível aplicar o princípio da razoabilidade, para afastar a prioridade legal de sua reintegração ao habitat natural e permitir, com base na dimensão ecológica do princípio da dignidade humana, a permanência definitiva do animal de estimação com o seu possuidor.”

A alternativa C está incorreta, pois está em desacordo com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 218, item 8: “8) Como regra, a compensação de danos ocorridos na área de reserva legal em imóvel rural deverá ser feita com base na legislação florestal vigente à época dos fatos; contudo é possível a aplicação casuística de dispositivo expressamente retroativo do novo Código Florestal, art. 66, que prevê formas alternativas de regularização.”

A alternativa D está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, no Informativo nº 671 e o julgado em REsp 1.612.887-PR, da Relatoria da Ministra Nancy Andrighi, que dispõe: “O erro na concessão de licença ambiental não configura fato de terceiro capaz de interromper o nexo causal na reparação por lesão ao meio ambiente.” (REsp 1.612.887-PR).

A alternativa E está correta e em conformidade com o entendimento do STJ, explicitado no julgamento do REsp 1.641.167/RS. Vejamos: “O dano ambiental pode ocorrer na de forma difusa, coletiva e individual homogêneo este, na verdade, trata-se do dano ambiental particular ou dano por intermédio do meio ambiente ou dano em ricochete.” (STJ – REsp 1641167/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 20/03/2018).

QUESTÃO 93. De acordo com a recente jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

a) Nos crimes ambientais, as esferas administrativa e penal são interdependentes, razão pela qual a instauração e a tramitação da ação penal não prescindem da apuração dos fatos pelo órgão administrativo competente. A chamada Lei dos Crimes Ambientais dispõe sobre tipos de infrações e sanções de natureza criminal e administrativa, de modo que a imposição concomitante das duas modalidades de pena configura bis in idem.

b) A responsabilidade do Estado por dano ambiental decorrente de sua omissão no dever de controlar e fiscalizar, nos casos em que contribua, direta ou indiretamente, tanto para a degradação ambiental em si mesma, como para o seu agravamento, consolidação ou perpetuação, é objetiva, solidária e ilimitada, devendo ser obrigatoriamente executada.

c) O regime registral brasileiro não admite a averbação de informações facultativas de interesse ao imóvel, inclusive ambientais.

d) A celebração de termo de ajustamento de conduta (TAC) impede a persecução criminal pela prática de crime ambiental; o cumprimento do TAC deve observar as normas vigentes à época de sua celebração e posteriores alterações legislativas não têm potencial para atingir ato jurídico perfeito.

e) A materialidade do crime ambiental pode ser verificada com base em laudo de constatação realizado por policiais ambientais, que gozam de fé pública e, na suspensão condicional do processo aplicada aos crimes ambientais, a extinção da punibilidade dependerá da emissão de laudo que constate a reparação do dano ambiental.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois está em desacordo com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 217, item 2: “2) A Lei n. 9.605/1998 dispõe sobre tipos de infrações e sanções de natureza criminal e administrativa, a imposição concomitante das duas modalidades de pena não configura bis in idem.”

A alternativa B está incorreta, pois está em desacordo com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 214, item 1: “1) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária. (Súmula n. 652/STJ)”.

A alternativa C está incorreta, pois está em desacordo com a Jurisprudência da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, ao julgar o Recurso Especial n. 1.857.098-MS estabeleceu, dentre outras, a Tese C, que informa: “O regime registral brasileiro admite a averbação de informações facultativas sobre o imóvel, de interesse público, inclusive as ambientais;”.

A alternativa D está incorreta, pois está em desacordo com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 217, item 5: “5) A celebração de termo de ajustamento de conduta - TAC não impede a persecução criminal pela prática de crime ambiental, mas pode eventualmente repercutir na dosimetria da pena.”

A alternativa E está correta, pois está em conformidade com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 217, itens 7 e 8: “7) A materialidade do crime ambiental pode ser verificada com base em laudo de constatação realizado por policiais ambientais, que gozam de fé pública. 8) Na suspensão

condicional do processo aplicada aos crimes ambientais, a extinção da punibilidade dependerá da emissão de laudo que constate a reparação do dano ambiental.”

QUESTÃO 94. De acordo com a recente jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

a) É constitucional a previsão legal que define como área de preservação permanente (APP) o terreno no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento, bem como o estabelecimento legal de metragem máxima para as áreas de preservação permanente (APPs) no entorno de reservatórios d'água artificiais.

b) Nos crimes ambientais, é possível responsabilizar, por conduta omissiva, gerentes e administradores da pessoa jurídica que tendo conhecimento de conduta criminosa e, com poder de impedi-la, não o fizeram; entretanto, não é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais independentemente da persecução penal concomitante da pessoa física que a represente, incidindo a Teoria da Dupla Imputação.

c) É inconstitucional a possibilidade de redução da reserva legal para até 50% da área total do imóvel rural, assim como a possibilidade de admissão das áreas de preservação permanente (APPs) para cômputo do percentual da reserva legal, nas hipóteses legais específicas.

d) As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las apenas do atual proprietário, e não dos possuidores anteriores.

e) Os princípios da precaução e do in dubio pro natura não servem de fundamento para a inversão do ônus probatório, de modo a atribuir a quem supostamente promoveu o dano ambiental a prova de que não o causou.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O Plenário do STF, no julgamento da ADC 42/DF que versava sobre a Lei 12.651/2012, entendeu pela constitucionalidade dos dispositivos, através da declaração de constitucionalidade dos artigos 5º, caput e §§ 1º e 2º, e 62, do novo Código Florestal; bem como do art. 4º, III e §§ 1º e 4º, do novo Código Florestal.

A alternativa B está incorreta, pois está em desacordo com a Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 216, item 7: “7) É possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais independentemente da persecução penal concomitante da pessoa física que a represente, logo não incide a Teoria da Dupla Imputação.”

A alternativa C está incorreta, pois está em desacordo com o julgamento da ADC 42/DF, que entendeu pela constitucionalidade dos dispositivos a seguir, estabelecendo: “Declaração de constitucionalidade do artigo 11 do novo Código Florestal; (I) Art. 12, §§ 4º e 5º (Possibilidade de redução da Reserva Legal para até 50% da área total do imóvel em face da existência, superior a determinada extensão do Município ou Estado, de unidades de conservação da natureza de domínio público e de terras indígenas homologadas).”

A alternativa D está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, firmado por meio de Tese, no acórdão dos Recursos Especiais nº 1.953.359/SP e 1.962.089/MS, paradigmas da controvérsia repetitiva, através do Tema 1204/STJ, que dispõe: “As obrigações ambientais possuem natureza

propter rem, sendo possível exigí-las, à escolha do credor, do proprietário ou possuidor atual, de qualquer dos anteriores, ou de ambos, ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente.”

A alternativa E está incorreta, pois contraria o entendimento recente da jurisprudência do STJ, que, ao negar provimento ao REsp 883.656, orienta a inversão do ônus da prova em casos de dano ambiental, gerando ao empreendedor da atividade potencialmente perigosa o dever de demonstrar que suas ações não configuram riscos ao meio ambiente. Confira o entendimento do Ministro Herman Benjamin no julgado: “Por derradeiro, a incidência do princípio da precaução, ele próprio transmissor por excelência de inversão probatória, base do princípio in dubio pro natura, induz igual resultado na dinâmica da prova”.

QUESTÃO 95. No âmbito da Ação Civil Pública, é correto afirmar que:

a) Na órbita não criminal e abstraindo tipicidade de regimes jurídicos circunscritos (por exemplo, a cláusula penal prevista no Código Civil), no Direito brasileiro se diferenciam sobremaneira dano moral – coletivo ou não –, multa administrativa, multa civil e multa cominatória (astreintes), daí afigurando-se apropriado falar em bis in idem quando empregados simultaneamente.

b) O dano moral coletivo, entendido como o de natureza transindividual que atinge classe específica ou não de pessoas, é passível de comprovação pela presença de prejuízo à imagem, a sentimento e à moral coletiva dos indivíduos como síntese das individualidades envolvidas, a partir de uma mesma relação jurídica-base.

c) A ação de improbidade por ato de improbidade administrativa deve ser proposta perante o tribunal competente para processar e julgar criminalmente o funcionário ou autoridade na hipótese de prerrogativa de foro em razão do exercício de função pública.

d) A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público confere ao Ministério Público a possibilidade de requisitar informações e documentos a entidades públicas ou privadas visando à instauração de procedimentos judiciais ou administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo.

e) Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, é vedado ao Ministério Público requisitar, ex officio, a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo para apurar qualquer ilícito previsto no mencionado diploma legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão exige o conhecimento acerca de institutos gerais do processo coletivo.

A alternativa A está incorreta, pois os institutos têm natureza jurídica diversa. A multa tem finalidade exclusivamente coercitiva, e a indenização por danos morais tem caráter reparatório, de cunho eminentemente compensatório – portanto, perfeitamente cumuláveis, segundo posição do STJ: “(...) 2. Cinge-se a controvérsia em definir se é possível prosperar o pedido de indenização por danos morais em razão de descumprimento de ordem judicial em demanda pretérita, na qual foi fixada multa cominatória. 3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a inscrição indevida em cadastro de inadimplentes gera dano moral passível de indenização, salvo constatada a existência de outras anotações preexistentes àquela que deu origem a ação reparatória (Súmula nº 385 do STJ). 4. Referida indenização visa a reparar o abalo moral sofrido em decorrência da

verdadeira agressão ou atentado contra dignidade da pessoa humana. 5. A multa cominatória, por outro lado, tem cabimento nas hipóteses de descumprimento de ordens judiciais, sendo fixada justamente com o objetivo de compelir a parte ao cumprimento daquela obrigação. Encontra justificativa no princípio da efetividade da tutela jurisdicional e na necessidade de se assegurar o pronto cumprimento das decisões judiciais cominatórias. 6. Considerando, portanto, que os institutos em questão têm natureza jurídica e finalidades distintas, é possível a cumulação. 7. Recurso especial provido” (REsp. 1.689.074 – RS. Rel. Min. Moura Ribeiro. DJe em 16/10/2018)

A alternativa B está correta, pois está de acordo com o entendimento do STJ: “(...)1. O dano moral coletivo caracteriza-se pela prática de conduta antijurídica que, de forma absolutamente injusta e intolerável, viola valores éticos essenciais da sociedade, implicando um dever de reparação, que tem por finalidade prevenir novas condutas antissociais (função dissuasória), punir o comportamento ilícito (função sancionatório-pedagógica) e reverter, em favor da comunidade, o eventual proveito patrimonial obtido pelo ofensor (função compensatória indireta). 2. Tal categoria de dano moral — que não se confunde com a indenização por dano extrapatrimonial decorrente de tutela de direitos individuais homogêneos — é aferível in re ipsa, pois dimana da lesão em si a "interesses essencialmente coletivos" (interesses difusos ou coletivos stricto sensu) que "atinga um alto grau de reprovabilidade e transborde os lindes do individualismo, afetando, por sua gravidade e repercussão, o círculo primordial de valores sociais" (REsp 1.473.846/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 21.02.2017, DJe 24.02.2017), revelando-se despidianda a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo à integridade psicofísica da coletividade. (...)” (REsp. 1.539.056 – MG. Rel. Min. Luis Felipe Salomão. DJe em 18/05/21).

A alternativa C está incorreta, pois é uníssono na doutrina e jurisprudência que não há prerrogativa de foro na ação por ato de improbidade administrativa. Em regra, somente existe foro por prerrogativa de função no caso de ações penais, e não em demandas cíveis.

A alternativa D está incorreta, pois contraria o art. 26, III, da Lei 8.625/93: “No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá: (...) II - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie;”

A alternativa E está incorreta, de acordo com o art. 22 da Lei 8.429/92: “Para apurar qualquer ilícito previsto nesta Lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14 desta Lei, poderá instaurar inquérito civil ou procedimento investigativo assemelhado e requisitar a instauração de inquérito policial.”

QUESTÃO 96. No âmbito da Ação Civil Pública, é correto afirmar que:

a) O dever constitucional do Ministério Público promover a proteção do patrimônio público deve ser compatibilizado com a vedação ao anonimato, com base no princípio da concordância prática.

b) A Lei de Improbidade Administrativa obriga os agentes públicos a disponibilizar periodicamente informações sobre seus bens e evolução patrimonial, mostrando-se legítima a pretensão de agentes políticos de não revelar fatos relacionados à sua esfera de privacidade e intimidade.

c) Em vários precedentes do STJ, a Corte Superior entendeu ser viável a quebra de sigilo bancário sem prévia ordem judicial, visto que a hipótese de sigilo de informações bancárias e financeiras, mesmo não sendo absoluto, não está delimitado através de mandamento constitucional.

d) O princípio da publicidade dos atos administrativos é absoluto, não podendo ser mitigado nas hipóteses da existência de fatos ou atos protegidos pelos direitos relacionados à intimidade e a privacidade do investigado, que têm proteção constitucional.

e) É incabível a ação civil pública para imposição de obrigação de não fazer e pagamento de indenização por danos morais coletivos por empresa que persiste em fazer com que seus veículos circulem com excesso de peso (e que foi autuada por mais de cinquenta infrações administrativas correspondentes), haja vista que o Código de Trânsito Brasileiro deve ser aplicado para combater as infrações, na esfera administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão exige o conhecimento acerca da Política Nacional de Atenção Básica, regulamentada na Portaria 2.436 de 2017 do Ministério da Saúde.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com o entendimento do STJ: “A CF impôs ao MP o dever de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III). O dever constitucional deve ser compatibilizado com a vedação ao anonimato (art. 5º, IV, CF), com base no princípio da concordância prática. Nos termos do art. 22 da Lei 8.429/1992, o MP pode, mesmo de ofício, requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo para apurar qualquer ilícito previsto no mencionado diploma legal. Ressalte-se que o art. 13 dessa lei obriga os agentes públicos a disponibilizar periodicamente informações sobre seus bens e evolução patrimonial. Vale destacar que os agentes políticos sujeitam-se a uma diminuição na esfera de privacidade e intimidade, de modo que se mostra ilegítima a pretensão de não revelar fatos relacionados à evolução patrimonial. Precedentes citados: RMS 37.166-SP, Primeira Turma, DJe 15/4/2013; e RMS 30.510-RJ, Segunda Turma, DJe 10/2/2010. RMS 38.010-RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 4/4/2013.”

A alternativa B está incorreta, de acordo com entendimento do STJ: “(...)2. O simples fato de o Inquérito Civil ter-se formalizado com base em denúncia anônima não impede que o Ministério Público realize administrativamente as investigações para formar juízo de valor sobre a veracidade da notícia. Ressalte-se que, no caso em espécie, os servidores públicos já estão, por lei, obrigados na posse e depois, anualmente, a disponibilizar informações sobre seus bens e evolução patrimonial.

3. A Lei da Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), não deixa dúvida a respeito: "Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. § 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico. § 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função". 4. As providências solicitadas pelo Parquet, na hipótese dos autos, não ferem direitos fundamentais dos recorrentes, os quais, na condição de agentes políticos, sujeitam-se a uma diminuição na esfera de privacidade e intimidade, de modo que não se mostra legítima a pretensão por não revelar fatos relacionados à evolução patrimonial. Sobre o tema, oportuno observar recente diretriz adotada pelo STF na SS 3902, Relator Min. Ayres Britto, Tribunal Pleno, DJe-189, de

3.10.2011. (...)”(RMS 38.010/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 16/05/2013)

A alternativa C está incorreta, segundo posição do STJ: “(...) O que define a violação à garantia do sigilo fiscal e bancário é o conteúdo das informações constantes no relatório apresentado pelo COAF, conteúdo esse cuja utilização pode ser questionada mesmo que a comunicação de eventual notícia criminis seja efetuada sponte própria pelo COAF. Nesse sentido, tem-se orientado a jurisprudência desta Corte quando salienta que “a comunicação feita à autoridade policial ou ao Ministério Público não pode transbordar o limite da garantia fundamental ao sigilo, o que significa dizer que a obtenção dos dados que subsidiaram o relatório fornecido pelo COAF necessita de autorização judicial.” (HC 349.945/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 02/02/2017). Precedente recente da Quinta Turma: RHC 49.982/GO, por mim relatado, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 15/03/2017. (...)” (RMS 52.677 – SP. Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca. DJe em 05/05/2017)

A alternativa D está incorreta, pois contraria o art. 3º, I, da Portaria 2.436/2017: “2. O inquérito civil, procedimento administrativo, de natureza inquisitiva e informativa, destinado à formação da convicção do Ministério Público a respeito de fatos determinados, deve obediência ao princípio constitucional da publicidade. 3. Porém, o princípio da publicidade dos atos administrativos não é absoluto, podendo ser mitigado quando haja fatos ou atos protegidos pelos direitos relacionados à intimidade e a privacidade do investigado, a exemplo do comando inserto no 2º do art. 8º da Lei n. 7-347/85. (...)”(RMS 28.989-RS. Rel. Min. Benedito Gonçalves. DJe em 04/07/2009)

A alternativa E está incorreta, pois contraria a posição do STJ: “ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO AO TRÂNSITO SEGURO. ARTS. 1º, 99 E 231, V, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - CTB (LEI 9.503/1997). TRÁFEGO DE VEÍCULOS DE CARGA COM EXCESSO DE PESO. PROTEÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA DAS PESSOAS E CONSUMIDORES, ASSIM COMO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PRIVADO. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS. PEDIDO DE PROVIDÊNCIA JUDICIAL PREVENTIVA. INDEPENDÊNCIA ENTRE INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ASTREINTE. DANOS MATERIAIS E MORAIS COLETIVOS. OCORRÊNCIA. ARTS. 1º, IV, E 3º DA LEI 7.347/85. RESPONSABILIDADE CIVIL. FATOS NOTÓRIOS. ART. 374, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VALOR DA INDENIZAÇÃO A SER FIXADO PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. HISTÓRICO DA DEMANDA. (...) REMÉDIOS JURÍDICOS PREVENTIVOS, REPARATÓRIOS E SANCIONATÓRIOS: CLARA DISTINÇÃO ENTRE ESFERAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL 7. A existência de penalidade ou outra medida administrativa in abstracto (para o futuro) ou in concreto (já infligida), como resposta a determinada conduta ilegal, não exclui a possibilidade e a necessidade de providência judicial, nela contida a de índole cautelar ou inibitória, com o intuito de proteger os mesmos direitos e deveres garantidos, em tese, pelo poder de polícia da Administração, seja com cumprimento forçado de obrigação de fazer ou de não fazer, seja com determinação de restaurar e indenizar eventuais danos materiais e morais causados ao indivíduo, à coletividade, às gerações futuras e a bens estatais. No Brasil, a regra geral é que o comportamento anterior - real ou hipotético - do administrador não condiciona, nem escraviza, o desempenho da jurisdição. Isso porque a intervenção do juiz legitima-se tanto para impugnar, censurar e invalidar decisão administrativa proferida, como para impor ex novo aquela que deveria ter ocorrido, no caso de omissão, e, noutra perspectiva, para substituir a incompleta ou a deficiente, de maneira a inteirá-la ou aperfeiçoá-la. 8. Independentes entre si, multa civil (= astreinte), frequentemente utilizada como reforço de autoridade da e na prestação jurisdicional, não se confunde com multa administrativa.

Tampouco caracteriza sanção judicial "adicional" ou "sobrepota" à aplicável pelo Estado-Administrador com base no seu poder de polícia. Além disso, a multa administrativa, como pena, destina-se a castigar fatos ilícitos pretéritos, enquanto a multa civil imposta pelo magistrado projeta-se, em um de seus matizes, para o futuro, de modo a assegurar a coercitividade e o cumprimento de obrigações de fazer e de não fazer (mas também de dar), legal ou judicialmente estabelecidas.

9. A sanção administrativa não esgota, nem poderia esgotar, o rol de respostas persuasivas, dissuasórias e punitivas do ordenamento no seu esforço - típico desafio de sobrevivência - de prevenir, reparar e reprimir infrações. Assim, a admissibilidade de cumulação de multa administrativa e de multa civil integra o próprio tecido jurídico do Estado Social de Direito brasileiro, inseparável de um dos seus atributos básicos, o imperativo categórico e absoluto de eficácia de direitos e deveres.

10. Como explicitado pelos eminentes integrantes da Segunda Turma do STJ, por ocasião dos debates orais em sessão, a presente demanda cuida de problema "paradigmático", diante "da desproporcionalidade entre a sanção imposta e o benefício usufruído", pois "a empresa tolera a multa" administrativa, na medida em que "a infração vale a pena", estado de coisa que desrespeita o princípio que veda a "proteção deficiente", também no âmbito da "consequência do dano moral" (Ministro Og Fernandes). Observa-se nessa espécie de comportamento "à margem do CTB", e reiterado, "um investimento empresarial na antijuridicidade do ato, que, nesse caso, só pode ser reprimido por ação civil pública" (Ministro Mauro Campbell). A matéria posta perante o STJ, portanto, é da maior "importância" (Ministra Assusete Magalhães), tanto mais quando o quadro fático passa a nefasta ideia de que "compensa descumprir a lei e pagar um pouquinho mais", percepção a ser rejeitada "para que se saiba que o Brasil está mudando, inclusive nessa área" (Ministro Francisco Falcão). (...) (REsp 1574350/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 06/03/2019)

QUESTÃO 97. No âmbito da Ação Civil Pública, é correto afirmar que:

- a) A jurisprudência do STJ admite, nas demandas coletivas, a condenação, simultânea e agregadamente, em obrigação de fazer, não fazer e indenizar, em típica obrigação cumulativa ou conjuntiva.**
- b) O dano extrapatrimonial coletivo não prescinde da comprovação de dor, de sofrimento e de abalo psicológico, suscetíveis de apreciação na esfera do indivíduo, e igualmente aplicável aos interesses difusos e coletivos.**
- c) A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva não pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença estão circunscritos aos limites geográficos, bem como aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo.**
- d) Não é possível a declaração incidental de inconstitucionalidade, na ação civil pública, de lei ou ato normativo do Poder Público, se a controvérsia constitucional figura como pedido ou como causa de pedir, fundamento ou questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal, em torno da tutela do interesse público.**
- e) Quanto à eficácia subjetiva da coisa julgada na ação civil pública, não incide o Código de Defesa do Consumidor por previsão expressa da própria Lei da Ação Civil Pública.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão exige o conhecimento jurisprudencial sobre a ação civil pública.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com o entendimento do STJ: "(...) 5. Nas demandas ambientais, por força dos princípios do poluidor-pagador e da reparação in integrum, admite-se a condenação do réu, simultânea e agregadamente, em obrigação de fazer, não fazer e indenizar. Aí se encontra típica obrigação cumulativa ou conjuntiva. Assim, na interpretação dos arts. 4º, VII, e 14, § 1º, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981), e do art. 3º da Lei n. 7.347/1985, a conjunção "ou" opera com valor aditivo, não introduz alternativa excludente. Essa posição jurisprudencial leva em conta que o dano ambiental é multifacetário (ética, temporal, ecológica e patrimonialmente falando, sensível ainda à diversidade do vasto universo de vítimas, que vão do indivíduo isolado à coletividade, às gerações futuras e aos próprios processos ecológicos em si mesmos considerados). (...)" (REsp. 1.198.727 – MG. Rel. Min. Herman Benjamin. DJe em 09/05/2013)

A alternativa B está incorreta, segundo posição do STJ: "O dano extrapatrimonial coletivo prescinde da comprovação de dor, de sofrimento e de abalo psicológico, suscetíveis de apreciação na esfera do indivíduo, mas é inaplicável aos interesses difusos e coletivos". (REsp 1.057.274/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 26.2.2010).

A alternativa C está incorreta, conforme Tema 480 do STJ: "A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC)." (REsp 1243887/PR)

A alternativa D está incorreta, pois contraria decisão do STJ: "é possível a declaração incidental de inconstitucionalidade em Ação Popular, 'desde que a controvérsia constitucional não figure como pedido, mas sim como causa de pedir, fundamento ou simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal, em torno da tutela do interesse público'. (REsp 437.277/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 13/12/2004)" (REsp 1.559.292/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/05/2016).

A alternativa E está incorreta, de acordo com o entendimento do STJ: "Com efeito, quanto à eficácia subjetiva da coisa julgada na ação civil pública, incide o CDC por previsão expressa do art. 21 da própria Lei 7.347/1985. De outra parte, a ausência de publicação do edital previsto no art. 94 do CDC constitui vício sanável, que não gera nulidade apta a induzir a extinção da ação civil pública, porquanto, sendo regra favorável ao consumidor, como tal deve ser interpretada." (REsp 1.377.400-SC, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 18/2/2014.)

QUESTÃO 98. No que diz respeito ao Direito do Idoso, é correto afirmar que:

a) O benefício de prestação continuada (BPC) é a garantia de um salário-mínimo mensal ao idoso com 75 (setenta e cinco) anos ou mais que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família e deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem, cessando o pagamento do benefício em caso de morte do beneficiário. Para os efeitos do benefício de prestação continuada, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, independentemente de viverem sob o mesmo teto.

b) A adoção do critério cronológico pelo Estatuto do Idoso, estabelecendo os 60 (sessenta) anos de idade, alterou a regra da redução, de metade, dos prazos de prescrição da pretensão

punitiva prevista no Código Penal para a pessoa maior de 70 (setenta) anos na data da sentença condenatória.

c) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência (ILP) prejudica o direito do idoso ao benefício de prestação continuada e o beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada concedido judicial ou administrativamente poderá ser convocado para avaliação das condições que ensejaram sua concessão ou manutenção.

d) O benefício de prestação continuada ou o benefício previdenciário no valor de até 1 (um) salário-mínimo concedido a idoso acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade deverá ser computado, para fins de indeferimento do benefício de prestação continuada a outro idoso da mesma família.

e) O Estatuto do Idoso dispõe que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

De acordo com o art. 20, § 14, da LOAS: O benefício de prestação continuada ou o benefício previdenciário no valor de até 1 (um) salário-mínimo concedido a idoso acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou pessoa com deficiência não será computado, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, no cálculo da renda a que se refere o § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.982, de 2020)

§ 15. O benefício de prestação continuada será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos exigidos nesta Lei.

Portanto, as alternativas A, B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 99. No que diz respeito ao Direito da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que:

a) Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), editada com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ratificado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto, médio e longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b) Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

c) Em que pese a relevância da obra destinada a pessoas com deficiência física, não cabe ao Poder Judiciário, em ação civil pública com objetivo de condenação do Poder Executivo em obrigação de fazer, obrigar à realização de obra em um determinado prédio da rede estadual de ensino, tornando-o diverso dos demais edifícios padronizados.

d) O modelo social para abordar a deficiência implica que a deficiência é definida pela presença de uma deficiência física, mental, intelectual ou sensorial e não deve se relacionar com as barreiras ou limitações atitudinais ou socioeconômicas existentes para que as pessoas possam exercer seus direitos de maneira efetiva.

e) De acordo com a jurisprudência do STF, à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, e, por consequência, da própria Constituição da República, é inconstitucional a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no que se refere à obrigatoriedade de ensino inclusivo, pelos estabelecimentos de ensino públicos e privados, em todos os níveis de educação, em razão de que é dever do Estado (portanto, apenas das escolas públicas) disponibilizar ensino primário gratuito, compulsório e regular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 2º da Lei 13.146/2015, o impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial é de longo prazo.

A alternativa B está correta. Nos termos da Lei 13.146/2015, em seu art. 2º, §1º, avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

A alternativa C está incorreta. Conforme entendimento assentado pelo julgado do RE 440028/SP, pode o Poder Judiciário, em sede de Ação Civil Pública, condenar o Poder Público a prestar o mínimo existencial e obrigações constitucionalmente previstas, reforçando o entendimento de que, o Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que com isso configure violação do princípio da Separação de Poderes (AI nº 708.667-AgR).

Ainda, dispõe a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, gozando de *status* emenda constitucional, em seu art. 9º, prevê o seguinte: (...) 1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a: a) Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho;”.

A alternativa D está incorreta. O art. 2º assim prevê que os indivíduos que convivem com uma ou mais barreiras, que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, poderá ser considerado pessoa com deficiência.

A alternativa E está incorreta. À luz da Convenção e, por consequência, da própria Constituição da República, o ensino inclusivo em todos os níveis de educação não é realidade estranha ao ordenamento jurídico pátrio, mas sim imperativo que se põe mediante regra explícita. É dever do Estado facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade, bem como, de outro lado, a necessária disponibilização do ensino primário gratuito e compulsório, é igualmente certo inexistir qualquer limitação da educação das pessoas

com deficiência somente a estabelecimentos públicos ou privados que prestem o serviço público educacional. (ADI 5357 MC-REF/DF).

A Lei nº 13.146/2015 estabelece a obrigatoriedade de as escolas privadas promoverem a inserção das pessoas com deficiência no ensino regular e prover as medidas de adaptação necessárias sem que o ônus financeiro seja repassado às mensalidades, anuidades e matrículas. Ou seja, obrigação do poder público não exclui a iniciativa privada, uma vez que o funcionamento desses estabelecimentos de ensino privado depende de autorização e de avaliação periódica de qualidade.

QUESTÃO 100. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, é correto afirmar que:

a) A discriminação contra a mulher no Brasil é exacerbada pelas disparidades regionais, económicas e sociais; não está baseada no sexo e no gênero, nem a outros fatores como a raça, a origem étnica, a religião ou as crenças, a saúde, a condição jurídica e social, a idade, a classe, a casta, a orientação sexual e a identidade de gênero.

b) Desde a adesão do Brasil, sem qualquer reserva, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica, não há mais base legal para prisão civil do devedor de alimentos e do depositário infiel, pois o caráter especial desses diplomas internacionais sobre direitos humanos lhes reserva lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da Constituição, porém acima da legislação interna.

c) O status normativo supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de adesão.

d) No que diz respeito ao Estado brasileiro, os tratados, acordos e convenções internacionais, para que sejam incorporados ao ordenamento interno por vontade do Poder Executivo, manifestada pelo Presidente da República, dispensam prévia aprovação do Poder Legislativo, no que se consagra, assim, a independência entre o Executivo e o Legislativo.

e) No que diz respeito ao treaty-making power na Constituição brasileira de 1988, para que os tratados e convenções internacionais sejam incorporados ao ordenamento interno, a competência ad referendum do Congresso Nacional não se limita à aprovação ou rejeição do texto, admitindo-se a apresentação de emendas por meio de decreto legislativo, no que se consagra a função de controle e fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos declarou a responsabilidade internacional da República Federativa do Brasil pelas violações a diversos direitos. No episódio trágico, morreram 64 pessoas que trabalhavam no local, a maioria mulheres e crianças, e que somente seis pessoas sobreviveram, com ferimentos e queimaduras em 70% do corpo. . Das 64 pessoas falecidas, 20 eram meninas e as demais, mulheres. Das seis pessoas sobreviventes, duas eram crianças e quatro, mulheres.

O Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, no parecer sobre a Comunicação n. 17, de 2008, e em referência a suas observações finais sobre o Brasil, de 15 de agosto de 2007, destacou que a discriminação contra as mulheres nesse país é “exacerbada pelas disparidades regionais, econômicas e sociais”, e lembrou “que a discriminação contra a mulher baseada no sexo e no gênero está indissolúvelmente vinculada a outros fatores que afetam a mulher, como a raça, a origem étnica, a religião ou as crenças, a saúde, a condição jurídica e social, a idade, a classe, a casta e a orientação sexual e a identidade de gênero”. [Corte IDH. Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Sentença de 15-7-2020.].

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJurídica](#) / [yasminushara](#)